



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – ININGA – CEP 64.049-550
TERESINA-PIAUI
TELEFONES: (86) 3215-5820 – FoneFAX: (86) 3237-1277**

FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO PRIMÁRIA AO USO
DE DROGAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PARQUE
ELIANE EM TERESINA-PI**

TERESINA-PI
2013

FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO PRIMÁRIA AO USO
DE DROGAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PARQUE
ELIANE EM TERESINA-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim.

TERESINA-PI
2013

FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO PRIMÁRIA AO USO
DE DROGAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PARQUE
ELIANE EM TERESINA-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim.

Teresina, 25 de abril de 2013

Professora Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim – UFPI
Presidente da Banca

Professor Dr. Luis Carlos Sales – UFPI
Examinador interno

Professora Dra. Kelma Socorro Alves Lopes de Matos – UFC
Examinadora externo

Professor Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes– UFPI
Examinador (suplente)

A Maria de Lourdes da Silva Sousa, o início, o meio e o sempre: uma mulher cuja metade é amor e outra metade também. Num sublime encontro da perfeição e a dedicação plena, ela foi criada... Obrigado Mãe!

A Vítor Siso, o pequeno ser que me ensinou, sem ainda nada dizer, o sentido da vida e o quanto esta é bonita, é bonita e é bonita... Obrigado Filho!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valdemar Inácio de Sousa e Maria de Lourdes da Silva Sousa, principais incentivadores dessa jornada.

Aos Meus irmãos e irmãs, Valdemar Filho (o Sousa), Waldek, Wanderly, Marinete e Francinete; e aos meus sobrinhos, Vanderson, Vandilson, Vanduely, Matheus, Vandielisson, Valeska, Iara Patrícia, Bruna Tainá e Maria Cecília.

A Vítor Siso de Mateus Sousa, meu Filho, minha Luz, meu Tudo.

À Mara Lígia de Miranda Santos, mulher, amiga e companheira. Você é parte disso tudo.

Às crianças e adolescentes da Casa de Arte e Cultura do Parque Eliane, que colaboraram nesta pesquisa. Pequenos cidadãos que aprendi a respeitar e admirar mais e mais a cada dia, pela humildade, esforço, honestidade e espontaneidade.

Às mães e pais das crianças e adolescentes acima citadas, por terem confiados em mim na gratificante tarefa de conduzir seus filhos nos passeios fora do bairro e por terem também colaborado com este trabalho.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim, por confiar desde o início, ainda na seleção de ingresso ao mestrado, em meu projeto. Tendo você nesse processo é improvável não ter um Bom Fim. Obrigado, mil vezes obrigado!

A todos(as) os(as) docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, em especial a Professora Doutora Shara Jane Holanda Costa Adad e ao Professor Doutor Luis Carlos Sales, pelas muitas contribuições na qualificação da dissertação.

Às colegas mestrandas, em especial as amigas Maria Gessi-Leila Medeiros e Maria da Cruz da Cunha Laurentino, com as quais tive a honra de passar esses meses pesquisando, conversando, rindo e sempre tendo a certeza de uma amizade sincera. Valeu Marias!

Às amigas de mestrado, Conceição, nossa querida Ceixa, pela paciência de atender minhas inúmeras ligações; Valdênia, sobretudo pela paz que seu riso irradia; e Elizânia, pelas parcerias e pelas horas de riso para distrair.

Ao amigo de mestrado Wladimir, pela força e incentivo; e ao Serginho da Xerox, não posso esquecer que muito de meus conhecimentos passaram por suas mãos e máquinas.

Às alunas da graduação e bolsistas do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica - PIBIC, Efigênia Neres, pela ajuda na pesquisa junto aos meninos e meninas do Parque Eliane; e Adriana Loiola, que dedicou horas e horas no cadastro do projeto junto ao

Comitê de Ética. Obrigado jovens pesquisadoras, vocês foram importantíssimas neste trabalho!

Ao Baltazar Rodrigues Nogueira, pelo apoio indispensável para a realização desta tarefa.

À Polícia Militar do Piauí, pelos incentivos e pela colaboração em muitas etapas desta pesquisa.

Ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd – da PMPI, que fez esse objeto de estudo chegar até a mim.

Ao Parque Zoobotânico, Esquadrão de Policiamento Montado da PMPI (Cavalaria), Festival de Teatro “Pipoca e Guaraná” do Serviço Social do Comércio – Sesc e Parque Encontro dos Rios, por nos cederem seus espaços para que levássemos nossas crianças e adolescentes durante nossa pesquisa.

Aos amigos de longas datas, Raimundo Nonato dos Santos Filho e Gilvan Oliveira Silva pelo apoio no evento “Futebol da integração: construindo cidadania”, que fez parte desta pesquisa, realizado no estádio Alberto Silva.

A amiga Macelane Reis, que mesmo distante ajudou-me muitas vezes na realização de traduções (inglês e espanhol), especialmente do Resumo desta Dissertação.

A todos os colegas da 19ª turma de Mestrado em Educação da UFPI.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd/ UFPI.

CLASSE MÉDIA¹

Max Gonzaga

Sou classe média
Papagaio de todo telejornal
Eu acredito
Na imparcialidade da revista semanal
Sou classe média
Compro roupa e gasolina no cartão
Odeio "coletivos"
E vou de carro que comprei a prestação
Só pago impostos
Estou sempre no limite do meu cheque especial
Eu viajo pouco, no máximo um pacote CVC tri-anual
Mas eu "tô nem aí"
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não "tô nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em Itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Mas fico indignado com o Estado quando sou incomodado
Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão
O para-brisa ensaboado
É camelô, biju com bala
E as peripécias do artista malabarista do farol
Mas se o assalto é em Moema
O assassinato é no "Jardins"
A filha do executivo é estuprada até o fim
Aí a mídia manifesta a sua opinião regressa
De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal
E eu que sou bem informado concordo e faço passeata
Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal
Porque eu não "tô nem aí"
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não "tô nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em Itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta
Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida

¹ A música *Classe Média* do CD "*Marginal*" de Max Gonzaga chegou às semifinais do *Festival Cultura - A Nova Música do Brasil* em 2006.

RESUMO

Nesta dissertação foi trabalhada a prevenção às drogas junto a crianças e adolescentes do Parque Eliane, zona Sul de Teresina. Na infância e adolescência – fases iniciais da vida humana, a educação, indubitavelmente, é a ferramenta imprescindível para a conscientização da importância de se adotar um estilo de vida saudável. Nesta capital, não diferente do restante do Brasil, diariamente toma espaço nos noticiários a questão do uso de drogas e seus efeitos para o usuário e para a sociedade. A maioria das abordagens sobre essa questão emprega o caráter repressivo do problema, fazendo alusão às ações policiais, visto que apesar da mudança de paradigma, em curso, que dá a essa questão uma conotação de um problema social, (portanto não apenas de segurança, de saúde, de educação etc.), ainda é muito forte a policialização e a judicialização do fenômeno. Em razão do exposto, este texto aborda a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas entre crianças e adolescentes da Casa de Arte e Cultura do bairro Parque Eliane, partindo de suas próprias vivências e experiências, objetivando contribuir para a redução dos fatores de risco, bem como o fortalecimento das práticas de proteção dos sujeitos pesquisados, no que tange a essa problemática: o uso indevido de substâncias psicotrópicas. Como suporte teórico para auxiliar a reflexão sobre os dados empíricos estabeleceu-se um diálogo com os seguintes autores(as), entre outros(as): Barbier (2002), Caccia-Bava (2006), Diógenes (1998), Morin (2000), Waiselfisz (2011, 2012). Do ponto de vista metodológico, nesta pesquisa de natureza qualitativa, tipo pesquisa-ação, foram desenvolvidas atividades de cunho educacional e lúdicas (oficinas, passeios, bate-papos, brincadeiras) em vários cenários urbanos (Cavalaria da PMPI, Parque Zoobotânico, Teatro 4 de Setembro, Parque Lagoas do Norte, Parque Encontro dos Rios e Casa de Artes e Culturas), que ensejaram a expressão das subjetividades individuais e coletivas, possibilitando a participação efetiva dos sujeitos envolvidos e, neste sentido, colaborando para o exercício da cidadania plena dos referidos partícipes. Destaca-se como mais relevante resultado desta pesquisa ‘a auscultação das vozes das crianças e adolescentes e a valorização de sua capacidade de criação’ como exercício do direito à participação cidadina e planetária necessária a uma vida digna, direito ainda hoje bastante negligenciado, tanto nas políticas públicas como nas práticas sociais, substanciado pela reflexão. Tais ações, permeadas de ludicidade e descontração, foram substanciadas por valores que elevam a condição humana e cidadã.

Palavras-chaves: Prevenção às drogas. Crianças e Adolescentes. Cidadania. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In this dissertation, was analyzed the drug prevention among children and adolescents of the “Parque Eliane”, south of Teresina. In childhood and adolescence - early stages of human life-education, undoubtedly is the essential tool to raise awareness of the importance of adopting a healthy lifestyle. In this capital, not unlike the rest of Brazil, every day are in the news the issue of drug use and its effects to the user and to society. Most approaches to this question employs the repressive nature of the problem, referring to the police action, despite the paradigm shift underway, giving this question a connotation of a social problem (not only security, health, education etc.) is still very strong police force and legal on that matter. Given the above information, this paper addresses the use prevention of licit and illicit drugs among children and adolescents, the House of Arts and Cultures neighborhood “Parque Eliane”, starting from their own experiences, aiming to contributing to the reduction of risk factors as well as strengthening the protection practices of individuals surveyed, regarding this problem: the misuse of psychotropic substances. As theoretical support to aid reflection on empirical data, we established a dialogue with the following authors (as), among others (as): Barbier (2002), Caccia-Bava (2006), Diogenes (1998), Morin (2000), Waiselfisz (2011, 2012). From the methodological point of view, this qualitative research, action research type, activities were developed for an educational and entertaining (workshops, tours, chats, games etc.) in various urban settings (PMPI Cavalry, Zoobotanical Park, Theater September 4, North Ponds Park, Park, Meeting of the Rivers and House of Arts and Cultures) that gave rise to the expression of individual and collective subjectivities, enabling the effective participation of persons involved and, thus, contributing to the exercise of full citizenship of these participants. It stands out as most important result of this research, 'a sounding voices of children and adolescents and enhancement of its capacity for creativity' as the exercise of the right of citizens participation, which is extremely necessary for a dignified life. These rights are still quite neglected, both in public policy and in social practices.

Keywords: Drug Prevention. Teens and Children. Citizenship. Public Policy.

RESUMEN

En esta tesis se analiza la prevención de drogas entre los niños y adolescentes del Parque Eliane, al sur de Teresina. En la infancia y la adolescencia - las primeras etapas de la vida humana, la educación, sin duda, es la herramienta esencial para crear conciencia sobre la importancia de adoptar un estilo de vida saludable. En esta capital, no muy diferente del resto de Brasil, todos los días están en las noticias el tema del consumo de drogas y sus efectos para el usuario y para la sociedad. La mayoría de los enfoques sobre esta cuestión emplea la naturaleza represiva del problema, refiriéndose a la acción de la policía, a pesar del cambio de paradigma en curso, dando a esta cuestión una connotación de un problema social (no sólo la seguridad, la salud, la educación, etc) es aún muy fuertes policía fuerza y legales sobre la materia. Teniendo en cuenta la información anterior, el presente trabajo aborda la prevención del consumo de drogas lícitas e ilícitas entre los niños y adolescentes, la Casa de las Artes y la Cultura vecindario Parque Eliana, a partir de sus propias experiencias, con el objetivo de contribuir a la reducción de los factores de riesgo, así como el fortalecimiento de las prácticas de protección de las personas encuestadas, con respecto a este problema: el uso indebido de sustancias psicotrópicas. Como apoyo teórico para ayudar a la reflexión sobre los datos empíricos, hemos establecido un diálogo con los siguientes autores (as), entre otros (as): Barbier (2002), Caccia- Bava (2006), Diógenes (1998), Morin (2000) e Waiselfisz (2011). Desde el punto de vista metodológico, esta investigación cualitativa, el tipo de investigación-acción, las actividades se han desarrollado para un programa educativo y de entretenimiento (talleres, visitas, charlas, juegos, etc) en varios entornos urbanos (PMPI Caballería, Zoobotánico Park, Teatro 4 de septiembre del Norte Ponds Park, Parque y la Reunión de la Casa de las Artes ríos y Culturas) que dio lugar a la expresión de las subjetividades individuales y colectivas, que permita la participación efectiva de las personas involucradas y, por tanto, contribuyendo al ejercicio de la ciudadanía plena de los participantes. Se destaca como más importante resultado de esta investigación ", la audicion de las voces que suenan de niños, niñas y adolescentes y el aumento de su capacidad de creatividad" como el ejercicio del derecho de participación de los ciudadanos, lo cual es muy necesario para una vida digna. Estos derechos están siendo bastante descuidado, tanto en las políticas públicas y en las prácticas sociales.

Palabras clave: Prevención de Drogas. Infancia y adolescentes. Ciudadanía. La política pública.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Revista Turma da Mônica.....	113
Figura 2 - Revista Sesinho.....	122

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Casa de Artes e Culturas / Parque Eliane (Arquivo particular).....	23
Fotografia 2 - Igreja Católica / Parque Eliane (Arquivo particular).....	23
Fotografia 3 - Futebol da Integração.....	65
Fotografia 4 - Futebol da Integração.....	65
Fotografia 5 - Crianças e Adolescentes da pesquisa.....	83
Fotografia 6 - Saída do ônibus para o 1º encontro.....	83
Fotografia 7 - Visita ao Zoobotânico.....	90
Fotografia 8 - Visita ao Zoobotânico.....	90
Fotografia 9 - Visita ao Zoobotânico.....	90
Fotografia 10 - Visita ao Zoobotânico.....	90
Fotografia 11 - Vista parcial do estádio Alberto Silva.....	95
Fotografia 12 - Eipmon (Arquivo particular).....	102
Fotografia 13 - Eipmon (Arquivo particular).....	102
Fotografia 14 - Eipmon (Arquivo particular).....	103
Fotografia 15 - Eipmon (Arquivo particular).....	103
Fotografia 16 - Eipmon (Arquivo particular).....	107
Fotografia 17 - Eipmon (Arquivo particular).....	108
Fotografia 18 - Eipmon (Arquivo particular).....	108
Fotografia 19 - Eipmon (Arquivo particular).....	108
Fotografia 20 - Eipmon (Arquivo particular).....	108
Fotografia 21 - Parque Encontro dos Rios.....	122
Fotografia 22 - Parque Lagoa do Norte.....	124
Fotografia 23 - Parque Lagoa do Norte.....	124
Fotografia 24 - Parque Lagoa do Norte.....	124
Fotografia 25 - Parque Lagoa do Norte.....	124
Fotografia 26 - Parque Encontro dos Rios.....	126
Fotografia 27 - Parque Encontro dos Rios.....	126
Fotografia 28 - Parque Encontro dos Rios.....	126
Fotografia 29 - Parque Encontro dos Rios.....	126
Fotografia 30 - Theatro 4 de setembro.....	127
Fotografia 31 - Theatro 4 de setembro.....	127
Fotografia 32 - Theatro 4 de setembro.....	127
Fotografia 33 - Theatro 4 de setembro.....	127

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 - Oficina em grupo 1.....	92
Desenho 2 - Oficina em grupo 1.....	92
Desenho 3 - Oficina em grupo 1.....	93
Desenho 4 - Oficina em grupo 1.....	93
Desenho 5 - Oficina em grupo 1.....	94
Desenho 6 - Oficina em grupo 1.....	97
Desenho 7 - Oficina em grupo 1.....	98
Desenho 8 - Oficina em grupo 1.....	99
Desenho 9 - Oficina em grupo 1.....	100
Desenho 10 - Oficina em grupo 1.....	101
Desenho 11 - Oficina em grupo 5.....	115
Desenho 12 - Oficina em grupo 5.....	115
Desenho 13 - Oficina em grupo 5.....	116
Desenho 14 - Oficina em grupo 5.....	117
Desenho 15 - Oficina em grupo 5.....	117
Desenho 16 - Oficina em grupo 5.....	118
Desenho 17 - Oficina em grupo 5.....	119
Desenho 18 - Oficina em grupo 5.....	120
Desenho 19 - Oficina em grupo 5.....	120
Desenho 20 - Oficina em grupo 5.....	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização do Parque Eliane.....	24
Mapa 02 - Localização do Parque Eliane.....	24
Mapa 03 - Locais visitados na pesquisa.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Fatores de Risco Família.....	73
Tabela 02 - Fatores de Risco Escola.....	74
Tabela 03 - Fatores de Risco Amigos.....	75
Tabela 04 - Fatores de Risco Comunidade.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Drogas/Classificação.....	33
Quadro 02 - Articulação das características.....	35
Quadro 03 - Oficina 2.....	104
Quadro 04 - Tipos de pressão de grupo.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Taxas de homicídio de crianças e adolescentes no Brasil.....	55
---	----

LISTA DE SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
Pnad	Política Nacional sobre drogas
PSF	Programa Saúde da Família
Seduc	Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Piauí
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PMPI	Polícia Militar do Piauí
Eipmon	Esquadrão Independente de Policiamento Montado da PMPI
Senad	Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
Obid	Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas
Cebrid	Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas
Cojuv	Coordenadoria Estadual da Juventude (Piauí)
Semjuv	Secretaria Municipal da Juventude (Teresina)
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: considerações sobre algumas escolhas.....	19
1 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: políticas e práticas	
1.1 A prevenção primária.....	32
1.2 O sistema estadual de políticas públicas sobre drogas do Piauí.....	36
1.3 A nova lei. Um novo olhar?.....	40
1.4 Drogadição, higienismo e extermínio.....	44
1.5 A (des)proteção social da infância e adolescência no Brasil	47
1.6 As categorias criança e adolescente.....	50
1.7 Epidemia da indiferença: crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade.....	54
2 A PREVENÇÃO COM A PRODUÇÃO DE UM CAMPO DE ESCUTA E EMPATIA	
2.1 Caminho metodológico.....	59
2.2 Os sujeitos da pesquisa.....	67
2.3 Fatores de risco e fatores de proteção.....	71
3 EXPERIÊNCIAS PLURAIS DE SUJEITOS APRENDENTES	
3.1 Experiências plurais, momentos singulares.....	82
3.2 As oficinas.....	85
3.3 O direito à cidade.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS: repensando as trajetórias, avaliando as ações.....	130
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICES.....	140
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO: considerações sobre algumas escolhas

O principal objetivo da educação na era planetária é educar para o despertar de uma sociedade-mundo. Não é possível, entretanto, compreender a possibilidade de uma sociedade-mundo que supõe a existência de uma civilização planetária e uma cidadania cosmopolita, sem compreender o devir da planetarização da humanidade e o desafio de sua governabilidade (MORIN, 2003, p. 62).

Profissionais de diferentes áreas (educação, saúde, segurança, direito, assistência social e outras) têm dado, pelo menos no campo teórico, uma singular atenção ao tema que esta pesquisa aborda: a prevenção ao uso de drogas psicoativas², em especial entre crianças e adolescentes. Em geral, os estudos sobre esse tema compartilham da ideia de que a minimização dos fatores de risco, bem como o fortalecimento dos fatores de proteção, são as práticas mais eficazes para o enfrentamento de tal problema. Nessa perspectiva, a educação, no sentido amplo do termo, aparece com um papel de destaque.

Em Teresina, não diferente do restante do Brasil, diariamente toma espaço nos noticiários a questão do uso de drogas e seus efeitos para o usuário e para a sociedade. As abordagens midiáticas, quase que na sua totalidade, empregam o caráter repressivo do fenômeno, dando ênfase às ações policiais. Apesar da mudança de paradigma, em curso, que dá a essa questão uma conotação de problema social, (não apenas de segurança, de saúde, de educação), ainda é muito forte a *policialização* e a *judicialização* dos fatos relacionados ao uso de drogas neste país.

Nesta dissertação abordamos o tema prevenção às drogas entre crianças e adolescentes. Nela, explicamos como buscamos contribuir para possibilitar que cada sujeito pesquisado exerça de forma plena sua cidadania, mostrando ainda como a educação é, indubitavelmente, uma ferramenta imprescindível nesse processo. Esclarecemos, *a priori*, que a prevenção às drogas nesta pesquisa não aparece como um fim, ou como um meio, mas como parte de um começo, ou seja, como uma possibilidade de reflexão sobre si e sobre os outros, sobre parte de uma reflexão sobre relações interpessoais entre amigos, família, comunidade, escola. Nessa perspectiva, não nos centramos no produto, na substância droga, mas no sujeito, na pessoa humana. Em suma, nessas atividades, pouco falamos sobre drogas, ao contrário, exercitamos ao máximo a fala sobre vida, sobre saúde, bem-estar; portanto, sobre a possibilidade e a importância de se adotar um estilo de vida saudável.

² Atualmente, a medicina define droga como qualquer substância capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento (BRASIL, 2010, p. 02).

Neste momento, falarei³ sobre como o tema “prevenção às drogas” despertou interesse ou como esse objeto “escolheu-me” para ser pesquisado. Isso tem muito a ver com minha trajetória, minhas vivências, minhas experiências. Minayo (1999, p. 27) assevera que “a escolha de um tema não surge instantaneamente. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. É fruto de determinada inserção do pesquisador no real”. Certamente, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1986, *apud* MOLL, 2000, p. 25). De fato, “a pesquisa não é um ato apartado da vida pessoal, afetiva e emocional do pesquisador” (ADAD, 2011, p. 44).

Este tema chegou até mim em agosto de 2006, quando fui convidado pela instituição em que trabalho, a Polícia Militar do Piauí – PMPI, para viajar a Petrolina, em Pernambuco, a fim de participar do Curso de Formação de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência⁴ (Proerd). O objetivo era me capacitar em Educador Social para atuar junto às escolas de Teresina, ministrando cursos de prevenção às drogas para crianças, adolescentes, jovens e adultos, prioritariamente para essas duas primeiras categorias. Viajei junto com outros cinco policiais. Éramos dois homens e quatro mulheres. Lembro-me de que fomos sem diárias e em um automóvel tipo Van, emprestado pelo Batalhão de Trânsito. Sabia que não seria fácil passar duas semanas em outro Estado, sem recursos suficientes, fomos na promessa de que na primeira terça-feira o Estado depositaria algo na conta. O que nunca aconteceu. Mas todos os seis alunos da PMPI voltaram aprovados no curso e, surpreendentemente, bastante motivados. Naquele momento, tinha a sensação de que havia me achado profissionalmente.

³ Nesta pesquisa, tivemos o apoio, em todos os encontros, da bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica – Pibic, **Efigênia Alves Neres**, graduanda em Pedagogia pela UFPI e orientanda da Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim. A participação da referida bolsista foi muito valiosa para a realização deste trabalho, tanto pelo fato de a mesma conhecer os meninos e meninas da pesquisa, por atuar como educadora na Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane, como também pela mesma residir a poucos metros da referida comunidade e ser conhecedora da realidade local. Quero destacar que apenas na introdução desta dissertação utilizarei o verbo na primeira pessoa do singular. No restante do texto, optei em usar a primeira pessoa do plural, pelo fato de conceber este trabalho como um esforço cooperativo de diferentes atores e atrizes sociais. Seja da academia (Doutora orientadora, Aluno mestrando, Bolsista de iniciação científica) seja da própria comunidade, as crianças e adolescentes, participantes da pesquisa e seus respectivos pais e mães e outros familiares e amigos.

⁴ O Proerd atua através do elo entre Polícia Militar, Escola e Família que, em permanente diálogo, apresentam para seu público participante, estratégias de como resistir à oferta de drogas lícitas e ilícitas, bem como noções de cidadania e respeito ao próximo. Este programa surgiu nos Estados Unidos, onde é chamado de *Dare (Drug Abuse Resistance Education)*, em 1983, no Departamento de Polícia de Los Angeles e hoje se encontra presente em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, através de suas respectivas Polícias Militares. No Piauí, o referido programa foi criado em dezembro de 2004, através da Lei 5.433/2004.

Aquele curso, quem diria, mudou minha vida! Tornei-me Educador Social e melhor ainda trabalharia a prevenção às drogas com crianças e adolescentes na minha cidade, eu estava cursando História na Universidade Federal do Piauí e imaginando ser professor nessa área. Sei que uma coisa não impediria a outra, mas naquele momento tinha a certeza da ordem de prioridades. O Proerd estava em primeiro lugar, o que tem perdurado até hoje.

Ao retornar do curso, chegando a Teresina, o primeiro obstáculo: não tínhamos material nem condições de trabalho (cartilhas, camisetas, transporte). Pus-me, então, em movimento. Depois de conseguir junto à Polícia Militar de São Paulo uma doação de cartilhas em 2007, formei minha primeira turma, um grupo de crianças e adolescentes assistidos pela Igreja Católica na Paróquia de Fátima, que participavam de um projeto na época chamado Escola Aberta. Não foi fácil, pois ainda não tinha experiência. Trabalhei com uma turma formada apenas por meninos e com faixa etária variada. Muitos não sabiam ler e logo vi que não podia viver tão apegado a tal cartilha do programa. Aos poucos, a falta de interesse dos meninos foi recuando e fui conquistando-os cada vez mais. Terminei de ministrar o curso depois de três meses e no encerramento realizei uma confraternização com a participação das mães e pais dos garotos. Foi muito emocionante, os pais me agradeceram, as crianças pediram para fazer o curso novamente, mas tive que ir ao encontro de outras crianças, desta vez lá na Santa Maria da Codipi, onde pude, em um ano, 2008, formar quase mil crianças.

O interesse por esse tema só crescia. No ano seguinte, fui a Confins, em Minas Gerais, capacitar-me em mais um curso, dessa vez para trabalhar com crianças ainda menores, a partir de 05 anos, e depois fiz mais um curso em Foz do Iguaçu, Paraná, onde me capacitei em Formador de Educadores Sociais, função que na linguagem própria do Programa é chamada de Mentor, em suma, é aquele que forma multiplicadores das ideias do Proerd.

Desde 2009, tenho atuado no Projeto “Língua Solta”, que tem como diretora a Jornalista Maia Veloso. Nestes anos, juntos, temos andado em dezenas de escolas ouvindo os jovens, “batendo um papo”, ouvindo relatos, trocando ideias. Uma experiência fantástica. Nas minhas contribuições tenho abordado a questão do *bullying* e a prevenção às drogas. Com este projeto atuei, nestes quatro anos, em mais de trinta escolas da rede pública municipal de ensino de Teresina, através da Secretaria Municipal de Educação – Semec e em mais de 15 escolas da rede pública estadual de ensino do Piauí, através da Secretaria Estadual de Educação – Seduc. Tive ainda a oportunidade de atuar em outros espaços (não escolares) com o referido projeto, nos anos de 2010 e 2011 quando, através da Secretaria Municipal da Juventude, Semjuv, participei da Semana Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, de Teresina, oportunidade em que fui a algumas comunidades da capital. Em 2011, tive uma

experiência de bate-papo sobre drogas com os estudantes do Centro de Ciências Humanas e Letras CCHL/UFPI. O evento foi realizado em espaço aberto, na pracinha daquele centro.

Como se pode observar, o tema “drogadição” está imerso em minha vida profissional e isso também chega à esfera pessoal, visto que meu interesse em conhecer mais sobre a temática me fez estar sempre em constante estudo sobre o tema, seja em cursos presenciais ou em modalidade de educação a distância, EaD⁵. Em 2009, há mais de um ano afastado da academia, visto que me formei em História em 2008, na UFPI, pensei em transformar esse tema em um objeto de pesquisa acadêmica. Fui amadurecendo a ideia, iniciando um levantamento bibliográfico e pensando qual Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* pleitear. Elaborei um projeto, e em 2010, já com as ideias mais claras, dediquei-me para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, na qual obtive êxito. Iniciou-se uma nova fase: a pesquisa. E outros desafios vão surgindo.

Eu havia pensado em atuar em um espaço de educação formal, para ser mais preciso, em uma escola da Semec da Prefeitura Municipal de Teresina – PMT. Em seguida, em conversa com minha orientadora, pensei em trabalhar em dois espaços, um escolar e outro não escolar. Quando fui à prática, tive de fazer uma importante escolha. O número de sujeitos, para o tipo de pesquisa que planejei era grande. Nesse sentido, optei então por pesquisar doze crianças e adolescentes na comunidade Parque Eliane, e não mais alunos em uma escola.

Alguns motivos me levaram a desenvolver esta pesquisa na referida comunidade; primeiro, a mesma trata-se de uma área periférica onde é possível se observar a ausência do Estado, tanto em infraestrutura quanto em serviços básicos como saúde, educação, transporte, segurança. Segundo, já existem ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pela Universidade Federal do Piauí, através do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd, interligadas ao projeto de Intercâmbio entre a UFPI e a Universidade de Estudos de Verona (Itália).

O número de sujeitos deveu-se em decorrência da capacidade que entendi ser possível de atender, sobretudo pelo fato logístico (deslocamento, segurança, alimentação) bem como por questão de sistematização e análise de dados (oficinas, conversas, entrevistas, questionários). O critério que utilizei para a escolha desses doze sujeitos foi a idade. A

⁵ Realizei, pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Senad, através da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o curso Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para Conselheiros Municipais; pela Universidade de Brasília – UnB, o Curso de Prevenção às drogas para Educadores de Escola Pública; pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, o curso Integração de Competências no desempenho de atividade Judiciária com usuários e dependentes de drogas, entre outros.

prevenção primária é desenvolvida prioritariamente com pessoas na faixa etária do final da infância e início da adolescência, e é voltada para indivíduos que não fizeram uso de drogas.

A ocupação do bairro Parque Eliane iniciou-se em 2001, por pessoas e famílias vindas de outros bairros como Angelim, Promorar, Comunidade Salobro, e cidades do interior do Piauí e Maranhão. Uma parte dessas pessoas já possuía moradia, outra não. Tal comunidade situa-se à esquerda da PI-130, que dá acesso a Nazária e Palmeirais, dois municípios piauienses. Santos (2009, p. 16) cita que moram no referido bairro centenas de famílias e até hoje nenhum dos residentes possui título de propriedade da terra. Mais de uma década se passou e a comunidade ainda carece de uma infraestrutura mínima, como saneamento básico, escola, posto de saúde, local para lazer, posto de segurança. A citada autora ainda esclarece que:

As famílias que formam a comunidade não possuem renda fixa e a maioria é chefiada por mulheres, algumas desenvolvem atividades no setor de prestação de serviço, como lavadeiras, empregadas domésticas, mas em geral são desempregadas, dedicando-se aos cuidados da casa, dos filhos e das filhas e do marido/companheiro (*idem*, p. 17).

Os únicos espaços para reunião que a comunidade utiliza é a Igreja Católica e a Casa de Artes e Culturas, sendo que neste último espaço funcionam atividades de natureza diversa: profissional, educacional, esportivas e lúdicas, com crianças, adolescentes, jovens e mulheres do bairro.

FOTO 01



CASA DE ARTES E CULTURAS (Arquivo particular)

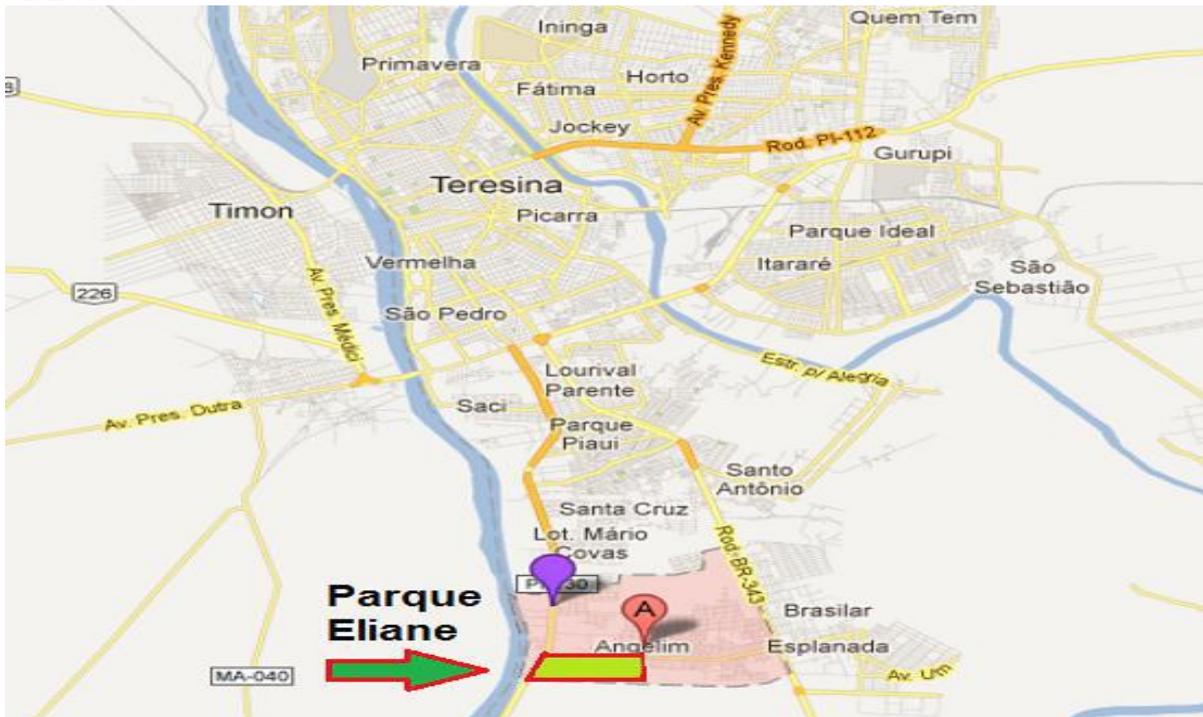
FOTO 02



IGREJA CATÓLICA (Arquivo particular)

Na imagem seguinte mostro a localização do bairro Parque Eliane, cujo nome não aparece nos mapas oficiais, visto que tradicionalmente o mesmo é incorporado ao Bairro Angelim que, um pouco mais estruturado, atende à demanda de outros bairros vizinhos em alguns serviços públicos básicos, como posto de saúde e escola.

MAPA 01



Fonte: Imagem do Google (www.google.com.br/maps). Acessado em 12/10/2012.

A figura em trapézio, para a qual a seta aponta, corresponde à área que compreende o bairro Parque Eliane, que segundo Santos (2009, p. 16) o espaço territorial possui 74 hectares, divididos em 740 lotes, onde moram cerca de 700 famílias, as mesmas possuem em média quatro pessoas por casa, o que somaria aproximadamente 2.800 moradores.

MAPA 02



Fonte: Imagem do Google (www.google.com.br/maps). Acessado em 12/10/2012

As áreas marcadas por figuras geométricas de cor amarela correspondem, respectivamente, aos seguintes espaços comunitários: triângulo, igreja católica; círculo oval, Casa de Artes e Culturas; retângulo, campo de futebol.

Como aporte teórico, nesta pesquisa utilizo Barbier (2002) e Morin (2004), que me ajudaram a desenvolver a metodologia da pesquisa-ação, a qual escolhi por entender ser esta uma prática libertadora em que se busca a melhoria de vida das pessoas envolvidas e visa uma transformação social. Duarte (2008, 2010) e Carlini (2008, 2011) são duas autoras que auxiliaram nas discussões sobre drogadição, prevenção às drogas e aspectos relacionados à epidemiologia da droga no Brasil; portanto, ambas foram importantes na fundamentação do objeto de estudo deste trabalho. Diógenes (1998) e Sposito (2003, 2005) trouxeram valiosas contribuições no tocante, respectivamente, às categorias crianças e adolescentes e às políticas públicas no Brasil. Com Caccia-Bava (2006) e Waiselfisz (2011) refleti sobre a (in)segurança pública a qual se insere muitas crianças, adolescente e jovens neste país. Leite (1998) foi fundamental para a reflexão sobre o desenho enquanto forma de linguagem e representação de uma realidade. Neste trabalho, dialoguei ainda com outros autores que aqui não foram citados, além de outras fontes como leis, cartilhas, sítios eletrônicos, estatuto.

Sobre a questão do problema, em pesquisa-ação, concordamos com Engels (2000, p. 06), que afirma que este se refere à consciência por parte do pesquisador, de que algo que o intriga pode ser melhorado, ou o reconhecimento da necessidade de inovação em algum aspecto de uma dada realidade, seja escolar, comunitária, familiar. O problema principal que norteia este trabalho passa pela reflexão sobre o que pensam as crianças e adolescentes atendidos pela Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane a respeito das drogas, bem como sobre a prevenção ao uso destas. Nessa perspectiva, procurei compreender como práticas educativas que incluem a circulação de crianças e adolescentes entre os espaços populares e por outras áreas da cidade podem reforçar a formação de redes sociais e o direito à cidade, e como tais práticas podem contribuir para que os sujeitos envolvidos possam exercer suas cidadanias. Assim, elenquei as seguintes questões norteadoras:

1. Quais os Fatores de Risco e os Fatores de Proteção ao uso de drogas presentes na comunidade, na escola, na família e nas amizades das crianças e adolescentes que frequentam a Casa de Artes e Culturas do Bairro Parque Eliane em Teresina-PI?
2. O que essas crianças e adolescentes pensam sobre o uso de drogas e a prevenção a esta prática?
3. Como algumas Práticas Educativas que incluem informações adequadas sobre drogas, escolha de hábitos de vida saudável, importância da preservação do meio ambiente,

direitos humanos e de cidadania e direitos de acesso à cidade, podem contribuir com fatores de proteção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes?

4. Que políticas públicas, específicas para a realidade dos espaços em estudo, podem ser implementadas, a fim de prevenir o uso de drogas e a prática da violência no Bairro Parque Eliane, em Teresina-PI?

A pesquisa ora proposta busca atingir alguns objetivos que se referem, sobretudo, ao exercício do diálogo, para construir junto com as crianças e adolescentes do Parque Eliane um espaço de encontro, liberdade e autonomia. Institui, então, o seguinte **objetivo geral**: “Capacitar crianças e adolescentes do Parque Eliane em práticas de valorização humana, hábitos de vida saudável e respeito ao meio ambiente, com fins de desenvolverem na sua comunidade, junto a suas famílias, campanhas de prevenção ao uso de droga.” Partindo deste, defini quatro **objetivos específicos**:

1. Identificar os fatores de risco e os fatores de proteção ao uso indevido de substâncias psicoativas entre as crianças e os adolescentes participantes da pesquisa;
2. Estimular a reflexão e o diálogo entre os atores e atrizes sociais envolvidos na pesquisa acerca de situações do cotidiano relacionadas ao uso de drogas;
3. Fomentar a construção de valores e práticas de prevenção ao uso das drogas, com base nos Direitos Humanos e de Cidadania;
4. Planejar com os partícipes da pesquisa campanhas a serem desenvolvidas junto às famílias do Parque Eliane, no intuito de reduzir os fatores de risco ao uso de drogas naquela comunidade.

Não busquei formular, *a priori*, hipóteses a serem testadas por instrumentos padronizados, nem me centrei prioritariamente em questões teóricas, preocupação presente na pesquisa clássica, todavia, desta utilizei alguns de seus instrumentos de pesquisa, como o questionário e a entrevista. Também lançamos mão de procedimentos mais interativos e implicativos, como a discussão em grupo, a dramatização, conversas informais, passeios, fotografias, desenhos. No que tange à análise e à interpretação dos dados, destaco que essas são produto das discussões de grupo. Com uma linguagem acessível, busquei possibilidades nas quais todos os partícipes pudessem compreender nossas falas e sentirem também contempladas as suas vozes. Nessa perspectiva, considero muito pertinente a pesquisa de natureza qualitativa e a metodologia da pesquisa-ação que, como registra

Lapassade *apud* Barbier (2002, p. 6) os beneficiários são os próprios membros de uma comunidade.

Quanto às técnicas de implicação utilizadas pela pesquisa-ação, que incluem o uso de diários, registros audiovisuais, análise de conteúdo, não são recursos estranhos às múltiplas técnicas dos historiadores, minha formação original. Refiro-me, nesse sentido, à historiografia pós-*Annales*, ou seja, após a criação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, em 1929, quando iniciou-se uma mudança substancial no que tange à metodologia da pesquisa em história e a ampliação da noção de fonte histórica.

Entendo que a relevância desta pesquisa pode ser percebida em âmbito acadêmico e social, tanto pela pertinência do tema como pelo comprometimento de todos e todas nela envolvidos. Considero ser relevante, do ponto vista acadêmico, não somente pela produção de conhecimento novo sobre uma comunidade e alguns sujeitos que nela residem, mas, sobretudo, pelo esforço em estar refletindo sobre a sociedade e suas demandas e, por outro lado, levando à academia a interação próxima com a comunidade (BOLAN e MOTTA, 2007, p.01). No tocante à relevância social, concebo que esta pesquisa de caráter interventivo contribuiu para a transformação social da comunidade do Parque Eliane, sobretudo das crianças e adolescentes que participaram desse estudo, visto que foi possibilitado que tais sujeitos, através de práticas educativas, refletissem sobre suas práticas cotidianas na família, na escola, na comunidade, e entre os amigos, sobre aspectos relacionados aos fatores de risco e fatores de proteção ao uso de drogas e ainda sobre a importância de se adotar um estilo de vida saudável.

Eu não tinha uma exata noção do enorme desafio que estava a minha frente. Para começar, como reuniria esses sujeitos? Em qual espaço? Como mostrar que esse trabalho seria importante para eles e elas? Pensei comigo: se eu fosse criança, eu sairia da minha casa várias vezes para ser pesquisado por alguém que não conheço, não sei de onde veio e que vai falar de prevenção às drogas? Seria isso um assunto interessante? Essas e outras inquietações estavam presentes em mim na véspera de ir a campo.

Esbocei várias propostas, pensei em dinâmicas, em rodas de bate-papo, em oficinas, e fui ao primeiro dia. Cheguei às 8h. A casa de Arte e Cultura estava fechada. Logo, pensei que eles e elas não viriam. Liguei para o celular de Efigênia, bolsista do Pibic/UFPI que me ajudaria na pesquisa, ela atendeu e disse que estava indo de casa em casa lembrando as crianças que se iniciariam hoje os encontros sobre prevenção às drogas. Não demorou muito e chegou Islami, a primeira participante da pesquisa que conheci, meio desconfiada, aproximou-se aos poucos. Seu olhar de dúvidas parecia imaginar “o que esse homem veio

fazer aqui?” e por outro lado estava eu a imaginar “o que farei aqui terá êxito?”. De qualquer forma, sabia que não teria resposta naquele momento. Entrei, preparei o espaço para o encontro e fiquei esperando as outras crianças. Elas chegaram aos poucos.

A ideia que me norteava era a noção de que eu precisava fazer de minha pesquisa um espaço dialógico, e que eu não iria àquele lugar para exercitar uma postura meramente “conteúdistas” e muito menos de um simples auscultador. Eu precisava perceber aqueles sujeitos como narradores e não apenas como informantes. A pesquisa social é de fato um encontro entre sujeitos aprendentes e “portadores” de experiências plurais. Embora eu estivesse trabalhando com crianças e adolescentes, destes não recebi “silêncios”, “apatias”, mas **vozes ativas e com imensa vontade de serem ouvidas**, ao contrário do que imaginam muitas pessoas, inclusive homens e mulheres das ciências, que veem na figura da criança “alguém que não fala, que é carente da palavra (...) um sem-pessoa, literalmente um sem-máscara (...) um não-cultivado, um ainda selvagem” para usar as palavras de Larrosa (2010, p.46).

Essas experiências que tive, de inserção no universo das subjetividades desses sujeitos pesquisados, sem dúvida alguma ultrapassam as dimensões teóricas de uma pesquisa acadêmica e me inserem em um território privilegiado no qual a escuta sensível nos desvenda outras visões de mundo possível, outros olhares, outros sentires, outros desejos.

Foram seis meses de trabalho, desde o encontro inicial até o encerramento parcial, que se deu no dia 19 de dezembro de 2012, um encontro onde estiveram presentes diferentes gerações de moradores daquele bairro, como uma criança de dois anos de idade e uma idosa de mais de sessenta. Também destacamos a presença de dois pais, o que é raro nos encontros naquela casa, marcada pela presença feminina, isso se referindo ao público adulto.

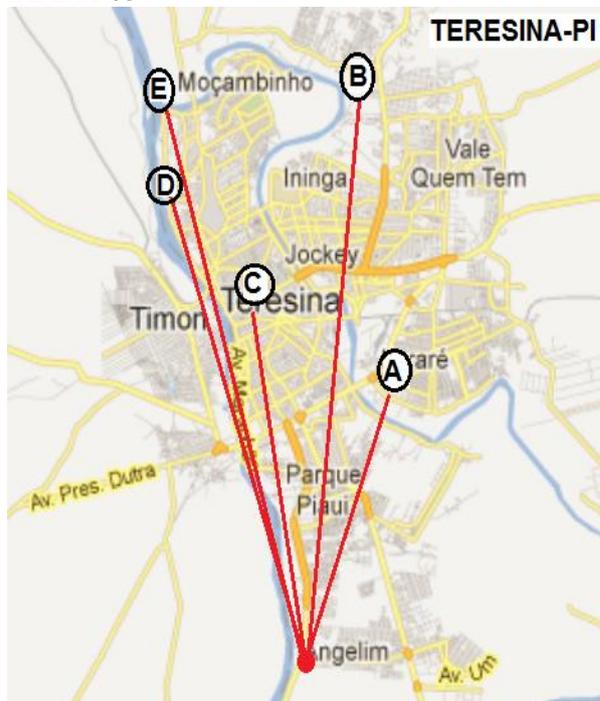
Os cenários onde desenvolvi as temáticas e estratégias da pesquisa constituíram-se pela comunidade e também outros espaços da cidade de Teresina. Nestes encontros, tive a oportunidade de dialogar sobre os seguintes temas: as drogas, seus efeitos e a importância da prevenção; fatores de risco e fatores de proteção ao uso de drogas; direitos da criança e do adolescente; relações interpessoais na família, na escola e entre amigos; cidadania e direitos humanos; meio ambiente; hábitos de vida saudável. Esses temas, exceto o último, fazem parte dos conteúdos trabalhados pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, e também pelos cursos de prevenção às drogas, ofertados pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Senad, bem como com as diversas publicações da referida instituição através do Observatório Brasileiro de informações sobre drogas – Obid. Considerei

importante inserir o tema meio ambiente, entre outros motivos, pelo fato desta pesquisa ter sido realizada também em parque ambientais.

Alguns temas foram trabalhados em forma de oficinas de desenho, outros com o auxílio de vídeos e *slides*, outros ainda com dramatização, dinâmicas, leitura de revista em quadrinho, aula-passeio e atividade física recreativa. O detalhamento dessas estratégias encontra-se nos capítulos desta dissertação.

Os espaços visitados no decorrer destes seis meses de pesquisa de campo foram os seguintes, em ordem cronológica: Esquadrão Independente de Policiamento Montado da Polícia Militar do Piauí – Cavalaria da PMPI (25/08/2012), Parque Zoobotânico de Teresina (15/09/2012), Theatro 4 de Setembro (10/10/2012), Parque Lagoas do Norte e Parque Ambiental Encontro dos Rios (08/12/2012). No total, foram utilizados cinco importantes espaços educativos e culturais da capital piauiense. Na imagem a seguir, mostro no mapa de Teresina os percursos realizados durante a pesquisa.

MAPA 03



A – Cavalaria da PMPI

B – Zoobotânico

C – Theatro 4 de Setembro

D – Lagoas do Norte

E – Encontro dos Rios

Fonte: Imagem do Google
(www.google.com.br/maps).
Acessado em 12/10/2012.

A estratégia de fazer desta pesquisa um espaço que permitisse aos nossos sujeitos andarem pela cidade que moram e, mais do que isso, conhecerem a cidade em que residem, não fazia parte do esboço original de nosso projeto. Surgiu quando, ainda nos contatos iniciais com os meninos e meninas colaboradores desse trabalho, alguns deles falaram de suas experiências com a capoeira. A maioria desses pratica o referido esporte na própria Casa de Artes e Cultura e também na Associação de Capoeira do Bairro Angelim. Pensei, então, em levá-los para jogar capoeira no Encontro dos Rios, o que seria uma ótima oportunidade dos meninos e meninas conhecerem este importante parque ambiental de Teresina.

Quando então, resolvi vincular as minhas atividades às de Efigênia Neres, que duas vezes por semana dá aulas de letramento para as mesmas crianças e adolescentes desta pesquisa, pensei em ampliar os lugares a serem visitados de um⁶ para cinco, que foram justamente os citados na página 24. A decisão foi acertada, visto que logo foi possível ver a alegria das crianças e adolescentes. Ao invés de ter como espaço de pesquisa a comunidade, incluí também outros lugares, onde um pouco da comunidade também estaria, através de seus pequenos moradores. Podemos nessas experiências verificar que:

As conversas são muito mais francas e produtivas se usarmos locais e situações alternativas. Sair para dar uma caminhada, conversar num passeio, no ônibus, até mesmo durante um programa de televisão, pode, eventualmente, funcionar melhor [...] pode ser uma maneira de deixá-lo [o jovem/ o adolescente] mais à vontade (CARLINI, 2011, p. 17).

Nesta pesquisa, busquei considerar o ponto de vista do outro e priorizar o seu discurso. Não há, neste trabalho, a perspectiva de hierarquização do ponto de vista do observador e do observado, até porque pesquisador e pesquisado vão, no decorrer das ações, assumindo esses papéis: ninguém só observa e tampouco só é observado. Em suma, a nossa vivência em campo nos possibilitou imbricar-nos nas subjetividades dessas crianças e adolescentes e privilegiadamente perceber a riqueza de possibilidades experimentadas nos momentos da infância e da juventude, que se expressam em manifestações de sociabilidades (SPOSITO, 1996 *apud* ADAD, 2011, p. 51).

O primeiro capítulo desta dissertação intitula-se: *Prevenção ao uso de drogas: políticas e práticas*. Nele procurei discutir sobre questões relacionadas às políticas públicas sobre drogas no Brasil e no Piauí, bem como sobre práticas relacionadas à prevenção ao uso indevido de substâncias psicotrópicas. Discorro ainda sobre as categorias de análise: crianças,

⁶ A ideia original era desenvolver as principais oficinas e demais atividades da pesquisa na própria Casa de Artes e Cultura e, ao final, eu levaria os tais sujeitos para jogar capoeira no Parque Encontro dos Rios em Teresina.

adolescente, fatores de proteção e fatores de risco. Tais discussões incluem na sua fundamentação teórica a Política Nacional sobre Drogas – Pnad, a Lei Federal 11.343/2006, o Sistema Nacional de Políticas públicas sobre drogas – Sisnad, o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas do Piauí – Sied e, ainda, os seguintes autores: Duarte (2008, 2011), Caccia-Bava (2005), Diógenes (1998), Sposito (2003, 2005), Waiselfisz (2011).

No segundo capítulo, *A Prevenção como produção de um campo de escuta e empatia*, abordo a categoria de análise prevenção primária, a qual norteia esse trabalho. Neste espaço, apresento os sujeitos que participaram desta pesquisa, as crianças e adolescentes que participam da Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane, mais que meros informantes foram narradores. Discorro sobre os lugares que visitamos e sobre as experiências vividas pelos meninos e meninas que me ajudaram a atingir os objetivos desta pesquisa. Apresento ainda os resultados da investigação sobre os fatores de risco e fatores de proteção presentes nas escolas, comunidade e famílias dos referidos sujeitos. Neste capítulo também abordo sobre as escolhas metodológicas dessa pesquisa, que se inserem no campo da pesquisa qualitativa, mais precisamente a pesquisa-ação. Utilizei os seguintes autores: Barbier (2002) e Morin (2004), entre outros.

No terceiro e último capítulo, *“Experiências plurais de sujeitos aprendentes”* apresento a sistematização dos resultados das oficinas e outras atividades realizadas durante este trabalho. Procurei perceber as subjetividades de crianças e adolescentes sobre prevenção às drogas, sobre relações interpessoais que refletissem sobre a importância de adotar hábitos de vida saudável. Como mote, busquei proporcionar que os mesmos tivessem acesso à cidade que residem, conhecendo seus parques, suas praças, o teatro, a cavalaria, o estádio, e assim fortalecessem seu sentimento de pertencimento ao lugar que moram.

Enfim, busquei considerar o ponto de vista do outro e priorizar o seu discurso. Não há, neste trabalho, a perspectiva de hierarquização do ponto de vista do observador e do observado, até porque pesquisador e pesquisado vão, no decorrer das ações, assumindo esses papéis: ninguém só observa e tampouco só é observado. Em suma, a nossa vivência em campo nos possibilitou imbricar-nos nas subjetividades dessas crianças e adolescentes e privilegiadamente perceber a riqueza de possibilidades experimentadas nos momentos da infância e da juventude, que se expressam em manifestações de sociabilidades (SPOSITO, 1996 *apud* ADAD, 2011, p. 51).

1 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: políticas e práticas

*E destes dias tão estranhos
Fica a poeira se escondendo pelos cantos
Esse é o nosso mundo:
O que é demais nunca é o bastante
E a primeira vez é sempre a última chance.
Ninguém vê onde chegamos:
Os assassinos estão livres, nós não estamos.⁷
(Renato Russo)*

1.1 A prevenção primária

O fenômeno da drogadição está disseminando-se em todas as camadas sociais e aglomerados populacionais. Esse problema afeta o rico e o pobre, as pessoas do campo e da cidade, e os males trazidos por ele se alastram em velocidade e proporções nunca antes vistas. Sabemos que um poderio econômico muito forte e de alta performance vai ditando as regras vis deste “jogo”, trata-se da narcoeconomia⁸, que se aproveita de deficiências em segmentos importantes de nosso aparato estatal: educação, saúde, segurança pública, justiça. Entendemos que é preciso agir sem trégua e não com ações pontuais, e a aposta principal deve ser a Prevenção Primária, pois além de ser voltada para o público em geral, ela dá ênfase aos grupos populacionais ainda não atingidos (de forma mais grave) pelo problema.

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - Obid⁹, a prevenção ao uso indevido de drogas se dá em três níveis: primário, secundário e terciário. O primeiro nível objetiva evitar que o uso de drogas se instale, ou mesmo retardar o seu início. A prevenção secundária é destinada às pessoas que já experimentaram algum tipo de droga ou usam moderadamente. Nesse caso, o objetivo consiste em evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. O terceiro nível de prevenção se refere ao processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência.

Embora saibamos que os limites de tais níveis de prevenção não sejam tão definidos, consideramos que tal descrição tem sua importância didática para a compreensão das abordagens de prevenção ao uso de substâncias psicotrópicas. O Obid ainda apresenta uma tabela onde, de forma simplificada, descreve outra classificação para a prevenção às drogas:

⁷ Banda Legião Urbana, Música *Teatro dos Vampiros*, Álbum V, ano 1991.

⁸ Narcoeconomia é uma expressão que diz respeito à economia ilícita movimentada pela cadeia produtiva das drogas. Hardinghaus (1995, p.10) cita que “los grandes de la **narcoeconomía** han sido admitidos en el círculo de los hombres más ricos del mundo.” Caccia-Bava (2006, p.64) assevera que “a formulação de políticas públicas de proteção dos jovens ameaçados pela **narcoeconomia** poderia ser referência para todas as políticas locais para a juventude” (grifo nosso).

⁹ Disponível em <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>. Acessado em 25/10/2012.

QUADRO 01

Prevenção Universal, Seletiva e Indicada	
O que é?	Onde se aplica?
Intervenção universal – são programas destinados à população geral, supostamente sem qualquer fator associado ao risco.	Intervenção universal – na comunidade, em ambiente escolar e nos meios de comunicação.
Intervenção seletiva – são ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco de uso de substâncias.	Intervenção seletiva – por exemplo, em grupos de crianças, filhos de dependentes químicos.
Intervenção indicada – são intervenções voltadas para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos de risco relacionados direta ou indiretamente ao uso de substâncias, como por exemplo, alguns acidentes de trânsito.	Intervenção indicada – em programas que visem diminuir o consumo de álcool e outras drogas, mas também a melhora de aspectos da vida do indivíduo como, por exemplo, desempenho acadêmico e reinserção social.

Fonte: Disponível em <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>.

A crítica que fazemos a estas “intervenções” descritas no QUADRO 01, especialmente àquelas inseridas em alguma política pública é que elas, quando de fato existem, atuam de forma esporádica e são caracterizadas pela “massificação”, ou seja, elas visam “abarcas” o máximo de pessoas e nesse sentido não é o indivíduo, o ser humano, a preocupação principal. O mais importante, neste caso, é mostrar que o poder público está fazendo algo, nem que esse algo possa ter pouca relevância.

Não se faz prevenção às drogas apenas falando de droga, de seus efeitos e dos diversos problemas a ela relacionada. Embora saibamos da importância de tais iniciativas, visto que a própria Organização Mundial de Saúde - OMS afirma que estão menos propícios a usar drogas pessoas que têm informações adequadas sobre tais substâncias, entendemos que o que mais contribui para o não uso indevido de psicotrópicos é a garantia de alternativas saudáveis de lazer, educação de qualidade, moradia digna para nossas crianças, adolescentes e suas famílias. São estes e outros direitos que, uma vez respeitados, serão capazes de diminuir a sedução dos jovens pela narcoc economia.

A Política Nacional sobre Drogas – Pnad, aprovada em 23 de maio de 2005, tem como pressupostos, entre outros, “buscar incessantemente atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”, e ainda “priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade”. A figura da prevenção (primária) também está presente nos objetivos desta política, como se pode observar: “Conhecer, sistematizar e divulgar as iniciativas, ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas em uma rede operativa, com a finalidade de ampliar sua abrangência e eficácia”. A Pnad está dividida em

cinco tópicos ou linhas de atuação, quais sejam: *1- Prevenção; 2- Tratamento, recuperação e reinserção social; 3- Redução dos danos sociais e à saúde; 4- Redução da oferta; 5- Estudos, pesquisas e avaliações.*

No que tange à prevenção o texto cita:

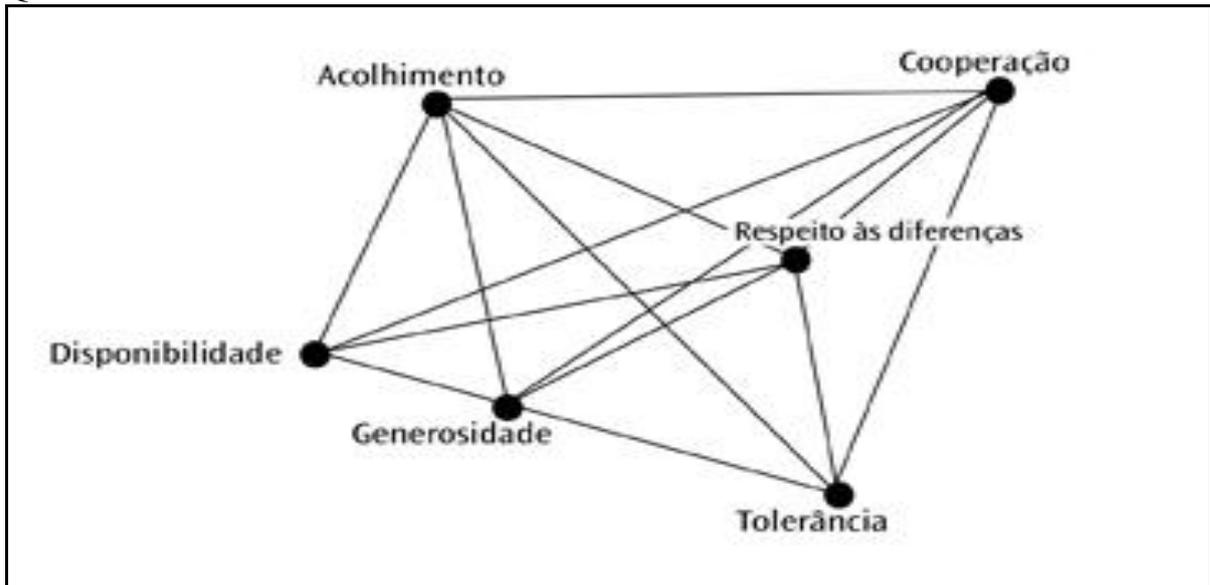
A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem a melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.

Segundo Duarte (2008, p. 132), o conceito de rede social compreende um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, ou seja, atitudes de cooperação geradoras de solidariedade e parcerias. Essa autora elenca ainda alguns objetivos das redes sociais, vejamos:

- a) Favorecer o estabelecimento de vínculos positivos, por meio da interação entre os indivíduos;
- b) Oportunizar um espaço para reflexão, troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns;
- c) Estimular o exercício da solidariedade e da cidadania;
- d) Mobilizar pessoas, grupos e instituições para a utilização de recursos existentes na própria comunidade;
- e) Estabelecer parcerias entre setores governamentais e não governamentais para implementar programas de orientação e prevenção, pertinentes a problemas específicos apresentados pelo grupo.

Nos trabalhos em rede algumas atitudes são fundamentais, como o acolhimento e a capacidade de compreender o outro, a cooperação e o interesse em ajudar, a disponibilidade e o compromisso solidário, que inclui o respeito às diferenças étnico-econômicas sociais, a tolerância e capacidade de aceitar o outro, a generosidade que se reflete no apoio e na atenção. A figura a seguir apresenta um esquema que nos auxilia a entender a articulação das características da rede em discussão (DUARTE, 2010, p. 134):

QUADRO 02



Fonte: Duarte, 2010, p.131.

No que tange à atuação dos trabalhos em rede e a prevenção às drogas, Duarte (2010, p.134) comenta que é preciso “educar o indivíduo para assumir atitudes responsáveis na identificação e no manejo de situações de risco que possam ameaçar a opção pela vida”.

Essa visão de prevenção enfatiza a adoção da educação não apenas como um “pacote” cumulativo de informações sobre drogas, mas como um processo contínuo de aprendizagem voltado ao desenvolvimento de habilidades psicossociais que permitam um crescimento social e afetivo equilibrado ao indivíduo.

Seguindo a linha de raciocínio dessa mesma autora, entendemos que a prevenção passa necessariamente por um tipo de educação baseada no diálogo e na busca da autonomia dos sujeitos. Prevenção requer posturas práticas e atitudes concretas, ao contrário disso, ainda se recorre muito a conjunto de fascículos, cartilhas informativas, palestras “antidrogas”, que sem uma devida articulação com outras ações apresentam eficácia duvidosa. “A articulação de diferentes pontos da rede social pode otimizar espaços de convivência positiva que favoreçam a troca de experiências para a identificação de situações de risco pessoal” (DUARTE, 2010, p.134).

A Prevenção Primária às drogas deve ser levada a cabo, sobretudo pelas políticas educacionais, imbricando-se as mesmas como componente indispensável e não como “complementar”. Não há no aparelho estatal brasileiro em geral, e piauiense em particular, nenhuma instituição que “aglomere” tantos jovens que as escolas, isso, por si, já se apresenta como um elemento que auxilia as atividades de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas, visto que se a família, que é núcleo fundamental da sociedade, não é um espaço

tão fácil de se intervir quando o assunto é “relações interpessoais”, a Escola compensa esse “entreve”, essa “dificuldade”. Nela as políticas públicas podem atuar mais “livremente” e de forma mais intensa.

A escola é um espaço privilegiado para as práticas de prevenção às drogas, uma vez que nela a informação, aliada à sensibilização, à tomada de consciência e à busca de alternativas saudáveis de diversão podem funcionar como ferramenta que não apenas garanta que crianças, adolescentes e jovens não se envolvam com drogas, mas que, igualmente, exerça, de forma plena, sua cidadania.

A ação de prevenção ao abuso de drogas e a adoção da cultura da paz nas escolas, família e seu entorno, sendo esta última tida como concepção de educação, tem sido a melhor solução encontrada para a educação dos alunos, na construção de uma sociedade livre das drogas e ações que ensejem e produzam violência (UNESCO, 2003 *apud* PEROVANO, 2006, p. 25).

A instituição escolar deve fomentar o protagonismo juvenil, não aquele que está presente nos discursos institucionais, sempre vagamente definido, como citam Carrano e Sposito (2003, p. 290), “débil conceituação de proteção social e cidadania participativa”; mas aquele que favoreça a expressão da capacidade criadora de nossos jovens, visto que a autonomia dos sujeitos se constitui quando o mesmo é capaz de criar e não apenas mimetizar.

1.2 O sistema estadual de políticas públicas sobre drogas do Piauí

O Piauí, inclusive saindo na frente de muitos Estados, instituiu em 2008, através de lei, seu sistema estadual de políticas públicas sobre drogas, o Sied, proposta que copia as seguintes iniciativas em nível federal: Plano Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Pnad)¹⁰ e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad)¹¹. Em 2011, o governo do Piauí criou a Câmara de Enfretamento ao Crack e outras Drogas. Foi também criada mais recentemente, no segundo semestre de 2011, a Coordenação Estadual de Enfretamento às Drogas, iniciativas que vêm somar-se a outras leis estaduais que tratam sobre esse assunto.

Nos últimos três anos, no Piauí, muito se falou, se debateu, se noticiou sobre a questão das drogas, alguns representantes políticos logo se apressaram em “pregar a bandeira” do

¹⁰ Aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas (Conad), no dia 27/10/2005 – a nova Política Nacional sobre Drogas é resultado do realinhamento da Política Nacional Antidrogas vigente até então.

¹¹ O Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

“combate às drogas”. Wellington Dias ajudou a instituir, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas. A deputada federal Iracema Portella é uma das representantes da frente parlamentar de Combate ao Crack na Câmara Federal. Em nível estadual, a Frente Parlamentar de Políticas Públicas sobre *Drogas* na Assembleia Legislativa é presidida pela deputada Rejane Dias, que no ano de 2011 organizou alguns encontros para debater o tema na Alepi.

Como podemos observar, foram criadas recentemente várias “iniciativas”, tanto do poder executivo como dos poderes legislativos federais e estaduais, que objetivam minimizar os problemas advindos das drogas; entretanto, não podemos deixar de registrar que pouco se pode constatar além de fóruns, caminhadas, debates, seminários; enfim, muita movimentação em âmbito teórico e, na prática, muita inércia.

Quais as novas ideias e propostas que tais dispositivos institucionais trazem a esse velho problema? Até agora muito pouco, sem um fundo financeiro que possibilite, principalmente, os órgãos do poder executivo estadual, a Câmara Técnica de Enfrentamento ao Crack (ideia mal “copiada” de iniciativa parecida implantada no Estado de Pernambuco) e a Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às drogas, seguem sem destaque algum. Essa última, criada há mais de dois anos, ainda não foi capaz de atuar minimamente nem na capital do Estado. Temos percebido, no que tange a essa pasta, a enorme dificuldade das pessoas que a compõem em se articular com os demais setores existentes no Estado, sejam governamentais ou não, que trabalham com a questão das drogas, o que deixa ainda mais precária e extremamente ociosa a referida coordenadoria.

Não são poucas as leis já sancionadas no Piauí, tanto na Assembleia Legislativa como na Câmara de Vereadores de Teresina, que dispõem sobre a questão das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. A maioria destas leis ainda é completamente desconhecida da população. Muitas delas apenas são cópias de iniciativas similares de outros Estados, portanto, sequer foi realizado um estudo para conhecimento da realidade local; muitas carecem de regulamentação e aplicabilidade e apenas têm se juntado ao já extenso calhamaço de leis ociosas em nossos parlamentos. Vejamos as tabelas a seguir.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALGUMAS LEIS ESTADUAIS DO PIAUÍ,
ALUSIVAS ÀS DROGAS.¹²

Lei (número e ano)	Assunto
5.734/2008	Obriga a veiculação de mensagens contra o uso de drogas nos sítios provedores de informações na Internet, de responsabilidade de órgãos e entidades da Administração Pública estadual.
5.434/2004	Institui, na rede pública e privada de Ensino Fundamental do Estado do Piauí, o estudo da dependência química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas.
5.433/2004	Dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no Estado do Piauí.
5.394/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares, e dá outras providências.
5.740/2008	Dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis instalados nas rodovias estaduais.
5.775/2008	Institui o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas do Piauí e dá outras providências.
6.005/2010	Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no Estado.

¹² As informações contidas neste quadro estão disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Piauí: www.alepi.gov.pi.br, acessado em 10 de junho de 2010.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALGUMAS LEIS MUNICIPAIS DE TERESINA, ALUSIVAS ÀS DROGAS¹³

Lei (número e ano)	Assunto
4.042/2010	Institui a semana municipal de prevenção às drogas.
4.034/2010	Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, e dá outras providências.

Pela observação deste último quadro, percebemos o quanto o município de Teresina ainda atua de forma tímida na área de prevenção às drogas. Recentemente foi instituída a semana municipal de prevenção às drogas, cujo texto legal registra:

São objetivos da Semana Municipal de Prevenção às Drogas [...] desenvolver programas de cultura, esporte e lazer, envolvendo escolas públicas e privadas, comunidades, associações de moradores, igrejas e entidades da sociedade civil, instituições de ensino superior como forma de propiciar espaços para uma boa vivência e ocupação nas práticas esportivas e culturais (LEI MUNICIPAL DE TERESINA Nº 4.042/2010; Art. 2º-II).

Entretanto, a iniciativa de criar esta lei não dá conta da demanda, pois a proposta não traz, claramente, quais são suas diretrizes e sua execução tem se dado de forma extremamente superficial, resumindo-se em eventos anuais no mês de junho em algumas escolas e em outros espaços da cidade. Na prática, alguns servidores da Prefeitura Municipal de Teresina, através da Semjuv e outras pessoas contratadas distribuem *folders* e realizam palestras e fóruns onde são enfatizadas questões sobre os efeitos das drogas no organismo.

É preciso apostar em pesquisa e em estudos que possam servir de subsídio para a articulação de iniciativas de prevenção às drogas, levando em consideração as peculiaridades da sociedade de Teresina. Sem pesquisa não há dados. Sem dados não chegamos a nenhuma informação. Sem informação não conhecemos. Sem conhecimento não temos como fazer um planejamento capaz de implementar políticas públicas que tenham eficácia e que sejam eficientes. Além disso, no tocante ao primeiro quadro, destacamos que em geral as leis aprovadas no parlamento piauiense carecem de regulamentação. E se regulamentadas, ainda sofrem de outro problema, a inaplicabilidade, como o caso da Lei 5.434/2004, que institui na rede pública e privada de Ensino Fundamental do Estado do Piauí o estudo da dependência

¹³ As informações contidas neste quadro estão disponíveis no site <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/topsearch.pl>, acessado em 10 de junho de 2011.

química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas, essa lei, de autoria do deputado estadual Warton Santos, tem quase uma década que foi sancionada, mas nunca foi, de fato, posta em prática.

A justificativa é sempre a mesma: falta de recurso, sendo possível associar também a isso, a falta de compromisso, respeito e espírito republicano. Dessa forma, a coisa pública parece não ser entendida na sua essência e complexidade por parte de nossos gestores políticos.

1.3 A nova lei. Um novo olhar?

A lei brasileira de drogas nº 11.343¹⁴, criada em agosto de 2006, traz algumas incoerências ao abordar os casos de porte de droga para consumo próprio. Pela lei citada, ainda é crime usar drogas, mas a forte atenuação da pena (que não prevê mais a reclusão de liberdade) chega a parecer uma despenalização que, para alguns, soa como uma descriminalização. Mas, afinal, se drogadição¹⁵ é uma doença, pode uma doença ser considerada crime? Embora com previsão de penas brandas? Sabemos que tal problematização está tratando de um assunto complexo, impossível de ser abarcado por conclusões ou colocações simplistas e absolutas, mas implicam reflexões profundas que resultem em medidas práticas, efetivas e substantivas. A lei brasileira de drogas (nº 11.343/2006) no que tange à prevenção, em seu artigo 18 cita: “Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção” (BRASIL, 2010, p. 31).

A principal novidade trazida pela nova lei, nem diz respeito ao aumento da pena para o traficante, nem à tipificação de um novo crime – o financiador do tráfico, nem ao fim do encarceramento do usuário. A instituição do Sisnad e a ênfase dada à prevenção e ao uso de drogas são os aspectos que merecem mais destaque. Todavia, não é difícil se constatar que a prática ainda está muito longe das preconizações legais. A lei, apesar de trazer inovações, para a maioria dos municípios brasileiros não passa de um amontoado de palavras e números que em nada levam em consideração suas vivências, valores, possibilidades e realidade. Muda-se

¹⁴Substitui os instrumentos normativos que existiam até então, leis 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

¹⁵A Classificação Internacional de Doenças, 10ª revisão (CID-10) em seu capítulo V - *Transtornos Mentais e de Comportamento*, incluem as seguintes substâncias, entre outras: álcool, opioides, canabíoides, cocaína, solventes voláteis.

a lei, mas mantém-se a inércia do Estado frente à necessidade urgente de se garantir sua imediata aplicação.

Sabemos que o uso de drogas envolve diversas dimensões que passem por aspectos morais, religiosos, culturais, jurídicos, sanitários. Embora não nos aprofundemos nessa discussão, trazemo-la à tona para refletirmos se é possível falar de um novo olhar sobre a drogadição? E se sim, de qual dimensão ou de quais dimensões partem esse novo olhar?

É lugar comum, pelo menos entre os teóricos e profissionais que estudam o tema e/ou atuam nesta área, a ideia de que o dependente de droga psicotrópica, antes visto como um criminoso, precise ser encarado como um doente e, por conseguinte, precise de um tratamento para recuperar-se. Mas, no geral, o foco ainda tem sido a droga e não o usuário. Ainda continuam gastando mais com a repressão ou bem menos, do que realmente precisamos, com a prevenção. Partindo do pressuposto de que é quase nula a possibilidade de se acabar definitivamente com a oferta de drogas, por que então não concentrar esforços na diminuição da demanda?

E o que dizer da escola? Dessa, tem partido um novo olhar sobre o fenômeno do uso de drogas? E se afirmativa, a resposta deste novo olhar tem se vislumbrado novas formas de atuação? Como as escolas de Teresina têm se comportado frente a esse problema, a drogadição? E a sociedade teresinense em geral, como vem agindo a esse respeito? O que se fala? O que faz? E o que deixa de fazer?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ¹⁶ já estão há mais de uma década em vigor. O que podemos apontar que, de concreto, se tenha feito, quando falamos de abordagens de temas transversais nas escolas de Teresina? E mais especificamente no que concerne à prevenção ao uso de drogas? Estas dúvidas ainda não encontraram respostas mais precisas neste trabalho, mas servirão de base para as discussões e reflexões propostas nesta dissertação.

É possível hipotetizar que as escolas de Teresina, em geral, têm reagido de forma bastante tímida no que se refere a práticas que busquem prevenir o uso de drogas entre os escolares, em virtude de serem algumas ações muito pontuais, a exemplo de cursos e palestras, que na maioria das vezes são atividades isoladas e esporádicas, ou seja, tem o problema da não continuidade, e, ainda, da não participação efetiva da família. A verdade é que não há, durante a formação inicial dos professores e muito menos na formação

¹⁶ Os PCNs começaram a ser elaborados em 1995, e foram concluídos em 1997.

continuada, o tema “prevenção às drogas” em pauta, e se por um lado a escola não sabe como agir o poder público não oferece condições para mudar esse quadro.

Para exemplificarmos, citamos o *Plano Estratégico de Ação Integrada da Educação 2010-2012* da Semec de Teresina, um documento de 53 páginas que objetiva elencar o planejamento da referida secretaria no que diz respeito aos projetos e programas a serem implementados no decorrer desse biênio. A PMT se “responsabiliza” em atender 41 escolas com o programa **Escola Aberta**, 60 escolas com o programa **Mais Educação**, 61 escolas com o **Programa Saúde na Escola – SPE**, todos esses programas são iniciativas e têm financiamento do Governo Federal. Levando-se em consideração que a Semec tem mais de 300 escolas, consideramos baixo o percentual de atendimento, algo em torno de 20% nos dois últimos programas e 13% no primeiro. O documento cita ainda a realização de ciclos de palestras em 05 escolas por ano, com o projeto **Língua Solta**¹⁷, nesse caso o percentual é ainda menor, 1,6% (p. 17-21)

Apesar de registrar em seus princípios e compromissos a questão da “educação para os direitos humanos” e a “educação para a democracia e cidadania” (p. 12), não encontramos nem nas Políticas Prioritárias (p. 13) e nem no restante do documento nenhuma alusão a um projeto ou programa que tratasse essa temática de forma específica; o que mais se aproxima dessa proposta é o programa **Escola Aberta**¹⁸

É bem verdade que a falta de informação aumenta os riscos de envolvimento com drogas, mas apenas a informação não é garantia de proteção efetiva. É necessário mostrar aos jovens alternativas, e isso passa por ações em diversas áreas da administração pública: cultural, esportiva, trabalhista. Ainda destacamos que a espiritualidade, ou seja, o engajamento em atividades religiosas tem-se demonstrado como importante fator de proteção.

Em sua dissertação de mestrado em políticas públicas, cursado na Universidade Federal do Piauí e defendida em 2011, Marcondes Brito da Costa trabalha com a questão das identidades juvenis em situação de tráfico de drogas. Seu espaço estudado foram três bairros da zona sul de Teresina: Vila São José, Vila Santa Cruz e Quilômetro Seis. Costa (2011) cita que o propósito de sua pesquisa era “documentar a vida e a experiência desse grupo silenciado [...] em busca de suas construções identitárias”. Sua pesquisa, de cunho etnográfico, com uma abordagem antropológica, baseada na observação direta e sistemática dos comportamentos

¹⁷ Através de bate-papos aborda temas como sexualidade, *bullying* e prevenção às drogas.

¹⁸ “Fruto de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a Unesco [...] tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade; ampliação das oportunidades de acesso à formação para a cidadania e redução de violências na comunidade escolar”. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/escola_aberta/secretarias_participantes_escola_aberta.pdf Acessado em 12/12/2012.

sociais permitiu-lhe adentrar, literalmente falando, no universo dos jovens usuários, traficantes, boqueiros¹⁹, além de perceber o quanto esses ambientes são tensos, cujas relações interpessoais são marcadas pela desconfiança constante, pelo medo e pela violência em suas múltiplas faces.

Costa (2011), no quinto capítulo de seu trabalho, chama a socialização trazida pelo tráfico de drogas de “a socialização possível”, evidenciada pelo depoimento de um personagem real de sua pesquisa, Bartolomeu²⁰: “No meio disso cresceu, no meio disso viveu, a última coisa que aprendeu foi isso, então, infelizmente, muitas vezes o cara morre no meio disso também” (COSTA, 2011, p. 115).

O lugar em que esse jovem mora, pouco é contemplado com ações do Estado. Esse, quando aparece, infelizmente é com aparato policial e a truculência de muitos de seus agentes. Falta calçamento, não há rede de esgoto e apesar de situar-se relativamente próximo ao aterro sanitário, há deficiência na coleta de lixo. Faltam espaços para esporte e lazer e, o mais grave, não há escola (COSTA, 2011, p. 98). Apesar de falta de bens e serviços essenciais à vida, os jovens desses bairros estudados por Marcondes Brito da Costa, assim como tantos outros em Teresina, não estão imunes ao consumismo. Independente do estrato social em que esteja imerso, o sujeito vai experimentar deste expediente da sociedade atual. É na omissão do Estado em implementar políticas públicas para a juventude que aflora a sedução dos jovens pela narcoeconomia. “[...] o dinheiro é o acompanhante fixo da droga, seu amante furtivo (e tenebroso). É combustível de todo o processo de produção e venda, percorre o caminho de ida até o consumidor final e, também de volta, do distribuidor ao produtor” (HARDINGHAUS, 1995, p. 10).

Outro sujeito estudado por Costa, de codinome João, disse que “vantagem é ter dinheiro, ter mulher, [...] tráfico é uma chave-mestra: todo lugar que você chega ela abre as portas.” João ainda fala da presença assistencial dos empreendedores do tráfico de drogas frente às necessidades da população que vive nestas áreas, isso reflete o que afirmamos anteriormente sobre a negligência dos representantes políticos:

Se rouba lá o vizinho, quem vai atrás? É nós! Se mata um lá, quem vai atrás? É nós! Se o vizinho lá tá precisando de comida quem vai atrás é nós! [...] Rapaz minha filha adoeceu, [...] “tá aqui o dinheiro vá lá comprar!”. Quem é o banco? É nós! Então tudo que tem na porra da favela, é nós! Entendeu? A ação do governo que tem lá é nós! (COSTA, 2011, p. 134).

¹⁹Segundo Costa (2011, p. 149), “boqueiro é, depois do traficante, o mais alto funcionário, segundo Costa, às vezes o traficante também é o boqueiro, outras vezes não.”

²⁰ Nome fictício.

Em Teresina, são raras as referências de enfrentamento à difusão da Narcoeconomia. Tal enfrentamento deve passar, inevitavelmente, pela identificação da cadeia produtiva da mercadoria droga (repressão), mas, sobretudo, pela ênfase no sujeito, ensejando a diminuição da demanda. Parece pouco eficaz pregar a abstinência se não se pensar nas estratégias de oferta de alternativas outras que mostrem ao jovem serem possíveis outros caminhos, outras possibilidades, outras *paradas*²¹.

É por esse e outros motivos que se torna cada vez mais expressiva a importância do desenvolvimento de pesquisas no âmbito de cada região e de cada localidade, dos Estados regionais. Algumas cidades são alvos preferenciais dos estruturadores do comércio de drogas (CACCIA-BAVA, 2006, p. 64).

A priori, garantir a implementação das políticas públicas preconizadas na CF/88 é contribuir para a redução dos fatores de vulnerabilidade a que estão expostos muitos dos jovens de Teresina. O tráfico cria maiores ramificações e por sua vez mais violência, nas cidades onde existe maior fragilidade nas políticas públicas no geral. Se não há áreas para a prática esportiva, não há fomento à arte, à cultura e ao folclore. Não há educação escolar de qualidade (que não apenas possibilite o ingresso, mas garanta a permanência), se há não trabalho que permita que o sujeito tenha uma vida com dignidade, os jovens em situação de tráfico de drogas em Teresina vão se tornando “jovens das identidades sem: sem-futuro, sem-expectativa, sem-vida” (COSTA, 2011, p. 153).

1.4 Drogadição, higienismo e extermínio

O discurso da elite é forte, a heteronomia do Estado é potente, ambos legitimados pela mídia é quase infalível. As velhas máximas reacionárias seguem inexoráveis: “Bandido bom, é bandido morto”... todo discurso tem sede de legitimação. “Direitos Humanos é para proteger bandido!”... toda falácia subestima o real.

Democracia exige, antes de tudo, respeito à dignidade humana, respeito à vida, mas neste momento falaremos de morte, aliás, de pena de morte. Podemos observar isso no modelo atual brasileiro. A pena de morte brasileira é uma das mais cruéis de todos os países que vivem em regimes democráticos. Pois não há indiciamento, não há processo, não há direito de ampla (nem diminuta) defesa, não há julgamento, só há a sentença: execução

²¹ Muitos jovens usam a expressão “parada” para se referir a “negócio”, “assunto” etc.

sumária. O crime, ou o suposto crime cometido, não importa. Se de maior ou menor potencial ofensivo, se contra a vida ou não... a sentença tem sido a mesma: execução sumária.

Mas, se a natureza do ato ilícito não tem sido levada em consideração para a consumação da pena letal, quais são os critérios? Não são muitos, em suma, resumem-se em um, a natureza da vítima: jovens pobres. Se formos para os dados estatísticos revelados pelo estudo *Mapa da Violência 2011, Os Jovens do Brasil*, de Julio Jacobo Waiselfisz, encontramos: a maioria dos jovens brasileiros assassinados é pobre e proporcionalmente, os negros são mais vitimados. Esses vão simplesmente entrando para o rol dos “mortos em operação policial”, justificativa muito recorrente entre as polícias brasileiras, sobretudo quando tais operações envolvem pessoas menos favorecidas da sociedade.

Um caso recente em nosso Estado, em julho de 2012, suscitou tais discussões. Frank dos Santos Silva, de 16 anos, acabou morto pela arma de um Policial Militar durante uma operação policial. A promotora Francisca de Freitas Lourenço, do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude, do Ministério Público Estadual do Piauí, criticou a ação de tais policiais, que culminou com a morte do referido adolescente.

De acordo com a nota do Caodij, a ação culminou com um "brutal assassinato" por parte de policiais do Rone, "organismo militar que vem se notabilizando pelo alto índice de ações letais e profundo desrespeito aos direitos humanos dos segmentos empobrecidos da sociedade. (...) Execuções sumárias são atividades de grupos de extermínio, que não condizem com a atividade policial num Estado Democrático de Direito." "Urge adotar medidas urgentes para impedir essa guerra policial desencadeada contra os pobres e pretos", completa a nota, sugerindo que há preconceito por parte dos policiais (LUSTOSA FILHO, 2012).

A Polícia Militar do Piauí reage às declarações da aludida promotora e garante que a ação dos policiais foi padrão e a morte do jovem foi decorrência de sua reação.

Se nos propusermos a analisar os dados de forma qualitativa e nos perguntarmos: quem são essas pessoas assassinadas? Onde e em que situação nasceram? Que direitos lhes foram negados? Qual o crime que cometeram? Qual a atenção básica que o Estado lhes ofereceu?

Se investigarmos com afinco, é lamentável dizer: uns nada cometeram; outros são vítimas de um Estado excludente, em que pobre não tem vez e que parte da juventude é seduzida pela Narcoeconomia. Outros cometeram crime, mas todas as leis são transformadas em meros papéis timbrados, e tudo é logo resolvido pelo agente policial: execução sumária. Sabemos que há ainda tantas outras possibilidades, quisera nós falar das razoáveis, das

corretas, sentimos muito, não nós ativemos a falar neste tópico, de exceções raras, mas de execuções sumárias.

Com a indicação do Brasil para sediar eventos internacionais como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, vem à tona, neste país, um expediente no qual historicamente tem se lançado mão, o higienismo, que, em suma são ações no sentido de “limpar” das ruas da cidade os “indesejáveis”, os mendigos, os meninos de rua, as prostitutas, enfim, aqueles que “ameaçam” a aparência civilizada dos centros urbanos.

Essa prática perdura por séculos. Para termos uma ideia, no governo de Floriano Peixoto, em 1893, um decreto autorizou a criação de um estabelecimento voltado para a correção dos vadios, vagabundos e capoeiras encontrados na capital Federal (SANTOS, 2004, p. 01). Somente em 2012 o plenário da Câmara Federal aprovou o Projeto de Lei que retira da Lei de Contravenções Penais de 1941 o crime de vadiagem. Uma onda reacionária vem tomando conta do país, a despeito de anos de luta antimanicomial, e conquistas históricas, como o direito das pessoas com transtornos mentais, advindos das drogas ou não, do cuidado em liberdade. São Paulo e Rio de Janeiro saem na frente com a, atualmente muito questionada, “internação compulsória” dos dependentes químicos. Essa história, já conhecemos e sabemos que as consequências não foram das melhores. O homem “normal” sente a necessidade de segregar-se dos “anormais”. Trancafiá-los é um recurso simplório bastante recorrível.

Nem precisaríamos colocar aqui qual seriam as práticas mais adequadas de enfrentamento à drogadição. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que figuram como responsáveis em seus respectivos governos pela prática de “internação” compulsória de dependentes químicos, sabem perfeitamente e com riqueza de detalhes que combater os grandes empresários da narcoeconomia, aparelhar as polícias para coibir a distribuição (frente repressiva), universalizar práticas educativas de prevenção ao uso de drogas, sobretudo junto a crianças e adolescentes (frente preventiva), mas, eles também sabem que tais ações não surtirão efeito a tempo de começarem os jogos da copa do mundo e os jogos olímpicos. Grandes eventos internacionais que colocarão o Brasil como “vitrine” mundial. Como muitas ruas e praças das grandes e médias cidades brasileiras estão repletas de usuários de crack e outras drogas, a alternativa emergencial encontrada por tais gestores seria jogar a “sujeira” para debaixo do tapete, “pra inglês não ver”, nem franceses, nem americanos, nem alemães, nem japoneses.

1.5 A (des)proteção social da infância e adolescência no Brasil

Em tempos de liberdade, de democracia, é possível falar em exercício pleno da cidadania por parte das crianças, adolescentes e jovens brasileiros, e piauienses em particular? É óbvio que uma afirmação positiva a essa indagação não seria razoável, sobretudo se nos referirmos à população pobre. Bendix (1996, p. 112) chama a atenção que “a igualdade da cidadania e as desigualdades de classe social desenvolveram-se juntas”. O autor ainda acresce que “a igualdade formal perante a lei beneficia a princípio apenas aqueles cuja independência social e econômica os habilita a tirar proveito de seus direitos legais (*idem*, p. 112)”. A tipologia dos direitos tripartite, formulada por T. H. Marshall, divide o conceito de cidadania em três partes, que ele também chama de elementos. São eles:

Direitos civis como liberdade pessoal, liberdade de palavra, pensamento e fé, o direito a propriedade e a concluir direitos válidos, e o direito a justiça. *Direitos políticos* tais como o direito de voto e o direito ao acesso a cargo público. *Direitos sociais* que vão do direito ao bem-estar econômico e à segurança, mínimos ao direito de participar inteiramente na herança social e viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões prevaletentes da sociedade (BENDIX, 1996, p. 111; MARSHALL, 1964, 63-64).

No Brasil, o que podemos dizer dos direitos sociais das crianças, adolescentes e das juventudes pobres? Aqui há um déficit histórico no que tange à igualdade de oportunidade, ele é ainda maior quando se trata de igualdade de resultados. Mesmo depois de garantidos em lei, muitos direitos ainda seguem sendo negados, formando assim, na nossa sociedade, uma enorme massa de cidadãos cuja cidadania é negada. Como “reparo”, o Estado oferece a proteção social para as pessoas carentes, ou seja, aquelas que não lograram êxito, tornando-se dessa maneira “objetos da caridade privada ou pública, em uma condição de cidadania invertida²², por meio de medidas de caráter preventivo e punitivo” (FLEURY, 2007, p. 76). No que tange aos jovens, a questão tem sido ainda mais grave. “A intervenção do Estado e da sociedade brasileira foi prioritariamente ‘tutelar’ e de ‘proteger’ as crianças e os jovens marginalizados, sendo a internação o principal procedimento histórico” (ADAD, 2011, p. 61).

No Brasil, segundo Telles (1994 *apud* LIMA, 2003, p. 24), “(...) a ordem da lei nem mesmo chegou a garantir a equivalência jurídica que a noção de igualdade supõe (...)”. Reportando-nos especificamente a Teresina, e para sermos mais precisos, à sua periferia, podemos identificar, sem nenhum esforço, o quanto a população que lá reside vive em um

²² Fleury (2007, p. 76) define assim *Cidadania invertida*: “quando o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não-cidadão.”

quadro de desassistência, no que tange às políticas públicas. Os moradores do Parque Eliane estão em situação de “cidadania invertida” (FLEURY, 2007), ou “subcidadania” (SOUZA, 2003). Vejamos o que assevera esse autor sobre essa última categoria:

Em sociedades periféricas como a brasileira, o *habitus* precário, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso, sob a forma de uma evidência social inofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma “ralé estrutural” nas sociedades periféricas (SOUZA, 2003, p.22).

Mesmo “tornados” “subcidadãos”, esses “grupos sociais precarizados”, que nos propomos a estudar, vão traçando suas trajetórias de resistência, buscando “ser parte da cidade” em que moram, embora saibamos que:

(...) essas expressões desenvolvem-se contrariando a concepção dominante, que procura conservar a pobreza nos subterrâneos da sociedade, amalgamando a trama urbana e tecendo as relações ordenadoras da vida social (LIMA, 2003, p. 39-40).

O nosso cenário de pesquisa nos revelou “centenas de famílias em busca de um lugar no mundo e elaboradoras, através de experiências e de sua própria lógica, de um modo de viver e de ser parte da cidade” (LIMA, 2003, p.39). Além de não terem acesso aos direitos de cidadania que lhes são assegurados, os mesmos ainda contam com “práticas que tem associado periculosidade, criminalidade e a condição de não-humanidade à situação de pobreza” (COIMBRA & NASCIMENTO, 2003). Sobre esse assunto Benevides Soares (1998, p. 03-04) observa:

Somos uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais de toda sorte, e, além disso, somos a sociedade que tem a maior distância entre os extremos, a base e o topo da pirâmide sócio-econômica. Nosso país é campeão na desigualdade e distribuição de renda. As classes populares são geralmente vistas como “classes perigosas”. São ameaçadoras pela feiúra da miséria, são ameaçadoras pelo grande número, pelo medo atávico das “massas”. Assim, de certa maneira, parece necessário às classes dominantes criminalizar as classes populares associando-as ao banditismo, à violência e à criminalidade; porque esta é uma maneira de circunscrever a violência, que existe em toda a sociedade, apenas aos “desclassificados”, que, portanto, mereceriam todo o rigor da polícia, da suspeita permanente, da indiferença diante de seus legítimos anseios.

Em um país cujas disparidades entre ricos e pobres ainda continuam alarmantes, não é de se estranhar que não haja tanto interesse por parte do Estado em “pensar” políticas para a infância e a adolescência que realmente atendam às suas reais necessidades, visto que para

essa parcela da população segue implacável a focalização ou concentração²³ das políticas sociais, exigência inexorável do ajuste neoliberal²⁴. Por que então pensar uma política social universalista para crianças e adolescentes se os abastados têm a plena “seguridade” familiar, que lhes possibilita educação de qualidade, lazer, acesso aos bens culturais. Neste caso, como a política para esse segmento da população é vista como algo para os pobres, esta, indubitavelmente, tende a figurar como não prioridade.

Esping-Andersen Gosta (1995, p. 74) cita que “os neoliberais defendem a privatização do bem-estar, um retorno aos benefícios seletivos, ao invés de universais e a aceitação de uma maior diferenciação nos ganhos”, nesta mesma linha de raciocínio, Gomes (2006, p. 17) assevera que ao ganhar maior dimensão, o neoliberalismo e a ideologia contrária ao *welfare state*²⁵ traz amplas possibilidades de expansão dos mercados para o aumento de lucros capitalistas.

A lógica seria, então, privatizar, entregar às forças de mercado o sistema de proteção social, reduzindo o papel do Estado, em última instância, ao de fornecedor de um sistema de previdência residual para os mais pobres da sociedade. Isso trouxe amplas possibilidades de expansão dos mercados para a realização de lucros capitalistas (GOMES, 2006, p. 17).

No Brasil, às crianças das classes menos favorecidas não são garantidos os mesmos direitos que àquelas das classes ricas. O acesso ao ensino fundamental tem funcionado graças à corrida desenfreada aos recursos do antigo Fundef, hoje Fundeb²⁶, mas a qualidade do ensino não tem acompanhado o crescimento do número de vagas. Em geral, na capital e no interior do Piauí, o ensino escolar oferecido pelo poder público pode ser classificado como precário, assim como também é a infraestrutura da maioria das escolas. Definitivamente, não

²³ Focalização e Concentração são termos diferentes que expressam o mesmo sentido. Referem-se a uma das imposições (as outras são, Privatização e Descentralização) do ajuste neoliberal na América Latina, proposto inicialmente pelas ideias do “Consenso de Washington”. Soares (2002) utiliza “focalização”; Draibe (1993) cita “concentração”.

²⁴ *Ajuste neoliberal e Consenso de Washington* são duas expressões que caminham juntas, ambas se referem a uma política de austeridade que é caracterizada, segundo Negrão (1998, p. 42), por medidas como, entre outras: “Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura”, privatização, com a venda de empresas estatais e desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas.

²⁵ Sumariamente, *Welfare State* pode ser traduzido como Estado Providência ou Estado de bem-estar social, esse modelo estatal surge com a expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e o Movimento de um Estado Nacional visando a democracia nos países europeus. “Seu início efetivo dá-se exatamente com a superação dos absolutismos e a emergência das democracias de massa” (DRAIBE, 1988, p. 21).

²⁶ O Fundeb (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação) foi criado pela **Lei nº 11.494, de 20 junho de 2007**, e substitui o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental). Esse primeiro supera esse último e abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em 21/12/2012.

podemos falar em igualdade de oportunidades, tampouco de resultados, no tocante às políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência no Piauí. Sobre a igualdade de oportunidades às crianças, Esping-Andersen Costa e Palier (2010) discorrem sobre a importância de se investir nas crianças ao longo de sua vida, uma política séria voltada para a infância, sobretudo que melhore a situação educacional e que possa contribuir para os efeitos da pobreza no futuro. Esse investimento, sem dúvida é um grande desafio para o desenvolvimento de nosso país.

1.6 As categorias criança e adolescente

Os sujeitos que participaram desta pesquisa encontram-se na faixa etária de 10 a 15 anos, o que, pelo principal marco normativo brasileiro²⁷ sobre essa questão, indica que são crianças e adolescentes. Entretanto, segundo mudança recente na Constituição Federal brasileira, que inclui o termo “jovem” em sua redação²⁸, considera, através do Estatuto da Juventude, que regulamenta a inserção das juventudes na carta magna, na qual são considerados jovens aqueles que se encontram na faixa etária de 15 a 29.

Apesar de, em tese, estar trabalhando com pelo menos 01 jovem (Jaciara), evitei utilizar, com destaque, neste texto, a categoria juventude, para evitar confusão na interpretação dos dados, mas, sabemos que há muitas discussões acerca dessas categorias ou “fases da vida humana”, não há um consenso sobre a questão do estabelecimento das faixas etárias ou fixação dessas fases, em termos de idade. Concordamos que há uma diferenciação sobre essa questão que passa por fatores políticos, culturais, cronológicos, geográficos, sócio-históricos.

Falar de juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude constitui-se como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma invenção moderna, sendo, desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações (DIÓGENES, 1998, p. 93).

²⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, em seu Art. 2º cita que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acessado em 12/12/2012.

²⁸ A Emenda Constitucional nº 65 insere o termo jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal. O intuito é assegurar à juventude direitos que já foram garantidos constitucionalmente a seguimentos da população como crianças, adolescentes, mulheres, idosos e etc. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/busca/?q=PEC+da+juventude&x=0&y=0>. Acessado em 12/12/2012.

Em termos de idade, não há limites fixos de fronteiras para início e fim da juventude. O recorte incide mais sobre os aspectos relativos a cortes cronológicos. Alguns autores delimitam-na entre 15 e 24 anos, mas outros a concebem de modo mais amplo, com limite inicial de 10 a 14 anos, sobretudo em áreas rurais ou de extrema pobreza e nos extratos sociais médios e urbanizados, estendendo-se aos 29 anos (BOMFIM, 2006, p. 46).

O historiador francês Philip Ariès, em uma importante pesquisa sobre a infância e a família trouxe-nos valiosas contribuições para o estudo dessas categorias. Ariès (1981) nos mostra que na Europa ocidental medieval, em muitas regiões o sentimento da infância era ausente. A criança era vista como um adulto em miniatura. Nas iconografias que retratam aquela época, podemos observar que as vestimentas dos pequenos, depois que deixavam os cueiros, eram iguais às dos adultos, só que em tamanhos reduzidos. Durante muito tempo, no ocidente europeu e nas diversas regiões por ele influenciadas, a idade não era considerada um fator preponderante para se estabelecer quem era jovem e quem não era. Era muito comum se associar a “infância” (este termo tinha um emprego genérico: aquele que não é adulto) ao período em que a pessoa era dependente financeiramente.

Tem-se em português, na atualidade, uma variedade de nomes para designar a faixa etária que antecede a vida adulta: meninos e meninas, garotos e garotas, jovens, crianças, adolescentes, rapaz, moço, moça, entre outros. Tais categorias não são fáceis de serem descritas, pois envolve uma gama de singularidades e pluralidades. Não pretendemos aqui estabelecer o debate sobre as possíveis diferenças entre tais nomenclaturas. Citarei, no decorrer deste texto, as expressões “crianças e adolescentes” e “meninos e meninas”, para me referir aos sujeitos principais dessa pesquisa, digo “principais” porque não posso deixar de considerar a participação de alguns pais, mães, irmãos e outros parentes em algum momento deste trabalho.

Do ponto de vista legal, a infância e a adolescência no Brasil historicamente têm aparecido nos marcos normativos relacionados a questões como o “disciplinamento”, punição e panóptica. Ainda no século XVI são criadas pelos jesuítas as *Casas de Muchacho*, com o objetivo de educar as crianças dentro dos preceitos da Igreja Católica, estas foram uma das primeiras medidas de afastamento dessas de seu convívio sociofamiliar praticadas no Brasil (COUTO e MELO, 1998, p. 20).

Tivemos ainda outras etapas de atendimento à infância, como a criação de dois “códigos de menores”, em 1927 e 1979, que como desdobramentos ensejaram o surgimento do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Tal modelo privilegiou o internato como principal forma de atendimento, onde o higienismo e a eugenia norteavam tais ações (EARP *et al*, 1998, p. 122). Outra etapa

surgiu com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que “está vinculado a um período histórico em que houve um movimento da sociedade brasileira no sentido da reconstrução e organização de suas instituições no cenário das políticas públicas” (COSTA *et al*, 1998, p. 161).

[...] o ECA, que visa regulamentar o direito constitucional para a criança e adolescente [...] estabelece mecanismos para sua implementação, partindo do pressuposto de que a criança e adolescente são cidadãos, independentemente de sua condição social, o que o diferencia fundamentalmente das legislações anteriores voltadas exclusivamente para o atendimento à infância pobre, considerando que estavam em “estado de risco”, como era estabelecido no Código de Menores de 1927, ou em “situação irregular”, como estabelecia o Código de Menores de 1979 (COSTA *et al*, 1998, p. 163).

O ECA representa, portanto, “uma ruptura com a visão clientelista e repressora então predominante”, visto que observamos “ao longo de nossa história, uma clara distinção entre uma política para os filhos da elite ou das classes dominantes e uma política para as crianças e adolescentes pobres” (FALEIROS, 2005, p. 171).

A questão, no momento, é se com o ECA, que considera as crianças sujeitos de direitos, e com o processo de democratização do país, houve mudanças de fato na articulação do desenvolvimento econômico desigual com as políticas para a infância (FALEIROS, 2005, p. 174).

Não podemos negar alguns avanços, sobretudo em “decorrência da ampla mobilização da sociedade pelos direitos infanto-juvenis que propiciaram a elaboração de novas políticas e a articulação de uma frente parlamentar vinculada à criança”. Entretanto, a despeito de toda essa mudança do marco de referência legal, o que proporcionou, como direito, o reconhecimento da criança e do adolescente como cidadãos, ainda não são garantidas a muitos brasileiros que se encontram nessa faixa etária, políticas públicas que lhes assegurem direitos fundamentais previstos no artigo 5º de nossa constituição federal (CF/88). A uma parcela significativa, nem mesmo o direito à vida é assegurado, e não nos referimos aqui à alta taxa de mortalidade infantil brasileira (16 por mil nascidos vivos em dados de 2011). Estamos falando de crianças e adolescentes assassinados diariamente em várias cidades brasileiras.

O relatório *Um Brasil para as crianças*, da Rede de Monitoramento Amiga da Criança, que tem à frente a Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), publicado em 2004, registra que:

Comparando áreas onde há conflito armado deflagrados, algumas regiões metropolitanas brasileiras apresentam índices tão ou mais alarmantes de violência armada organizada, embora não possam ser oficialmente consideradas áreas de guerra.

Para nos auxiliar nessa discussão sobre os impactos da violência armada organizada sobre a infância e a adolescência, citaremos alguns dados de estudos realizados sobre a capital fluminense, o Rio de Janeiro.

De acordo com algumas informações extraídas do estudo desenvolvido pelas organizações não-governamentais Viva Rio e Instituto de Estudos da Religião (Iser), enquanto o Stockholm International Peace Research Institute relaciona cerca de 39 mil mortes com a Guerra Civil na Colômbia, entre 1978 e 2000, em igual período foram registradas 49.913 mortes por ferimento por arma de fogo no município do Rio de Janeiro. O mesmo estudo informa que no conflito entre Israel e Palestina nos territórios ocupados morreram 467 crianças e adolescentes, entre dezembro de 1987 e novembro de 2001. No Rio de Janeiro, 3.937 crianças e adolescentes morreram por ferimentos a bala, 19 no mesmo período [...] entre fevereiro de 2000 e dezembro de 2001, 612 menores de 18 anos foram mortos por armas leves na cidade (praticamente um por dia!), e em 2001, um total de 52 menores de 18 anos foram mortos pela polícia durante as ações policiais (RELATÓRIO UM BRASIL PARA AS CRIANÇAS, 2005, p. 119-120).

Ainda segundo o mesmo relatório, “a maior parte dessas mortes é resultado de confrontos entre as facções do tráfico de drogas com a polícia e entre facções rivais do tráfico de drogas”. O II Relatório “Um Brasil Para as Crianças”, publicado em 2007, aponta que “a grande maioria das políticas e dos programas governamentais voltados para a proteção de crianças e adolescentes em situação de risco não é adequada para lidar com o envolvimento no tráfico” (II RELATÓRIO UM BRASIL PARA AS CRIANÇAS, 2007, p. 73).

Os dados apresentados acima são alarmantes e não corroboram com os importantes avanços, em âmbito de legislação, trazidos pelo ECA, e sua política de proteção de crianças e adolescentes brasileiros. Concordamos com Coimbra e Nascimento (2009, p. 08-09) quando as mesmas afirmam que “a lógica de igualar infâncias e juventudes tão desiguais em termos socioeconômicos, culturais e históricos faz parte dos princípios e modelos defendidos pelo liberalismo”.

Entretanto, considerar a criança e o jovem enquanto sujeitos de direitos afirmados como universais não faria parte de uma proposta liberal? Uma proposta de igualar juventudes e infâncias desiguais, mas que são entendidas como possuidoras de essências diferentes? Tal lógica é formulada a partir dos princípios científicos que vêm historicamente caracterizando as crianças e os jovens dentro de modelos dominantes, onde eles são vistos como seres em formação, em crescimento, em desenvolvimento [...], ou seja, é uma tentativa de igualar em cima de valores burgueses modos de vida que continuam desiguais e que tendem, no neoliberalismo, a se tornarem cada vez mais distantes entre si (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p. 08).

A ideia principal das políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil segue o caráter focalizador e pontual. Para uma parcela significativa das crianças e adolescentes brasileiros, a ação mais presente, enquanto presença do Estado, é o bolsa-família, política na

qual há uma focalização²⁹, dentro da focalização, tendo em vista que apesar do referido programa atender a cerca de 12 milhões de pessoas (ALVARENGA, 2011, p. 03), ainda há, no Brasil, uma população imensa de indivíduos que carecem do benefício, e por questões de natureza, várias não fazem jus ao mesmo.

Muito se tem falado, debatido e transformado em lei, ideias que visam dar dignidade à infância e à adolescência, mas nem de longe podemos aceitar que há na prática uma prioridade absoluta no que tange à atenção aos brasileiros com até 18 anos incompletos, como preveem os principais marcos normativos para essa parcela da população. Ao se referir aos 18 anos de ECA, Rosa e Lopes (2009, p.12) citam:

[...] é tudo “*quase de verdade*”... Mas aqui cabe-nos apenas refletir sobre os dezoito anos do Estatuto e daí a propriedade do uso do título de história infanto-juvenil de Clarice sobre o cachorro Ulisses, que late uma “*história que até parece de mentira e até parece de verdade*”. Foi a inspiração para falar do que no mundo real acontece com o aniversário do Estatuto que, ao ser lido e colocado em confronto com a realidade, também parece ora de mentira ora de verdade, talvez situado no meio termo de realidades singulares neste imenso país, muito decorrente de decisões individuais de aplicação efetiva do ECA.

1.7 Epidemia da indiferença: crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade

Dois documentos são extremamente importantes para estudarmos a questão da violência (letal e não letal) contra crianças e adolescentes brasileiros, trata-se do *Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil*, de Julio Jacobo Waiselfisz e o *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010*³⁰ que tem como organizadores Luis Borges de Dorian e Ignácio Cano Melo. Ambos os estudos revelam um quadro de vulnerabilidade no qual se encontra uma parcela significativa de brasileiros na faixa etária que vai até os 17 anos de idade.

Os homicídios em geral, e os de crianças, adolescentes e jovens em particular, tem se convertido no *calcanhar de Aquiles* dos direitos humanos no país, por sua pesada incidência nos setores considerados vulneráveis, ou de proteção específica: crianças, adolescentes, jovens [...]. Essa grande vulnerabilidade se verifica, no caso das

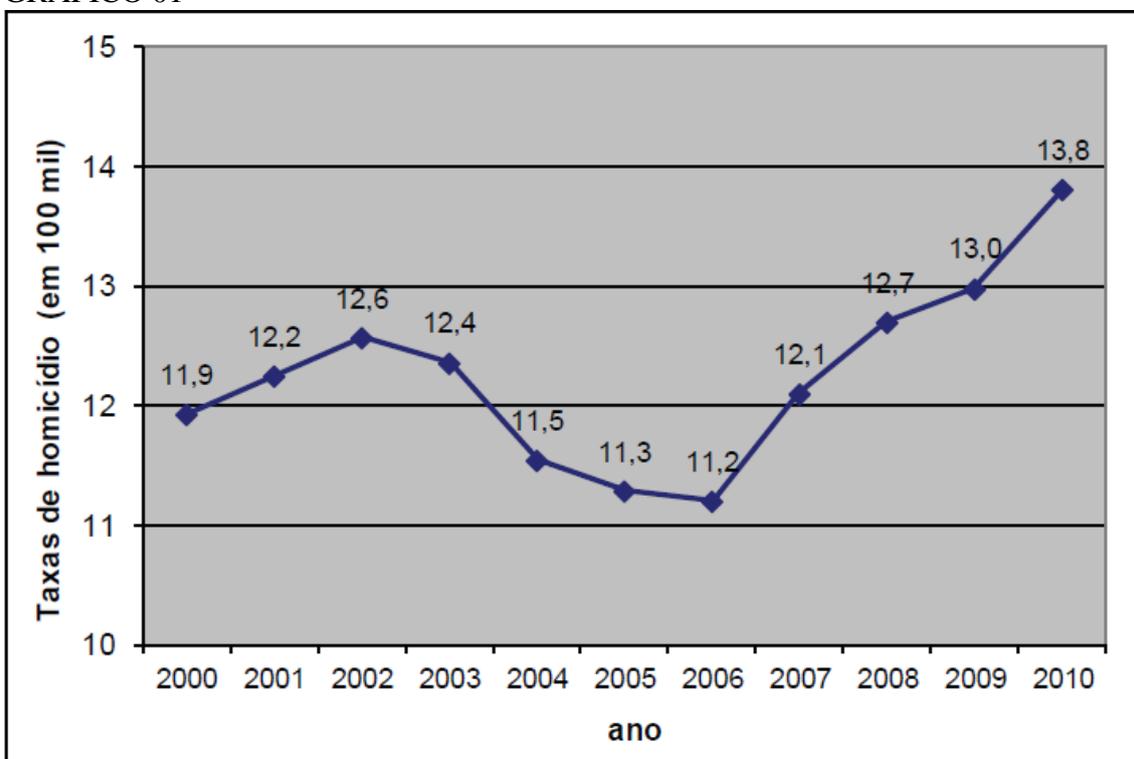
²⁹ Alvarenga (2011, p. 03) registra que mesmo a Constituição de 1988 definindo a universalidade do sistema de proteção social, os governos pós-constitucionais seguem adotando políticas focalizadas de transferência de renda.

³⁰ “O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) faz parte do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), criado em 2007 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj). O objetivo do IHA é estimar o risco de mortalidade por homicídios na adolescência, especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos. O IHA expressa, para cada grupo de mil pessoas com idade de 12 anos, o número de adolescentes nessa idade inicial que serão vítimas de homicídio antes de completarem 19 anos (BORGES e MELO, 2012, p. 12)”.

crianças e adolescentes, não só pelo preocupante 4º lugar que o país ostenta no contexto de 99 países do mundo, mas também pelo vertiginoso crescimento desses índices nas últimas décadas. As taxas cresceram 346% entre 1980 e 2010[...] vitimando 176.044 crianças e adolescentes nos trinta anos entre 1981 e 2010. Só em 2010 foram 8.686 crianças assassinadas: 24 cada dia desse ano (WAISELFISZ, 2012, p. 47).

O quadro a seguir mostra o quanto têm evoluído as taxas de homicídios de crianças e adolescentes no Brasil, mostrando uma evolução destas. A média de assassinato da população brasileira na faixa etária de 01 a 19 anos, entre 2000 e 2010, tem ficado atrás apenas de três países: El Salvador, Venezuela e Trinidad e Tobago.

GRÁFICO 01



Fonte: Waiselfisz, 2012, p. 48.

É bastante lúcida a fala de Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, referindo-se aos homicídios de jovens e adolescentes, o mesmo cita que:

O Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social... Isso ocorre devido a certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do Estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado (*apud* WAISELFISZ, 2012, p. 79).

Os homicídios de crianças e adolescentes têm historicamente mantido uma característica, o elevado índice de vitimização masculina, que chega em torno de 90% do total

das vítimas nessa faixa etária³¹ (WASELFISZ, 2012, p. 49). Em sua dissertação de mestrado, Márcia Dayrell (2011, p. 22) registra que:

O homicídio vem ocupando lugar de destaque entre as causas básicas de óbito, constituindo-se um dos principais motivos das mortes por causas externas no Brasil. Pelo número de vítimas e sua magnitude social, ele se converteu em um dos maiores desafios para a saúde pública. As mortes atingem desproporcionalmente os homens, negros, adolescentes e adultos jovens e distribuem-se em diferentes espaços intraurbanos, sendo que as taxas mais altas são encontradas nos grupos com condições socioeconômicas mais desfavoráveis.

O *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010* apresenta a distribuição do IHA por Unidade da Federação Brasileira no ano de 2010. Cinco Estados do nordeste figuram entre os dez com o maior número de adolescentes assassinados, é o que registra o quadro a seguir:

QUADRO 03

POSICÃO	UF	IHA	POSICÃO	UF	IHA
1	BAHIA	6,76	15	MINAS GERAIS	2,65
2	ESPÍRITO SANTO	6,36	16	GOIÁS	2,55
3	ALAGOAS	5,82	17	AMAZONAS	2,53
4	PARAÍBA	4,75	18	AMAPÁ	2,41
5	PERNAMBUCO	4,31	19	RIO GRANDE DO SUL	2,03
6	PARÁ	3,92	20	SERGIPE	1,99
7	RONDÔNIA	3,87	21	RORAIMA	1,81
8	RIO GRANDE DO NORTE	3,50	22	MARANHÃO	1,68
9	PARANÁ	3,41	23	PIAUÍ	1,33
10	DISTRITO FEDERAL	3,16	24	SANTA CATARINA	1,10
11	CEARÁ	3,03	25	ACRE	0,98
12	RIO DE JANEIRO	2,97	26	TOCANTINS	0,92
13	MATO GROSSO DO SUL	2,74	27	SÃO PAULO	0,88
14	MATO GROSSO	2,67			

Fonte: Borges e Melo, 2012, p. 44.

Apesar de haver uma falta de dados no que tange ao número e percentual de crianças e adolescentes envolvidos no narcoplantio, tráfico de drogas e armas, como registra o relatório *Um Brasil para as crianças*, da Abrinq, o mesmo aponta, pelo menos ao referir-se à cidade do

³¹ Já o relatório *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010* cita que “para o conjunto dos municípios com mais de cem mil habitantes, um adolescente do sexo masculino possui um risco aproximadamente doze vezes maior de ser vítima de homicídio do que uma adolescente do sexo feminino” (BORGES e MELO, 2012, p. 62).

Rio de Janeiro, que a maior parte das mortes de crianças e adolescentes resulta de conflitos relacionados à drogadição.

É complexa e multifacetada a problemática do uso das drogas entre crianças, adolescentes e jovens no Brasil, por isso sabemos que devem ser criadas diversas linhas de atuação: prevenção, tratamento e recuperação, reinserção do indivíduo à família e ao trabalho e/ou escola e também devem ser reforçadas as ações de repressão ao tráfico e à Narcoeconomia, que tem cada vez mais seduzido essa parcela da população. De acordo com o *II Relatório um Brasil para as Crianças* (2007, p. 80), no Brasil, concretamente,

[...] nada foi feito no sentido de “desenvolver e implementar ações específicas para crianças e adolescentes advindos de algumas piores formas de trabalho”, tais como a exploração sexual para fins comerciais, o plantio e o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

A principal ação do Estado no caso de envolvimento de Crianças e adolescentes com drogas é a internação, o que em muitos casos tem tornado o problema ainda mais sério tendo em vista que “[...] as unidades de aplicação de medidas socioeducativas são extremamente ineficientes nessa área e são as verdadeiras escolas do crime organizado e ‘encaminhadoras’ para as facções do tráfico de drogas (RELATÓRIO UM BRASIL PARA AS CRIANÇAS, 2005, p. 83).

E a *epidemia de indiferença*, tão arraigada na sociedade brasileira, parece ganhar mais espaço, e aliada fortemente com a questão do preconceito, resulta em malefícios ainda maiores. As classes dominantes, principais produtores desse quadro caótico, limitam-se em manter sempre impávida a sociedade disciplinar através de um controle que não se exerce apenas sobre o que se é, o que se fez, “mas principalmente sobre o que se poderá vir a ser, sobre o que se poderá vir a fazer, sobre as virtualidades dos sujeitos” (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p. 02). Sobre os assassinatos diários de crianças e adolescentes nas periferias das grandes cidades é muito comum se ouvir coisas do tipo: “Enquanto eles tiverem se matando, tudo vai bem”, mas quando se comete um assassinato de alguém da classe média, ou alta, logo vem à tona a discussão da redução da maioridade penal.

A mídia, verdadeira máquina de rótulos, porta-voz das elites, logo se apressa em classificar de bandidos, traficantes e outros estigmas afins, adolescentes e jovens em contextos sociais de abandono por parte do poder público e que vivem em situação de tráfico. “Trabalhadores”, como considera Fefferman (2011), que vivem um “trampo embaçado”, duro

e arriscado em expediente de doze horas por dia, compondo a parte mais baixa da hierarquia do tráfico de drogas, visto que é “mais fácil condenar, quem já cumpre pena de vida”³²

³² Trecho da música *Classe Média* do CD “*Marginal*” de Max Gonzaga chegou às semifinais do *Festival Cultura - A Nova Música do Brasil em 2006*.

2 A PREVENÇÃO COM A PRODUÇÃO DE UM CAMPO DE ESCUTA E EMPATIA

“Há um fundo sem-fundo por trás de cada fundo, por trás de cada ‘fundamento’, um fundo incomensurável, que faz desbordar Sentidos incontornáveis” (Nietzsche).

2.1 O caminho metodológico

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, apresenta um enfoque de investigação-ação, “termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (TRIPP, 2005, p. 445-446). De modo mais específico, este trabalho traz elementos, como já sinalizamos na introdução desta dissertação, da pesquisa-ação e sua metodologia peculiar: essencialmente democrática e tem a mudança como finalidade, como registra Morin (2004, p. 55), isso se reportando de forma geral, e referindo-se a abordagem lewiniana³³. É, de fato, a solução de problemas de uma dada realidade social, a proposta fundamental dessa metodologia de pesquisa que, em suma, segue o seguinte itinerário: identificação do problema, planejamento de uma solução, implementação, monitoramento e avaliação de sua eficácia (TRIPP, 2005, p. 446).

O pesquisador em pesquisa-ação não é nem um agente de uma instituição, nem o ator de uma organização, nem um indivíduo sem atribuição social; ao contrário, ele aceita eventualmente esses diferentes papéis em certos momentos de sua ação e de sua reflexão. Ele é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um autor de sua prática e de seu discurso (BARBIER, 2002, p. 19).

Sem dúvida, na pesquisa, uma das maiores dificuldades a serem superadas trata-se da escolha metodológica, ou seja, encontrar respostas para a pergunta-chave, “como pesquisar?” Macêdo (2012, p. 23-24) observa que a questão não é apenas como ‘coletar dados’ sobre a realidade, mas como colaborar para que a pesquisa se torne, ela própria, “um instrumento de mudança dessa realidade como, aliás, deve ser toda pesquisa”.

Queremos registrar, *a priori*, que não iremos, nesta comunicação de resultados da pesquisa, dar ênfase aos diferentes matizes que a prática da investigação-ação traz no campo das discussões teóricas, como “pesquisa-intervenção”, “pesquisa-ação”, “pesquisa participante”, termos muitas vezes utilizados como sinônimos. Muito embora reconheçamos que existem, entre os mesmos, especificidades e aproximações.

³³ Em referência ao precursor da pesquisa-ação, o americano Kurt Lewin.

Concordando com Castro (2008, p. 29 *apud* MACEDO, 2012, p. 35), buscamos fazer desta pesquisa:

[...] um dispositivo que proporciona uma renovação no processo de pesquisa que se ancora na ideia de uma “não extemporaneidade do pesquisador” no processo de pesquisa, que nos remete ao conhecimento de que nenhuma pesquisa deixa de ser também uma intervenção, tendo em vista que em alguma medida a realidade é transformada [...].

As atividades desta pesquisa-ação foram realizadas no período de março de 2012 a janeiro de 2013, onde pudemos desenvolver desde o campo de análise e seu aporte teórico (pesquisa bibliográfica relativa à metodologia da pesquisa e o estudo das categorias conceituais como infância, adolescência, prevenção às drogas, fatores de risco e de proteção), ao campo de intervenção, que foram as visitas à comunidade que pesquisamos, as conversas prévias com os pais e responsáveis, as oficinas temáticas, as dinâmicas, os passeios.

Alguns instrumentos foram fundamentais para nossa coleta de dados, como a entrevista semiestruturada, questionário, observação direta (especialmente nos passeios que realizamos pela cidade de Teresina). Realizamos ainda algumas oficinas sobre prevenção às drogas, que traziam como subtemas questões como, as drogas e seus efeitos, as bases da amizade, meio ambiente, direitos humanos e de cidadania (direitos da criança e do adolescente) e hábitos de vida saudável.

Nas nossas oficinas sobre “as bases da amizade” e “assédio de grupos de amigos/colegas”, utilizamos o material didático do Programa educacional de resistência às drogas e à violência – Proerd (OFICINA 01) e sobre “as drogas e seus efeitos” e “fatores de risco e de proteção” lançamos mão, sobretudo, do livro *Prevenção ao uso de drogas para educadores de escola pública*, da Senad (OFICINA 02). Para falarmos de direitos humanos e de cidadania, utilizamos vídeos e *slides* (OFICINA 03). Nas atividades sobre meio ambiente, serviu-nos como apoio a revista em quadrinhos do *Sesinho*, elaborada pelo Serviço Social da Indústria (OFICINA 04), além de aula de campo com o professor Jesus Viveiros. As atividades sobre “hábitos de vida saudável” foram desenvolvidas com o auxílio do educador físico e artista Ivan Pingo, e foram realizadas nos Parques Lagoas do Norte e Encontro dos Rios (OFICINA 05).

Em algumas de nossas oficinas utilizamos o recurso da prática do desenho, onde cada sujeito partícipe pode expressar, desenhando, suas representações sobre determinado tema proposto, como assevera Bomfim *apud* Sampaio (2012, p. 22):

Os desenhos [...] são recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento. O desenho é a criação de uma situação de aquecimento para a expressão de emoções e sentimentos e a escrita traduz a dimensão afetiva do desenho [...]

Consideramos esses momentos muito interessantes, principalmente para as crianças e adolescentes que se sentiram atraídos pela iniciativa. Desenhando, muitos expressavam opiniões, sentimentos e desejos que verbalmente não se sentiam à vontade ou consideram não ser possível.

O que os meninos e meninas por nós pesquisados mais aprovaram neste trabalho, indubitavelmente, foram os passeios que realizamos para vários espaços de nossa cidade, Teresina. “Andar pela cidade” foi o carro-chefe de nosso trabalho e uma importante fonte de captação/observação de subjetividades desses nossos partícipes da pesquisa. Esta foi uma forma que encontramos de possibilitar aos mesmos que tenham acesso à cidade que moram e dela sintam-se participantes e não longínquos coadjuvantes, como a condição social destes, os tem imposto, e por extensão tenham garantidos outros direitos como o lazer, o acesso aos bens culturais e artísticos da sua sociedade, bem como, informação e proteção.

Juarez Dayrell³⁴ observa que para aprender a lidar com o outro é preciso explicitar conflitos, mas faz também necessário conquistar sua confiança, o referido autor ainda registra que o desejo é a pedra móvel de qualquer processo educativo, em pesquisas de natureza interventiva é preciso estimular que outro queira, tenha vontade, deseje, visto que é o desejo a força ‘proporcionadora’ de qualquer ação.

Talvez uma das maiores inquietações nossas, como já foi citado na introdução desta dissertação, residia na seguinte dúvida: como fazer as crianças e adolescentes sujeitos dessa pesquisa, desejar participar desse trabalho? Isso certamente passaria pelas escolhas metodológicas. Foi quando propusemos àquelas crianças e adolescentes do Parque Eliane a ideia de fazermos “aulas-passeio”, eles vibraram de alegria e logo começaram a sugerir lugares. Eles manifestaram um interesse bem maior do que o de ficar “assistindo aulas” na Casa de Arte e Cultura do bairro e respondendo questionários. Na referida casa, eles já fazem muitas outras atividades, capoeira, aulas de flauta, reforço escolar, comemorações alusivas ao dia dos pais, das mães, natal, dia das crianças. Então, decidimos ir a outros espaços, conhecer outros lugares e outras pessoas. Programamos excursões por nossa cidade, Teresina.

³⁴ O Prof. Dr. Juarez Dayrell (UFMG) proferiu estas palavras na Mesa Redonda “Juventude e produção do conhecimento: elementos para uma metodologia de trabalho com jovens” no I Colóquio Diálogos Juvenis: Diminuindo distâncias entre Narrador-Pesquisador, iniciativa do Laboratório das Juventudes – LAJUS/ UFC em 06 de dezembro de 2012, em Fortaleza / Ceará.

A expectativa criada por eles para esses eventos foi manifestada de várias formas, ansiedade, curiosidade, alegria. Certamente eles não passaram comigo para ouvir falar de drogas, para serem “informados”, tampouco serem meros “informantes”. No fundo eles queriam se encontrar, com os outros, consigo mesmo e com outros territórios, outras paisagens. Eles queriam se movimentar e conhecer outras pessoas, vivenciar outras experiências. Esses desejos, de fazer parte da cidade em que moram, eles não esconderam.

No primeiro encontro fora da comunidade, que se deu na Cavalaria da PMPI, pudemos ver a animação e empolgação dos meninos e meninas. Não sabemos dizer se, necessariamente, porque foi o primeiro, mas nunca deixaram de dizer que o contato com os cavalos foi o que mais marcou nas várias andanças da pesquisa. Queriam ver tudo, a baía onde os animais dormem e se alimentam, o lugar onde recebem as ferraduras, onde tomam banho, onde recebem medicamentos e, principalmente, a arena onde acontecem as sessões de equoterapia, local em que todos puderam andar a cavalo e também no pequeno pônei. Nem o horário do lanche fez com que deixassem a arena.

O segundo encontro foi no Parque Zoobotânico, e ao passarem pela ponte que dá acesso ao Residencial Tancredo Neves, entrada para ir à Cavalaria, alguns gritaram, “dobra aqui motorista”, demonstrando, de forma descontraída, interesse em voltar ao Eipmon. Mas, o ônibus seguiu em frente, rumo a mais um passeio. Nestas duas primeiras excursões, o trajeto passou pela BR-343, onde é possível ver uma parte das arquibancadas do Estádio Alberto Silva, o Albertão, momento em que todos expressavam o desejo de ir à referida arena esportiva. No Zoobotânico, durante o passeio, o que mais despertou interesse foi o recém-criado recinto dos ursos e o ambiente dos primatas.

O terceiro encontro foi no Theatro 4 de Setembro, onde foi encenada a peça “Senhor Rei, Senhora Rainha”, do dramaturgo piauiense Benjamim Santos. O evento foi realizado dentro do Festival “Teatro, Pipoca e Guaraná”, promovido pelo Serviço Social do Comércio – Sesc, evento alusivo à semana da criança. Um pequeno incidente marcou esse passeio, foi quando Herderson, um dos adolescentes, machucou um ferimento que já havia no seu pé. O sangue não estancava, então, Efigênia olhou para mim e disse, “vai pegar um lenço para ver se a gente para o sangramento”, fui atrás do lenço, sem sucesso resolvi ir a uma farmácia comprar um curativo. Ao chegar, coloquei o curativo no garoto e pude perceber ali o quanto estava envolvido com aqueles meninos e meninas, um nível de envolvimento que ia além de mero pesquisador e essa sensibilidade, eu sentia, ia contribuindo para que eles confiassem em mim e em Efigênia. No final, solicitei à organização do evento que permitisse que as crianças e adolescentes do Parque Eliane subissem ao palco para conhecer os artistas, o que aconteceu.

Eles puderam conhecer o espaço cênico e, claro, aproveitamos para tirar algumas fotografias e registrar o momento.

O quarto e o quinto espaços visitados foram conhecidos no mesmo dia, 08 de dezembro de 2012. Tratam-se do Parque Lagoas do Norte, recentemente inaugurado, e o Parque Encontro dos Rios, ambos ficam relativamente próximos, na avenida Boa Esperança, na zona norte da capital, às margens do rio Parnaíba, esse último, para ser mais preciso, situa-se justamente na confluência dos rios Parnaíba e Poti. Na campanha política no período do pleito eleitoral de outubro de 2012, os programas eleitorais veiculados na televisão exploraram muito a imagem do Parque Lagoas do Norte, o que o tornou muito conhecido, pelo menos de nome, as imagens muitas vezes mostradas na TV, passavam a impressão de um espaço com estrutura mais avantajada, o que fez muitas crianças e adolescentes, a princípio, concluírem, “pensei que era mais bonito”. No Encontro dos Rios eles puderam ver, além das belas paisagens, o problema dos aguapés, denunciando a poluição das águas do Poti. Além disso, em um pequeno museu disponibilizado no parque, tiveram a oportunidade de conhecer um pouco sobre algumas espécies de peixe que povoam os referidos rios. Nas trilhas deste parque, situadas bem próximo da margem do Parnaíba, conversávamos sobre várias coisas, sobre minha história com aquele rio, visto que nasci a poucos quilômetros dali e pude nele nadar, pescar e me divertir com amigos. Alguns falavam dos rios que conheciam e contavam histórias de vários feitos. Enquanto nosso bate-papo seguia-se sinuoso como o curso das águas, eis que surge um pedido que não me surpreendeu: banhar no rio. “*Deixa Waldílio, só um mergulho!*” Disse um dos meninos, olhando fixamente para as águas turvas do velho monge. Na cidade como Teresina, onde as temperaturas são quase sempre muito elevadas, as águas de um rio são, sem dúvidas, um grande atrativo; entretanto, não foi possível acolher o pedido do referido menino, visto que além do lugar não ser próprio para banhistas, não estávamos em condições mínimas de segurança para banho e nem em trajes para tal prática.

De todos esses espaços, apenas o Zoobotânico já era conhecido por quatro dos sujeitos da pesquisa. Dois já haviam andado a cavalo, mas em outros lugares. Todos já haviam assistido alguma peça de teatro, mas de grupos amadores, geralmente na escola ou na igreja. Os parques Lagoas do Norte e Encontro dos Rios, todos já haviam visto pela televisão. Além do estádio Albertão, entre eles também surgiu a solicitação para irmos aos seguintes lugares: Museu do Piauí, Troca-Troca (espaço popular de venda e troca de produtos usados, localizado às margens do rio Parnaíba, no centro de Teresina) e Shopping da Cidade (edifício de três pavimentos, para onde foram remanejados os vendedores ambulantes do centro de Teresina, localizado ao lado da Praça da Bandeira). Houve ainda a ideia de passearmos de metrô e de

irmos a algum clube ou local que oferecesse a opção de banho. Não pudemos atender a todos os pedidos neste primeiro momento, mas, dissemos a eles que é possível, é muito possível.

O pedido para irmos ao Albertão foi atendido, depois de visitarmos cinco espaços descritos, organizamos um evento no referido Estádio, no dia 06 de janeiro de 2013, onde tiveram presentes, além dos meninos e meninas da pesquisa, outras crianças e adolescentes do Parque Eliane, bem como seus pais e responsáveis.

Entre todas as atividades desenvolvidas na Casa de Artes e Culturas, a única que despertou interesse dos pais (estamos nos referindo aos homens) foi justamente um trabalho de prevenção às drogas. Em conversa com a orientadora, professora doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim, que também havia ouvido por meio de outras pessoas sobre o interesse dos pais (homens), nos foi sugerido que encontrássemos uma forma de inseri-los em alguma atividade, além da que havíamos pensado, reuniões e debates sobre a importância do diálogo de pais e mães com seus filhos sobre prevenção às drogas. Surgiu então uma ideia, baseada em uma aspiração anterior dos próprios meninos e meninas: conhecer um estádio de futebol e não apenas para vê-lo ou assistir alguns times jogarem, mas os próprios pais jogarem nesse estádio. Seria um momento muito especial.

Planejamos, então, a partida, e pensamos em ampliar o evento com a participação de outros sujeitos e instituições teresinenses, como a Polícia Militar e a Fazenda da Paz. Sem dúvidas, um momento ímpar, onde se encontraram, numa manhã de domingo, na principal arena esportiva do Piauí, o Estádio Albertão, jovens pais de crianças moradoras do Parque Eliane (sul de Teresina) que participam de atividades de prevenção primária ao uso de drogas naquela comunidade, jovens em situação de tratamento de dependência química da comunidade terapêutica “Fazenda da Paz” e jovens Policiais Militares do Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial – Rone/PMPI.



FOTO 3: TIME DO PARQUE ELIANE (ARQUIVO PARTICULAR)



FOTO 4: ENTREVISTA DA PROFESSORA BOMFIM NO ALBERTÃO (ARQUIVO PARTICULAR)

Objetivamos, com este encontro, sobretudo proporcionar a construção de “Redes de Cidadania”, que envolvem diferentes segmentos da sociedade teresinense, no intuito de se refletir sobre a prevenção ao uso de substâncias psicoativas e sobre a importância de se cultivar hábitos de vida saudáveis. O referido encontro, que denominamos de “*Futebol da integração, construindo cidadania*”, além de trazer em si, indubitavelmente, uma relevância social, compõem-se de uma dimensão simbólica extremamente significativa, visto que

representou um espaço para a desconstrução de preconceitos e quebra de paradigmas, em que foi enfatizada a importância do respeito ao próximo e aos direitos da pessoa humana.

Ao chegar ao Estádio, as crianças e adolescente olhavam para todos os lados, admiravam-no por suas dimensões. Queriam entrar e ver por dentro. Ronan, todo tempo me lembrava que queria jogar, e apesar de explicá-lo que os times eram formados por pessoas grandes, e que isso representa um perigo de lesão, se porventura acontecesse um choque em campo, ele seguiu insistindo, entrou em campo e deu alguns chutes junto com outras crianças durante os intervalos, não era bem o que queria, mas segundo o mesmo, valeu a pena.

O grupo de meninos e meninas da pesquisa andou por várias partes da arena, túneis, arquibancadas, gramado e constantemente manifestando sua torcida pela equipe do bairro, que venceu, no primeiro jogo, o time da Rone/PMPI, por 2 a 1. Em seu segundo jogo o Parque Eliane perdeu para o time da Fazenda da Paz por 3 a 1 e sagrou-se vice-campeão. O vencedor foi o time da Fazenda da Paz com uma vitória e um empate e a Rone/PMPI ficou em terceiro e último lugar com uma derrota e um empate. No final, tivemos entrega de medalha para os partícipes da pesquisa, para os jogadores que se destacaram. Fizemos ainda a entrega do troféu *Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim* a cada um dos times participantes, ao Coordenador Estadual do Proerd da PMPI que se fez presente, e ainda à própria homenageada, professora Bomfim.

As crianças e adolescentes, participantes ativos desta pesquisa, bem como nós (mestrando, bolsista Pibic, professora doutora orientadora e outros colaboradores deste trabalho) nos pusemos, em todos esses encontros, em contato com vivências as quais não estávamos habituados a experimentar e compartilhar. Experiências singulares e plurais. Larrosa (2002, p. 02) nos chama a atenção que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”³⁵. O autor ainda segue afirmando que:

A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.

³⁵ Larrosa (2002, p. 02) ainda assevera que “[...] experiência é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “ce que nous arrive”; em italiano, “quello che nos succede” ou “quello che nos accade”; em inglês, “that what is happening to us”; em alemão, “was mir passiert””.

“Só aprendemos o que nos toca”, falou a filósofa Viviane Mosé³⁶, nesse sentido, em nosso trabalho buscamos uma metodologia que tocasse as pessoas nas quais se dispuseram a ser “pesquisadas”. Nosso intuito era fomentar a reflexão dos mesmos sobre esse objeto específico, a “prevenção às drogas”, então consideramos ser esta, a pesquisa-ação, dentre as abordagens qualitativas, a mais adequada para obtermos os objetivos que nos propusemos atingir. Espinosa *apud* Zeppini (2010, p. 79) cita que “a potência do corpo que o afeta se combina com a sua de tal maneira que sua potência de agir é aumentada”, desse modo nos permitimos, sobremaneira, tocar e sermos tocados, afetar e sermos afetados.

2.2 Os sujeitos da pesquisa

Sabemos que é de praxe nas pesquisas com seres humanos se manter o anonimato dos indivíduos pesquisados e atribuir-lhes um pseudônimo, isso garante que os dados pessoais de tais pessoas não sejam publicados e assim se evite constrangimentos e outros problemas que porventura possam surgir. Entretanto, analisando os dados colhidos, consideramos que nenhuma das situações que ora aqui publicamos, nem minimamente podem causar alguma espécie de dano aos sujeitos que aceitaram participar conosco desse estudo.

Resolvemos então consultar as crianças e adolescentes e, posteriormente, seus pais ou responsáveis sobre se os mesmos aceitariam que fossem explicitados, nessa dissertação, os nomes reais dos 12 partícipes desse trabalho. Todos, sem exceção, aceitaram assinar um termo que nos autorizou a utilização dos verdadeiros nomes dos meninos e meninas pesquisados.

Neste tópico registramos o que as crianças e adolescentes, sinteticamente, disseram de si, do que gostam de fazer, que atividades querem praticar, que profissões querem exercer.

Islane de Sousa Oliveira

“Sou uma garota de 10 anos de idade, moro no Parque Eliane e estou no 5º ano do ensino fundamental. O que eu mais gosto de fazer é brincar com minha irmã e minhas amigas, também, nas horas vagas costumo ler livros e assistir televisão. Eu gostaria de aprender a grafitar, e meu grande sonho é ser modelo.”

Isaac Thayson da Silva Castro

“Estou cursando o 5º ano do ensino fundamental, tenho 11 anos e nas horas vagas gosto de assistir DVD e jogar videogame. Também gosto de jogar capoeira. Sei desenhar bem e gostaria muito de aprender judô, caratê e dançar hip hop. A

³⁶ Palestra disponível em www.youtube.com/watch?v=crIzDuxh6Ug Acessado em 12/12/2012.

capoeira me inspira porque é uma coisa que eu gosto muito. Gosto não, eu amo. Meu sonho para o futuro é ser médico ou biólogo.

Samuel Silas dos Santos Silva

Meu nome é Samuel, tenho 12 anos e estou cursando o 6º ano do ensino fundamental. Eu e minha família somos evangélicos. Nas horas vagas eu costumo brincar com videogame e gosto de mexer no computador, eu gosto de hip hop e de grafite, e tenho o sonho de sair desenhando por todos os lugares. Meu projeto de vida é ser um grande empresário.”

Lucas Matheus dos Santos Sousa

“Eu tenho 10 anos e estudo no 5º ano do ensino fundamental. O que eu mais gosto é de jogar videogame. Há muito tempo tenho vontade de aprender a tocar violão. Meu esporte preferido é a capoeira, e o tipo de música que mais gosto é o reggae. Quando eu crescer quero ser bombeiro ou veterinário.”

Pedro Henrique Evangelista Lima

“Eu sou Pedro Henrique, tenho 12 anos de idade, estudo no 6º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Angelim. Moro no Parque Eliane. Eu gosto de capoeira e tenho vontade de aprender mais para poder ensinar a outras pessoas de meu bairro e de outros lugares também. Eu também gosto de jogar futebol.”

Jackson Moraes da Silva Leal

“Eu tenho 13 anos e estudo no 8º ano do ensino fundamental. Tenho dois irmãos e uma irmã. O que eu gosto de fazer nas horas vagas é jogar videogame e conversar com meus amigos. Meu projeto de vida é jogar videogame, ser profissional.”

Ivanara Silva Castro

“Tenho 10 anos de idade e estou no 5º ano do ensino fundamental. Gosto de brincar de bonecas nas horas vagas e também de ler livros. Sei tocar flauta doce e gostaria de aprender a tocar violão. Serei fisioterapeuta, professora e contabilista.”

Jaciara Moraes da Silva Leal

“Tenho 14 anos e estou no 7º ano do ensino fundamental. Nas horas vagas ouço músicas e brinco com as colegas, também ajudo minha mãe nos afazeres domésticos. Sei bordar e gostaria de aprender judô. Meu estilo musical é “suíngueira” e meu projeto de vida é ser atriz.”

Ronan das Chagas de Moraes

“Tenho 13 anos e estou no 6º ano do ensino fundamental. O futebol é meu esporte preferido, por isso nas horas vagas gosto de jogar bola. Quero ser jogador profissional e me inspiro no Neymar, jogador do Santos.”

Flávia Raimunda M. Brito

“Tenho 11 anos, estudo na Escola Municipal Angelim e faço o 5º ano do ensino fundamental, tenho dois irmãos e uma irmã. Gosto de brincar com minhas amigas. Sei tocar flauta e quando crescer quero ser professora.”

Karina da Conceição

“Tenho 13 anos e faço o 6º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Angelim, tenho um irmão. Gosto muito de ouvir música e assistir televisão. Queria aprender hip hop e também balé. Quando crescer serei médica.”

Herderson dos Santos

“Tenho 12 anos e estou no 5º ano do ensino fundamental. Tenho muitos amigos na rua e na escola. Moro no parque Eliane e estudo no bairro Angelim. Toda semana vou à igreja com minha mãe e meus dois irmãos. Gosto de brincar na Casa de Artes e Culturas do bairro e quando crescer quero ser Bombeiro.”

Objetivamos, antes de tudo, colaborar para que cada um desses sujeitos pudessem exercer sua cidadania, tendo em vista que são cidadãos e cidadãs cujo muitos direitos são negados. São teresinenses numa cidade em que não lhes é dado acesso. Eles estão tão próximos e ao mesmo tempo muito longe dos bens culturais, artísticos e turísticos desta capital. Habitam em um bairro onde não há calçamento, esgoto, praça, áreas de lazer, hospital, policiamento ostensivo, e qualquer serviço público tem de ser buscado nos bairros vizinhos. Naquele bairro, além de não ter, não pode ter. Não pode porque a área é de particular e nunca se encontrou uma saída para esse impasse. Nem o governo do Estado, nem a prefeitura municipal podem investir recursos no Parque Eliane, pois não há regularização fundiária e, nesse sentido, o poder público é legalmente impedido de atuar com serviços de infraestrutura naquela comunidade.

Todos os doze jovens por nós pesquisados estão regularmente matriculados em uma escola pública municipal e todos têm o benefício do transporte escolar, alguns ônibus já velhos, sem muita segurança e sem nenhum conforto, é o que lhes são oferecidos. Todos os dias, às 12h45min, o ônibus parte rumo à escola (todos eles estudam à tarde), o retorno é às 17h30min. São aproximadamente quatro quilômetros até a Escola Municipal do Angelim, situada na Rua B, número 1345, no bairro Angelim.

No Brasil, sabemos que quando se fala de direitos da criança e do adolescente é dada uma ênfase maior aos direitos de proteção e provisão. O direito à participação ainda encontra-se incipiente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 16, inciso VI, cita como

direito da criança e do adolescente “participar da vida política”; porém, na prática, não é isso que podemos observar. Adad (2011, p. 51) assevera que:

O “discurso dos direitos” sustenta as ações dirigidas à infância, à adolescência e à juventude, a compreensão que anima os programas públicos é a de que são incompletos e incapazes de se guiarem por sua própria lógica.

Teresina segue a seguinte prática, as crianças e adolescentes pobres têm o acesso à escola, embora sem uma educação de qualidade. Não são criados mecanismos que deem a esses estudantes a sensação de pertencimento àquela instituição de ensino. Muitos seguem a vida de alunos como uma obrigação. Estes sujeitos não têm acesso aos bens culturais e artísticos da cidade, nem na comunidade, nem fora dela. Não podemos, entretanto, afirmar que eles não têm lazer, embora não tenha quadra de esporte, praças ou outros lugares que possam servir como espaços de diversão, ao perguntar a alguns deles “onde vocês brincam?” rapidamente respondem: “Em qualquer lugar”.

Foi nesse universo de um lugar esquecido, “um lugar qualquer”, sobretudo para o poder público, que resolvemos adentrar. Talvez não seja um espaço que comumente desperte interesse, nem mesmo por parte dos pesquisadores acadêmicos, e nesse sentido podemos pensar em estigmas que vão rotulando essas comunidades, desde alguns mais amenos como, “distantes demais”, “sujo”, “desorganizado” até outros do tipo: “lugar violento”, “de pessoas perigosas”, “meninos danados, mal-educados” etc.

Esses estigmas não estão distantes da minha vida pessoal³⁷. Sempre morei em bairro pobre e cresci vendo o medo de algumas pessoas ao se referirem ao Mafrense, São Joaquim, Nova Brasília, Matadouro, bairros da zona norte de Teresina, espaços da minha infância e adolescência. Aos 13 anos, por convite de um amigo, ingressei no curso de artes cênicas do Teatro do Boi, localizado no Bairro Matadouro. Lembro da diversão, dos passeios que fazíamos, mas uma coisa me deixava incomodado, era quando, antes da apresentação, nos apresentavam à plateia como “crianças oriundas da periferia e em situação de vulnerabilidade”. Certamente eu não entendia, na época, muito nitidamente aquela expressão, mas eu sabia que não gostava. Mas o pior era quando diziam: “Podia estar usando drogas, roubando e até mesmo se prostituindo, mas estão aqui fazendo teatro, merecem aplausos”. Esse é o discurso que ainda predomina nas instituições, na mídia e, infelizmente, até em alguns educadores. Para minha surpresa, quando fui cursar uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, uma colega de turma, doutoranda, me fez relembrar todos esses fatos que aconteceram há quinze anos. Ela, enfermeira da Estratégia

³⁷ Por estar referindo-me, especificamente à minha vida pessoal, estarei neste parágrafo, de forma especial, narrando em primeira pessoa do singular.

Saúde da Família, ESF, antigo Programa Saúde da Família (PSF), atuante no bairro que nasci e cresci, o Mafrense, disse, em meio a uma aula, sem saber que era de lá: “Trabalhei quatro anos naquele bairro. Não sei como aguentei. O lugar é perigoso, muito violento. Lá só se vê três coisas: bar, trombadinha e cabaré”.

Há um erro, no mínimo estatístico, nessa relação pobreza/violência. A maioria das pessoas é pobre e a maioria das pessoas não é violenta. Eu não fui a campo, nessa minha pesquisa, nem vou às escolas atuar pelo Proerd, como se estivesse trabalhando para impedir um curso natural que seria o “enveredamento” dos jovens para o “mundo das drogas”, ou o “mundo do crime”. A participação das crianças e adolescentes em atividades esportivas, culturais ou outros programas sociais, deve ser vista como um direito desses sujeitos, e não como uma “prevenção” a virtuais propensões ao crime ou ao uso de drogas. Como uma espécie de tomada de contas permanente do comportamento dos indivíduos, observando seus comportamentos, atitudes, virtualidades, suspeitas (FOUCAULT, 1987, p. 237).

Pessoas (adultas e adultocêntricas) costumam estigmatizar as crianças como danadas, traquinas, inquietas, para não usar outros termos mais preconceituosos. Algumas pessoas, ao verem os sujeitos dessa pesquisa agitados no ônibus, correndo nos parques, falando alto e até se desentendo entre si, às vezes comentavam “esses meninos não têm jeito”, “são muito danados” e outras coisas do tipo. A maioria das vezes era o tal estigma, o rótulo, o preconceito que ia se revelando nas falas dessas pessoas. Certa mãe, ao ver um dos meninos, que não era o filho dela, em um momento de desentendimento com outro disse: “*Vai terminar o curso e esse menino não toma jeito*”. Em nenhum momento eu pensei em fazer um trabalho para “combater as características” daquelas crianças e adolescentes, para moldá-los ou para exercer uma postura reducionista do tipo comportamentalista³⁸, o nosso movimento foi diametralmente oposto, buscamos desconstruir preconceitos, desfazer estigmas e rótulos. Buscamos observar para interpretar, experienciamos não meramente para explicar, mas para entender (SADER, 2005, p. 18).

2.3 Fatores de risco e fatores de proteção

Durante a nossa pesquisa aplicamos um questionário que é uma adaptação do proposto pelo “Curso de prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas”, do qual

³⁸ Segundo Moreira (1999), a abordagem comportamentalista analisa o processo de aprendizagem, desconsiderando os aspectos internos que ocorrem na mente do agente social, centrando-se no comportamento observável. A modificação de conduta é a técnica terapêutica baseada no trabalho do psicólogo americano Frederic Skinner, a qual, sumariamente falando, propõe extinguir um comportamento indesejável.

participei em 2011, realizado pela Universidade de Brasília - UnB, através da Secretaria Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas Senad, na modalidade de educação a distância – EaD. Sobre isso, é registrado no material didático³⁹ do referido curso o seguinte:

O objetivo desta atividade é criar um espaço de reflexão entre você, educador, e seus alunos sobre os fatores de risco e os fatores de proteção que influenciam a vida dos adolescentes. Por meio dessa metodologia você poderá identificar com quais fatores de risco a escola pode trabalhar, no intuito de diminuí-los, e quais fatores de proteção que a escola pode utilizar para seu espaço protetivo ao uso de drogas, junto aos seus alunos adolescentes (BRASIL, 2010, p. 16).

Verificamos, através do instrumento que citamos anteriormente, os fatores de risco e os fatores de proteção na família, na escola, nas amizades e na comunidade. Optamos por apresentar os resultados dessa investigação através de uma média geral, ou seja, iremos demonstrar, de acordo com a junção das respostas dadas por cada um dos sujeitos pesquisados, a média do que corresponderia ao percentual de fatores de:

- a) Risco na família
- b) Proteção na família
- c) Risco na escola
- d) Proteção na escola
- e) Risco entre amigos
- f) Proteção entre amigos
- g) Risco na comunidade
- h) Proteção na comunidade

Vejamos as tabelas a seguir:

³⁹ De acordo com o mesmo material, “**Fatores de risco** são aquelas situações que aumentam a probabilidade do adolescente assumir comportamentos de risco, como usar drogas, afastar-se da escola, cometer delitos. Exemplos de contexto de risco: o adolescente se sentir desvalorizado, ter baixa autoestima, não se sentir pertencente a um grupo de amizades. **Fatores de proteção** são aqueles que diminuem a probabilidade do adolescente assumir comportamentos de risco. Exemplos de contexto de proteção: o adolescente gostar da escola, ter bom relacionamento com a família, ter amizades que o apoiam” (SENAD, 2010, p. 16).

TABELA 01 – A

Nº	FAMÍLIA: fatores de riscos	
01	Sou motivo de desentendimento ou confusões na minha família.	26,25%
02	Na minha família, tem gente que usa muito álcool, tabaco ou remédio para relaxar.	
03	Há violência na minha família.	
04	Sinto que minha família não tem nada de bom para me oferecer.	
05	Há pessoas na minha família que fazem uso de drogas proibidas por lei	
06	Os conflitos na minha família impedem a comunicação entre as pessoas.	
07	A minha família é muito rígida e não há possibilidades de negociar as regras.	
08	Sinto-me isolado ou solitário na minha família.	

TABELA 01 - B

Nº	FAMÍLIA: fatores de proteção	
01	Eu sei que posso contar com meus parentes para vencer na vida.	80%
02	As pessoas da minha família cuidam da saúde.	
03	Sinto-me próximo dos meus irmãos e/ou primos.	
04	Tenho espaço na minha família para dialogar sobre conflitos.	
05	Em casa, tem alguém bem informado sobre drogas, com quem eu possa conversar.	

Os resultados da primeira tabela apontam que foram assinalados pelos sujeitos investigados 26,25%, em média, dos fatores de risco que disponibilizamos, na família. No que tange aos fatores de proteção apresentados, os referidos pesquisados apontaram como presentes em sua família 80%, o que representou o maior percentual encontrado entre todos os fatores (risco e proteção). A relação que tais sujeitos guardam com suas famílias, em geral, é de harmonia. Em nossas conversas, nas atividades de discussão em grupo e em momentos mais informais, isso foi evidenciado. O fator de risco mais comum nas famílias, entre eles, dizem respeito ao consumo de álcool, tabaco ou remédio para relaxar; e o fator de proteção

mais ausente trata-se da falta de alguém bem informado sobre drogas, com quem possa conversar em casa.

TABELA 02 - A

Nº	ESCOLA: fatores de risco	
01	A minha escola ou família estão distantes ou em conflito.	30%
02	Na minha escola, os professores são insensíveis aos alunos.	
03	Os educadores não se interessam muito pelos alunos e pela escola	
04	Percebo que na escola as regras funcionam somente para os alunos.	
05	Sinto-me em risco no ambiente escolar.	

TABELA 02 - B

Nº	ESCOLA: fatores de proteção	
01	A escola se preocupa sobre o consumo de drogas entre alunos	72,22%
02	Os limites e as regras na escola estão claros para mim.	
03	A minha escola realiza bons programas de prevenção sobre as drogas	
04	A polícia auxilia na segurança nas redondezas da escola	
05	Na minha escola existe respeito na relação entre aluno e educador.	
06	Sinto-me protegido no ambiente escolar.	
07	Os alunos reconhecem a autoridade e obedecem aos educadores e funcionários.	
08	Tenho oportunidades de realizar outros cursos na escola (ou por ela ofertados).	
09	A minha família coopera com minha escola.	

A escola apareceu como o espaço que apresenta um percentual de fatores de risco de 30%. Dentre as alternativas que foram disponibilizadas, a mais assinalada foi a seguinte: “Percebo que na escola as regras funcionam somente para os alunos”. Mais da metade dos

pesquisados marcaram essa. Para que os alunos se sintam motivados e valorizados pela escola, é necessário que eles percebam que cada pessoa que compõe a escola, sejam os profissionais destas ou o corpo discente, seja cumpridor de seus deveres. Foi apontado um percentual de 72,22%, no que diz respeito aos fatores de proteção apresentados. O que menos foi assinalado refere-se à falta de segurança policial nas redondezas da escola e ainda a carência de oportunidades para a realização de outros cursos nesta instituição.

TABELA 03 - A

Nº	AMIZADES: fatores de risco	
01	Sinto que é difícil confiar nos amigos.	28,57%
02	Meus amigos são agressivos com pessoas de fora do grupo.	
03	Meus amigos agredem uns aos outros.	
04	Já vi conhecidos usando drogas ilícitas.	
05	Eu me sinto pressionado pelos meus amigos a fazer coisas que não quero.	
06	Meus amigos acreditam que algumas drogas não fazem mal.	
07	Meus amigos me valorizam pouco.	

TABELA 03 - B

Nº	AMIZADES: fatores de proteção	
01	Meus amigos gostam de estudar e têm compromisso com os estudos	76,25%
02	Meus amigos têm projetos de profissão para o futuro.	
03	Consigo manter minha opinião própria dentro do meu grupo de amigos.	
04	Tenho amigos que participam de alguma igreja.	
05	Sei que posso confiar em meus amigos.	
06	Meus amigos valorizam o trabalho e falam em profissões.	
07	Meus amigos me incentivam a não usar drogas.	
08	Meus amigos evitam frequentar ambiente onde existem drogas.	

O percentual de fatores de risco entre amigos ficou em 28,57%, entretanto, no que tange aos fatores de proteção foi registrado um percentual de 76,25%, o que se aproxima do que foi assinalado nas relações familiares. Para os riscos, a alternativa mais assinalada afirmativamente foi “sinto que é difícil confiar nos amigos” e “meus amigos agridem uns aos outros”. A respeito dos fatores de proteção assinalados (ou a falta destes), destacamos a falta de confiança nos amigos, registrado pela metade dos entrevistados. As seguintes assertivas também merecem atenção, “consigo manter minha opinião própria dentro do meu grupo de amigos” e “meus amigos evitam frequentar ambiente onde existem drogas”, em cada uma delas, 1/3 dos sujeitos revelou que não.

TABELA 04 - A

Nº	COMUNIDADE: fatores de risco	
01	Na minha comunidade, as pessoas não se importam umas com as outras.	38,89%
02	A comunidade não se preocupa com a venda de álcool/tabaco para adolescentes.	
03	Sinto-me influenciado a usar drogas nos lugares que frequento na comunidade.	
04	Existem traficantes perto de onde eu moro.	
05	Nos locais que frequento na minha comunidade, há incentivo para o uso de drogas.	
06	Nas opções de lazer que existem na comunidade, há incentivo para uso de drogas.	
07	Na minha comunidade, a droga é vendida/repassada por crianças ou adolescentes.	
08	Na minha comunidade, há gangues.	
09	Na minha comunidade, há poucas opções de lazer para o jovem.	

TABELA 04 - B

Nº	COMUNIDADE: fatores de proteção	
01	Participo de atividades que ajudam minha comunidade.	50%
02	Quando preciso, posso contar com serviços de saúde na minha comunidade.	
03	Participo de projetos sociais ou de incentivo ao esporte para o jovem.	
04	Na minha comunidade, há ações de prevenção ao envolvimento com drogas.	
05	Na minha comunidade, há boas opções de lazer para o jovem.	
06	Na minha comunidade, há oportunidades para o jovem se expressar e se organizar.	
07	Existe controle de venda de álcool e tabaco para adolescentes na comunidade.	
08	Encontro opções de lazer sem drogas em locais da minha comunidade.	
09	Na minha comunidade há palestras e informações sobre drogas.	
10	Na comunidade, existe um bom controle da venda de drogas ilegais.	

Foi na consulta sobre a comunidade que encontramos o maior índice de fatores de risco e o menor percentual de fatores de proteção, respectivamente, 38,89% e 50%. Com destaque para as seguintes afirmações: “Existem traficantes perto de onde eu moro” e “Na minha comunidade há poucas opções de lazer para o jovem”, e ainda, “Na minha comunidade, as pessoas não se importam umas com as outras”. No que tange aos fatores de proteção, apenas a primeira alternativa foi assinalada afirmativamente pela maioria dos sujeitos: “Participo de atividades que ajudam minha comunidade”. A maioria das alternativas, 70% delas, referentes à proteção, houve mais a resposta “não” do que “sim”. A falta de controle na venda de drogas lícitas e ilícitas também foi muito assinalada.

Quando consultamos como eles consideravam o seu bairro, no que tange à segurança e/ou periculosidade, vejamos quais foram as respostas: 03 marcaram “seguro”, 02 “muito seguro”, 03 “pouco seguro”, 04 “perigoso”, e nenhum marcou “muito perigoso”. Em termos

percentuais aproximados, podemos afirmar que 58% sinalizaram para “pouco seguro/perigoso” e 42% “seguro/muito seguro”.

A Constituição Federal do Brasil estabelece, em seu artigo 114, que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos. Consideramos bastante razoável tal princípio, mas não podemos deixar de considerar que em muitas regiões de Teresina, para sermos mais específicos, o Estado faz-se ausente. No cenário de nossa pesquisa, o Bairro Parque Eliane, essa “ausência” é generalizada.

Sem iluminação pública, sem pavimentação, sem esgoto, sem acesso a serviços de saúde e com tantas outras carências, a insegurança encontra um campo fértil no Parque Eliane. Sobre esse aspecto vale ressaltar que quando se fala em “segurança”, para muitas pessoas a primeira coisa que vem à mente é “polícia”, mas é importante refletir que todos os problemas de polícia são de segurança pública, mas nem todos os problemas de segurança pública são de polícia. Para assegurar a mínima sensação de segurança para os moradores desta comunidade que nos referimos, o que eles menos precisam é de aparato policial. A maior carência é de escola, hospital, saneamento básico, lazer, moradia digna, emprego e renda.

Sem dúvida, a principal ação protetiva que as crianças e os adolescentes participantes desta pesquisa, e tantos outros precisam ter é a garantia de seus direitos de cidadania e também de seus direitos humanos,⁴⁰ que são negados. Essa é, sem dúvida, a prática de prevenção mais profícua e que urgentemente eles estão precisando.

Ainda nos reportando à Política Nacional sobre Drogas – Pnad, sobre o primeiro eixo de atuação, **a prevenção**, observa-se que as ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural e na promoção da valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos. A referida política preconiza que:

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações (BRASIL, 2011, p. 11).

É muito comum ouvirmos, sobretudo nos discursos institucionais, que algumas ações devem ser feitas para evitar que as crianças, adolescente e também os jovens entrem para a

⁴⁰ Em Soares Benevides (1998, p. 05), temos uma diferenciação destes dois direitos, vejamos: “Os Direitos Humanos são universais e naturais. Os direitos do cidadão não são direitos naturais, são direitos criados e devem necessariamente estar especificados num determinado ordenamento jurídico. Já os Direitos Humanos são

marginalidade, pois não são poucos os programas e projetos sociais que visam controlar o ócio⁴¹. Quem disse que o ócio é perigoso?

A educação costuma sonegar o direito ao ócio; observa-se que as escolas tendem a preparar a criança para a importância da profissão e do trabalho no futuro, isto é, preparam crianças e jovens para a vida adulta moldada pelo trabalho, porém, não há orientação nesse processo para o uso adequado do tempo de ócio, um fator de vital importância para a edificação de um indivíduo equilibrado. Isso porque a escola, dentro de uma concepção moderna, está profundamente demarcada pelo paradigma da produção industrial, reiterando que atividade social dominante e determinante da configuração social é o trabalho (MULLER, 2003 *apud* AQUINO e MARTINS, 2007, p. 05).

O incentivo à educação, o acesso aos bens culturais e ao lazer, bem como o fomento a prática de esporte devem ser visto como um direito das crianças, adolescentes e jovens, não como ferramentas de inibição de virtualidades criminosas ou de uma “natureza potencialmente delinquente” destes.

Muitos programas para crianças, adolescentes e jovens no Brasil têm se caracterizado como mecanismos para evitar que tais segmentos da população, por eles atendidos, deixem de estar expostos à criminalidade, ou seja, são programas que cumprem a função de “ocupar” esses jovens, retirando-os da situação de “risco” em que se encontravam (SPOSITO; CORROCHANO, 2005, p. 148-152).

Para exemplificar esse “controle do ócio” e essa ânsia exacerbada de preencher todo o tempo possível dos meninos e meninas e das juventudes em geral, e para mostrarmos o quanto se tem estigmatizado os jovens pobres, citamos o exemplo recente em que Carlos Eduardo Seabra, promotor do Ministério Público de Pernambuco – MP/PE, em uma palestra em Teresina sobre o papel dos órgãos públicos e da sociedade no combate às drogas, proferida em novembro de 2012, defendeu a abertura das escolas aos finais de semana, nas regiões onde os jovens têm mais probabilidade de terem contato com as drogas. Alguém será capaz de imaginar que esses lugares onde “os jovens têm mais probabilidade de ter contato com as drogas” seja a região nobre da zona leste de Teresina, ou do bairro Ilhotas desta capital? É provável que não. Esses discursos, uns mais velados, outros mais explícitos,

universais, no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo [...]”.

⁴¹ Segundo Aquino & Martins (2007, p. 05), “a compreensão do conceito de ócio surge na contemporaneidade, um pouco obscura, haja vista a amplitude que o termo possibilita pelos sentidos diversos que toma, de acordo com as realidades de abordagens e interesses intrínsecos”. Os referidos autores citam alguns estudiosos como Munnè (1980) e Gómez (1992), que apresentam a relação da palavra ócio em língua espanhola com o grego *scholé*, no sentido de um lugar para o livre desenvolvimento individual. Também fazem referência às publicações de De Masi (2000, 2001 e 2003), que apregoa sua ideia de ócio criativo como um modelo a ser perseguido.

poderão servir apenas para corroborar a tese equivocada da periculosidade juvenil ou dos pobres, e ainda a de que o uso de drogas predomina nos subúrbios, nas periferias.

Existe ainda uma falsa ideia de que droga “é coisa de quem não tem o que fazer”, portanto, é preciso ocupar a garotada para evitar que essa venha a se envolver com substâncias psicoativas. Sobre essa questão, Carlini (2011, p. 30) registra:

Com tanto medo de que o filho fique com muito tempo livre e vire um “inútil”, muitos pais tentam enfrentar o problema de um jeito nem sempre eficiente: põe o filho no inglês, judô, natação, reforço escolar, grupo de teatro... Faz qualquer coisa para não deixar os filhos na situação que mais aterroriza alguns pais: desocupados. Esse tipo de atitude nem sempre ajuda muito. Estudos que comparam jovens lotados de atividades extracurriculares com aqueles relativamente menos ocupados não vêm encontrando diferenças significativas

Ainda sobre a questão da “necessidade” de se ocupar “integralmente” o tempo das crianças e adolescentes, destacamos que há uma confusão generalizada, inclusive entre representantes do poder público, do que seria *ensino em tempo integral*. Esse não se caracteriza pela mera ampliação da carga horária dos alunos na escola, onde o foco principal é mantê-los “internados”. Isso é retroagir, como observa Earp *et al* (1998, p. 122-123):

O modelo de atendimento oficial (1920 a 1980) privilegiou os internatos como principal forma de atendimento. Numa época em que as ideias de eugenia e higienismo se fazem fortemente presentes, a internação era utilizada tanto para punir quanto para prevenir a marginalidade.

A escola de tempo integral deve buscar atender as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos, além de promover, entre eles, o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento de atitudes de compromisso e responsabilidade para com a escola e com a comunidade, instrumentalizando-o com as competências e habilidades necessárias ao desempenho do protagonismo juvenil e à participação social, além de promover a cultura da paz pelo desenvolvimento de atitudes de autorrespeito, respeito mútuo, solidariedade, justiça e diálogo (MOTA, 2006, p. 03). Nós, enquanto educadores e pesquisadores, devemos ficar atentos para não “incorporarmos” em nosso discurso, muito menos em nossas ações, essa lógica perversa da “virtual periculosidade infanto-juvenil”, que Coimbra e Nascimento (2003; 2009), em dois ensaios bem trabalhados, nos apresentam.

Este trabalho não procura “dar voz” aos jovens como uma mera postura paternalista, mas investir na constituição de um campo aberto de diálogo. A prevenção às drogas dar-se-á não pelo que nós falamos a eles, nossos sujeitos, mas pela capacidade de a sociedade evitar que se faça da “cidadania uma mercadoria, representada por um vestir, por um falar

determinado, e pela posse de dinheiro como condição para acessar os códigos semiológicos de inserção nesse mundo (BRITO, 2011, p. 37)”. A prevenção às drogas não se dá linearmente e proporcionalmente à capacidade de cada um em saber sobre um efeito de uma substância ou saber classificá-la e identificá-la.

É preciso fomentar que tais sujeitos experimentem a sensação de pertencimento, não apenas à sua família, à escola e à comunidade que vivem, mas se sintam também parte da sociedade onde moram, da cidade, do Estado, do país, do mundo. Em meio a uma ampla proliferação do discurso de que “todos são iguais perante a lei”, presenciamos, no capitalismo, a sociedade mais desigual de toda a história, segundo Emir Sader⁴². E nesse sentido, “na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar da individualização e de se recusar a participar do jogo da individualização está decididamente fora da jogada” (BAUMAN, 2001, p. 43).

Buscamos, nesta pesquisa, estimular a reflexão e o diálogo entre os atores e atrizes sociais envolvidos, acerca de situações do cotidiano relacionadas ao uso de drogas, os estimulamos a falarem de si e de suas próprias experiências, ou seja, procuramos possibilitar que os mesmos dissessem a sua própria palavra. Foi essa perspectiva que nos fez pensar no título desse capítulo, que vê a prevenção como, antes de tudo, um processo de produção de um campo de escuta e empatia. Esta pesquisa foi pensada numa perspectiva de formação humana, por isso não nos centramos em conteúdos, ou seja, em ensinar deliberadamente os tipos das drogas, os efeitos destas. Nosso “centro” foi o próprio sujeito, o nosso ponto de partida foi “buscar conhecer esses sujeitos”.

⁴² Sader, 2005, p. 16. Emir Sader é sociólogo, doutor em ciência Pela USP – Universidade de São Paulo.

3 EXPERIÊNCIAS PLURAIS DE SUJEITOS APRENDENTES

A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência (LARROSA, 2012, p. 21-22).

3.1 Experiências plurais, momentos singulares

Melucci (2005, p. 29) cita que “os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos de ação”. A pesquisa, que aqui apresentamos, buscou dar a cada sujeito partícipe uma atenção singular, no intuito de compreender suas especificidades. Buscamos ver esses sujeitos aprendentes e entender suas experiências plurais. Na pesquisa social, compreender é o caminho, é a chave para a interpretação (concordar é outra coisa). Nesta dissertação não exercitamos a tarefa de explicar, mas de entender, visto que a diferença entre ambas “pode dar conta da diferença entre acumulação de conhecimento e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso [...] entender é desalienar-se, é decifrar [...]” (SADER, 2005, p. 18).

Nossa jornada de passeios pela cidade sem dúvida alguma foram as atividades que mais marcaram para os meninos e meninas da pesquisa. Foi através dessas que pudemos vivenciar os caminhos emaranhados que nos propomos a seguir, os meandros que nos conduziram aos ramais das intersubjetividades de nossos sujeitos, cada momento com suas singularidades, cada experiência com suas pluralidades, cada sujeito com seu particular devir.

FOTO 05



MOMENTO DE ESPERA PARA O PRIMEIRO ENCONTRO (Arquivo particular)

A primeira excursão com os sujeitos da pesquisa marcamos para as 8h a saída, muito antes do horário a maioria deles já estava lá, defronte à Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane. O ônibus atrasou 20 minutos e quando esse chegou, há mais de uma hora eles já esperavam. Para passar o tempo, Efigênia os chamou para posar para fotografias. Eles logo se agruparam e posaram.

FOTO 06



SAÍDA DO ÔNIBUS PARA O PRIMEIRO PASSEIO (Arquivo particular)

Quando o transporte chegou, eles, sem nenhuma cerimônia, adentraram-no e escolheram suas poltronas, enquanto algumas mães acenavam com a mão, se despediam dos filhos. As três mães que foram até a Casa de Arte e Cultura, de onde partimos, estavam meio tímidas, nada me recomendaram, nada falaram, apenas deram um “tchau” e assistiam a alegria nos rostos dos jovens. Estávamos indo realizar a nossa primeira oficina fora da comunidade, a seção de fotos continuou dentro do ônibus, a alegria tomava conta, os trajetos eram uma diversão à parte, tanto a ida como a volta eram valorizadas por eles. Dentro do ônibus eles iam narrando suas histórias, contando suas percepções e explicitando algumas impressões. Ao ver um “arranha-céu”, Pedro iniciou esse diálogo:

- Lá dentro tem muitas pessoas, se pegar fogo vai ser difícil escapar alguém vivo.
- Como você sabe?
- Sei lá! É muito alto. Desse tamanho eu não tinha visto. Você já subiu lá?
- Nesse aí não, mas em outros de altura parecida, sim.

Ele sorriu e não falou mais nada, só quis observar a paisagem. Em seguida, falei dos sistemas de segurança para a prevenção de incêndios e também para se lidar com tais acidentes. Outro menino, o Ronan, perguntou sobre os rapazes que entregavam panfletos nos semáforos, queria saber se eles ficavam ali o dia todo. Disse que em muitos horários é possível vê-los, mas que, como os trabalhadores, também devem ter seus momentos de descanso. Islani, a mais nova da turma, 10 anos de idade, se impressionou com a quantidade de ônibus coletivos que vimos no decorrer de nossos trajetos:

“Para cá tem muitos, não é Waldílio?”

Difícilmente, a impressão da pequena Islane deixa de ser um comparativo com a realidade a qual ela está inserida. Uma zona da cidade que, como outras, possui um precário atendimento, no tocante a transportes coletivos. Historicamente, em Teresina, aos bairros periféricos são destinados os ônibus em pior estado de conservação, e a frequência com que passam é menor que em outras regiões da cidade.

Um dos momentos de maior alegria dos jovens era o “passeio” de ônibus, o trajeto até o local dos encontros. Não era fácil conseguir que eles se mantivessem sentados e com o cinto de segurança, vez por outra alguns nos “driblavam” e tentavam andar por várias partes do veículo, logo pude concluir que uma cadeira só não era suficiente para cada um. Queriam experimentar várias delas, e às vezes nenhuma. Queriam ficar de pé, na maioria das vezes com o olhar voltado para fora do ônibus, para as paisagens. No ônibus, a janela era disputada. Através dela outros lugares iam se descortinando para aqueles jovens. A maioria não

perguntava nada, apenas olhava e pouco se importava em chegar ao espaço do encontro. O trajeto, para eles, era componente importante daquelas manhãs de passeio.

Para atingirmos o primeiro objetivo específico desta nossa pesquisa: estimular a reflexão e o diálogo entre os atores e atrizes sociais (envolvidos na pesquisa), acerca de situações do cotidiano relacionadas ao uso de drogas, já citado no segundo parágrafo deste capítulo, realizamos algumas atividades com os sujeitos deste estudo.

3.2 As oficinas

Aos iniciarmos os trabalhos da pesquisa, no que se refere ao campo de intervenção, de início, explicamos o que é uma oficina, palavra muito comum para os partícipes desta pesquisa, mas não no sentido que estávamos propondo. Muitos, talvez já tivessem ouvido falar de oficinas de bicicletas, de motos ou mesmo de carros, o que geralmente tem uma conotação de “lugar de fazer consertos”, “ajeitar coisas quebradas”. Inserimos então um novo conceito para um termo já apropriado por eles, que foi a noção de “construção”, de “esforço coletivo”, de “fazer juntos”. No decorrer de nosso trabalho verificamos que outras palavras, termos, expressões também foram ganhando novos sentidos, afinal, esse era um dos propósitos de nossas oficinas – de nossos momentos de trabalho coletivo, no sentido de construirmos juntos um saber – refletirmos sobre nossas práticas cotidianas, sobre conceitos e preconceitos, sobre valores humanos, sobre vida.

A OFICINA 01 foi realizada em atividades na Casa de Artes e Culturas e no Parque Zoobotânico. Nesses encontros iniciais trabalhamos com os participantes, cinco meninas e sete meninos, os seguintes temas: “As drogas e seus efeitos” e “Fatores de risco / Fatores de proteção”. Nestas atividades utilizamos como aporte teórico algumas publicações da Senad (cartilhas, manuais de cursos e dados do sítio eletrônico), sobretudo o material didático do *Curso de Prevenção ao uso de drogas para educadores de escola pública*.

Iniciamos com uma dinâmica para nos apresentarmos. Pedimos que cada um escrevesse num papel três nomes: 1) um animal que goste; 2) a cor que prefere; 3) uma qualidade que goste em si. Depois de feito trocaríamos os papéis para que outra pessoa lesse e os demais tentariam adivinhar de que pessoa se tratava, ao descobrirmos de quem se tratava, a pessoa falaria um pouco mais de si. Foi um momento muito divertido. Naquele instante não pretendíamos que eles apenas falassem o seu nome, até porque todos já se conheciam. Eles ficaram mais desinibidos depois dessa atividade, começamos a ouvir detalhes de cada um que

os outros não tinham conhecimento, o que gosta de assistir, de que tem medo, que profissão pretende seguir.

“Sei que é difícil, mas eu quero ser um jogador de futebol. Eu sei jogar bem. Eu jogo bem. [risos] Futebol é ‘massa’! O que eu mais gosto de fazer é isso.” (Ronan)

“Medo mesmo só de perder a mãe ou o pai. Ah... e de escuro também.” (Islami)

“Professor eu não sei falar de mim [silêncio]... mas eu gosto do roso, o bicho que gosto é o gato. Qualidade eu não sei não.” (Jacira)

Essas são algumas das várias participações no momento inicial. Quando eu perguntei se alguém sabia qual era o motivo de estarmos ali, todos afirmaram que sabiam. A maioria expressou o que sabia da nossa proposta de intervenção. Eis algumas participações:

“Negócio de droga... a professora [Efigênia – Bolsista PiBIC] falou que era isso.” (Flávia)

“É por causa do perigo das drogas.” (Jackson)

“Assistir aula sobre viciados, drogados... coisa aí de noiado [risos].” (Mateus)

Eles estavam inquietos, andavam pela casa toda, afinal, sentiam-se em casa. Aquele espaço é muito familiar para eles. Tínhamos quase certeza que não estavam ali para nos ouvir falar sobre: “negócio de drogas”, “aulas sobre viciados” ou “perigo das drogas”, mas algo os motivou a estar ali e alguma coisa ou coisas os agradavam. Não era comum alguém faltar em nossos encontros e eles sempre perguntavam pelo próximo. A primeira etapa que estabelecemos para esse trabalho foi conquistar-lhes a confiança e o respeito, e isso conseguimos. Alguns permaneceram tímidos em todos os encontros, outros agitados também em todos. Esse respeito e essa confiança não significam “passividade” ou falta de conflitos, que existiram, como existem nas relações interpessoais.

Ainda neste momento inicial surgiu uma curiosidade comum entre as pessoas que vão participar de algum evento que fale de drogas, independentemente da idade. É a vontade de ver o produto, saber como é a cor, a forma. Eis que um dos sujeitos pergunta:

“O senhor vai trazer as drogas para a gente ver?”

Dissemos que não, mas mostraríamos fotos. E assim fizemos. Na atividade em que introduzimos o conteúdo “drogas e seus efeitos”, projetamos em *slides* fotos de algumas drogas como maconha, cocaína e crack. As imagens eram surpresa para a maioria, mas os nomes e alguns efeitos não. Mais da metade dos sujeitos falou que o meio em que mais ouviu

de drogas foi a televisão, em programas policiais. Apenas dois falaram que ouviram falar de drogas na escola e um em casa. Nenhum participou de algum programa específico de orientação e prevenção sobre o uso indevido de drogas, mas revelaram – relatando verbalmente e também em um formulário que aplicamos – já ter tido alguma palestra ou aula na escola, ações pontuais e esporádicas, pelo que pudemos constatar.

Depois da exposição dialogada que especificamos no parágrafo acima, lançamos algumas perguntas a eles. Sempre que possível, nas indagações, dávamos preferência ao “como?” ao invés do “por quê?”, segundo o sociólogo e professor doutor Leonardo Sá, da Universidade Federal do Ceará, o “por quê?” trava a relação pesquisador/pesquisado, pois é como se estivéssemos a pedir uma justificativa, o “como?” abre mais possibilidades⁴³.

Ao perguntar-lhes sobre o diálogo com seus pais ou mães sobre o tema droga, nenhum deixou claro que de fato exista momentos dessa natureza no convívio familiar, alguma conversa específica sobre drogas, seja elas lícitas ou ilícitas, todavia uma das meninas citou:

“a gente conversa, mas não bem sobre droga. Ele [pai] fala que tem drogado lá em cima [refere-se a parte mais alta da localidade] e que é para tomar cuidado. Mas eu não uso [risos], ninguém na minha família usa ... sei lá... a gente fala de outras coisas.” (Ivanara)

Ivanara, entre todos que participam da pesquisa, é a que a família tem maior poder aquisitivo, pois seus pais têm um pequeno comércio, na entrada do bairro, bem próximo à rodovia. Nessas suas palavras podemos destacar alguns pontos importantes. Primeiro: dentro do próprio bairro há espaços discriminados, a fala “tem drogado lá em cima” parece dizer que lá “embaixo” não tem, ou no mínimo alerta para o fato de a parte de cima representar perigo, e um perigo que vem dos “drogados”. Sobre isso elencamos outro ponto, que é o segundo: existe uma concepção equivocada que a droga afeta o outro, outras famílias, não a mim, ou a meus familiares. Por isso, se eu converso alguma coisa sobre drogas com minha filha é apenas para ela se proteger da periculosidade dos “drogados” e não especificamente para que ela ou ele evite ser um usuário ou usuária. Sobre esse ponto é preciso que os pais percebam que:

Não existe um mundo separado entre os que usam e os que não usam. Qualquer pessoa, independentemente de idade, sexo, classe social, profissão, credo ou etnia, poderá ter contato com drogas em algum momento da vida (DUARTE, 2012, p. 28).

⁴³ Tivemos essa conversa na ocasião em apresentávamos o trabalho de nossa autoria *Caminhos e descaminhos da proteção social para as juventudes no Brasil*, no Grupo Temático Juventudes, Cidade e Violência do “I Colóquio Internacional Diálogos Juvenis - Diminuindo distâncias entre narradores e pesquisadores”, promovido pelo Laboratório das juventudes – LAJUS – UFC, em novembro de 2012.

A autora, ainda no que concerne à questão de alguns preconceitos, destaca que a televisão e a mídia de uma forma geral são grandes criadoras de estigmas e rótulos que são inservíveis para o tratamento sério que esse fenômeno exige, vejamos:

As notícias veiculadas sobre drogas nos jornais, os destaques são maiores para problemas relacionados ao uso e tráfico de drogas ilegais – como maconha e cocaína – do que para o uso de álcool, tabaco e medicamentos. Em geral, a mídia faz um grande alarde em torno de algumas situações, com manchetes como: “usuário de cocaína agride os pais”. Fica a imagem para a sociedade de que todo usuário de cocaína é violento (DUARTE, 2012, p. 30).

Com certa aproximação da fala de Ivanara, outro partícipe, Jackson, a respeito de minha indagação sobre se havia conversas em suas casas, com seus pais sobre drogas, fala:

“Sobre droga não, mas eles [pai e mãe] falam muito é da rua. De briga. É que às vezes tem brigas aí entre os meninos.”

A semelhança com a fala anterior dá-se, sobretudo, quando se percebe que na visão de alguns pais, apresentada pelos seus filhos, o problema é externo, ele está “nos de fora”, “nos outros”, que são violentos, agressivos e representam perigo. É como se ao “defendermos” nossos filhos das pessoas que usam drogas, o problema será suprimido. Esse é um engano comum. Certamente, a influência dos amigos figura como aspecto relevante na iniciação à experimentação de drogas, mas esse por si não pode ser considerado como um “motivo” único e isolado, outros fatores geralmente convergem para tal prática, vejamos o que observa Vasters e Pillon (2011, p. 04):

Exceto um adolescente⁴⁴ que relatou estar sozinho no momento da primeira experimentação, os demais se encontravam acompanhados por um ou vários amigos, ou, ainda, por parentes. **Pode-se ponderar, frente a esses dados, sobre a participação e influência do grupo de pares e familiares no primeiro uso de drogas, como parte da busca por novos modelos de conduta, ou mesmo incentivo às novas vivências que caracterizam a adolescência,** pois os amigos foram identificados na literatura como as maiores influências para o uso de drogas, seguidos pela influência dos familiares (**grifo nosso**).

Ao continuarmos nossa conversa, perguntamos, depois de ouvirmos outras participações, se algum deles sentir-se-ia à vontade para em algum momento conversar com seu pai ou sua mãe sobre drogas, “puxar assunto”, iniciar um diálogo. Apenas um disse que não, os outros responderam que era possível. Destaco a fala de Pedro:

⁴⁴ Referindo-se ao seguinte estudo: Pratta, E. M. M.; Santos, M. A. Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do Ensino Médio com substâncias psicoativas. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. Port.) 2006; 2(2). [acesso 04 dez 2009]. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1806-697620060002&lng=pt&nrm=isso.

“Eu falaria. A parte que a gente viu aí no telão [projeção do data-show] sobre o cigarro que também é droga. Quem sabe o adulto para de fumar. [pausa/risos] Eu vou ser que nem o senhor, dizer para os meninos não usar drogas.”

Queremos destacar que em nenhum dos nossos encontros usamos a expressão: “não use drogas” ou “diga não às drogas”, embora nosso propósito fosse contribuir para que os mesmos fortalecessem seus fatores de proteção ao uso indevido de substâncias psicotrópicas, evitamos utilizar a mera pregação da abstinência e apostamos no estabelecimento do diálogo sem mitos, tabus ou falácias. A base de toda nossa ação foi a escuta, pois foi através desta que aprendemos a falar com eles. Neste sentido, assevera Freire (2002, p. 113):

*Se na verdade o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele*, mesmo que em certas condições precise falar a ele (*grifos do autor*).*

Nossas conversas e auscultações iam se dando também em outros momentos. No ônibus, por exemplo, uma partícipe de nossa pesquisa, que nas aulas não costumava falar (verbalmente) muito, ensaiou uma queixa de que se sentia, em casa, muito atarefada. A mãe trabalhava às manhãs e tardes e o pai às noites, ela era encarregada dos afazeres domésticos. E não sobrava tanto tempo para o lazer:

“Ainda bem que esses nossos encontros aqui ele nunca falou contra, na verdade ele até gosta. Ele e a mãe.”

Nosso trabalho buscou superar a ideia de criança e adolescente como “cidadãos do futuro” e investiu na concepção de que é necessário entendermos que a cidadania destes deve ser exercida no presente, e mais do que isso, que essa cidadania não pode ser concebida pela ótica monolítica adultocêntrica, “confinada dentro dos rígidos limites de um pensamento racional” (MELUCCI, 1996, p. 07). Esse autor ainda registra que:

[...] os adolescentes sentem que a identidade deve ser enraizada no presente. Eles devem ser capazes de abrir e fechar seus canais de comunicação com o mundo exterior para manter vivos seus relacionamentos, sem serem engolidos por uma vasta quantidade de signos [...] eles precisam de novas capacidades para contatos imediatos e intuitivos com a realidade.

A busca pelo **escutar a fala desses jovens** e o interesse em estimulá-los a **dizer a sua própria palavra**, como já citamos anteriormente, nos fez pensar em usar outra linguagem de comunicação, o desenho, que seria uma forma de representação para capturarmos o que, com outras formas, não foi possível.

O desenho infantil tem, não pelos seus resultados, mas por seu processo constitutivo, papel fundamental na compreensão e na análise crítica da sociedade por parte da criança [...] meninos e meninas ampliam seus horizontes linguísticos, uma vez que começam a trazer intencionalidade e interrogação às imagens que fazem. A criança pinta e desenha o que sente ou que sabe que existe, mesmo que não seja o que é possível ver (LEITE, 1998, p. 140).

FOTOS 07, 08, 09 e 10



ZOOBOTÂNICO (Arquivo particular)

Nessa perspectiva, em outro momento, já no Parque Zoobotânico⁴⁵, pedi que os mesmos produzissem um desenho sobre o que eles consideravam mais importante para a prevenção às drogas. Deixei-os à vontade para que desenhassem o que quisessem. Disse a eles que imaginassem algo que representasse fatores de proteção, tema que já havíamos conversado anteriormente na Casa de Artes e Culturas. Distribui folhas de papel, lápis, pincéis e coleções (lápis de cor). Na forma verbal as participações foram as mais variadas. Eles

⁴⁵ Chegando ao Zoobotânico, local em que encerramos as últimas atividades da primeira oficina, a sala que haviam previamente nos assegurado, tratava-se de um auditório sem conservação e pouco arejado, pois não tinha ar-condicionado ou ventilador. Algumas cadeiras estavam quebradas, mal conservadas e sujas. A poeira tomava de conta. Havia também uma maca para cuidar de animais doentes. Mas nem tudo estava perdido. Apesar de não ter ainda nenhuma lâmpada funcionando, as janelas, tipo basculantes, semiabertas, nos traziam alguns poucos feixes de luz e algum ar.

citaram: estudar, ir à igreja, ficar em casa⁴⁶, praticar esporte e até mesmo trabalhar, como fatores que podem prevenir o uso de drogas.

Pensamos, então, o desenho como outra forma de expressar o pensamento ou o sentimento, ou seja, como um estímulo para que os mesmos falassem de si e de suas próprias experiências. Neste dia foram produzidos dez desenhos. Um dos sujeitos não compareceu neste dia, e outro pediu para não desenhar, disse que estava “sem inspiração”, mesmo assim, dissemos que o material estava ali à sua disposição, caso ele mudasse de ideia, ele até que utilizou o material, mas não me entregou sua folha de papel. Foram desenhados 05 campos de futebol (sendo que um destes por uma menina), 01 representação sobre capoeira, 01 representação sobre videogame e 03 desenhos de casas/residências (estes últimos elaborados por meninas). Nem todos os desenhos foram condizentes com o que cada sujeito expressou verbalmente, isto confirma o que disse Eisner *apud* Leite (1998, p. 131):

Alguns significados são mais bem expressos por imagens visuais, outros pelos movimentos, alguns significados exigem o uso de proposições, outros o uso de números, cada uma dessas formas de representação foi criado para fazer o que as outras formas não conseguiram. Cada uma tem seu próprio domínio de significado.

Uma característica que nos chamou atenção foi o fato de a maioria dos desenhos representar o jogo de futebol. Tal detalhe é muito significativo, visto que esse esporte também irá aparecer em outras situações como, por exemplo, o desejo de muitos irem ao estádio Alberto Silva, mais conhecido como Albertão.

A representação de um campo de futebol, que apresentamos em seguida, é de Karina, a única menina a abordar o referido esporte, inserindo uma mensagem em duas frases, ou duas mensagens complementares em uma frase. Não aparece o nome droga em suas palavras, mas chama atenção para o cuidado com a saúde, com a vida. Seu desenho, impregnado da realidade ali vivida, como outros também, revelam subjetividades, estabelecendo a experiência de cada um e cada uma, enquanto crianças e adolescentes, enquanto moradores daquela comunidade, enquanto seres humanos.

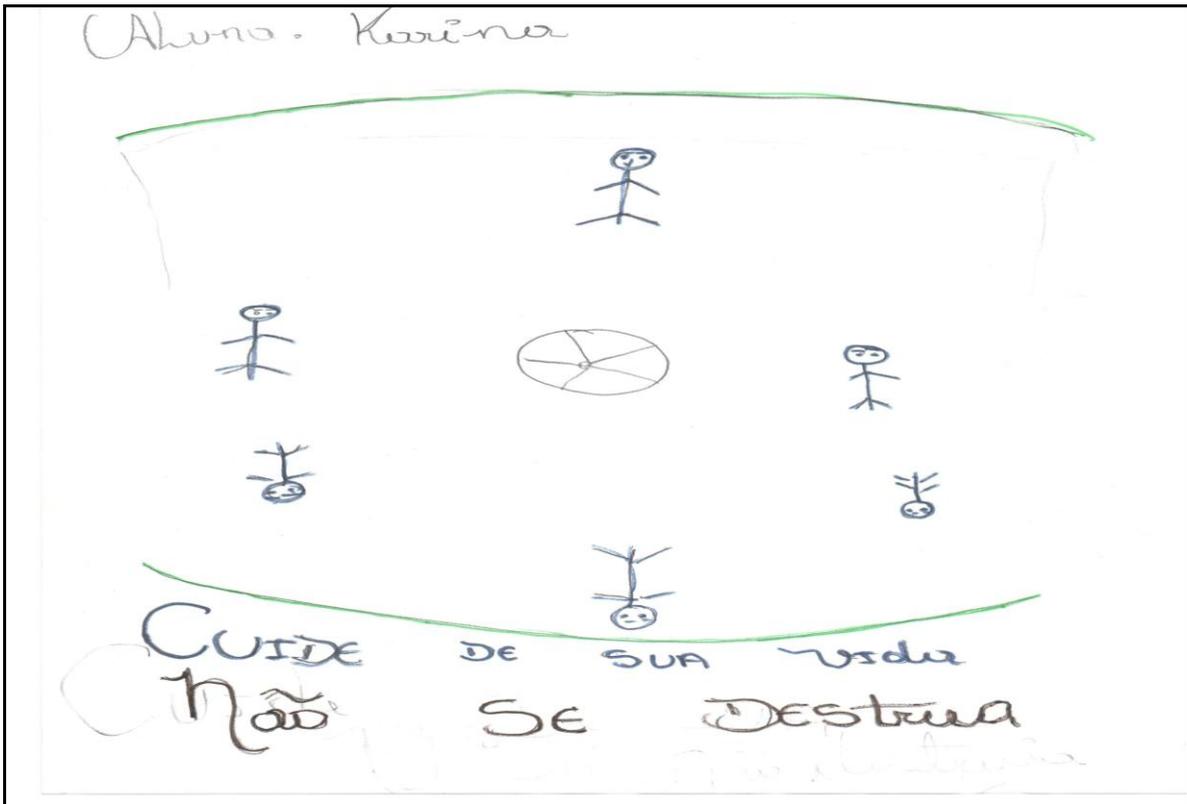
“Eu quis mostrar uns amigos jogando e eu também. Muita gente joga bola ali no campo. A maioria meninos.” (Karina)

“Eu falei que a gente ia para o Albertão. Os meninos lá do campo não acreditaram. Outros perguntaram de podem ir também.” (Ronam)

“Nosso campo é grande. Já colocaram até parque [de diversão] lá.” (Jackson)

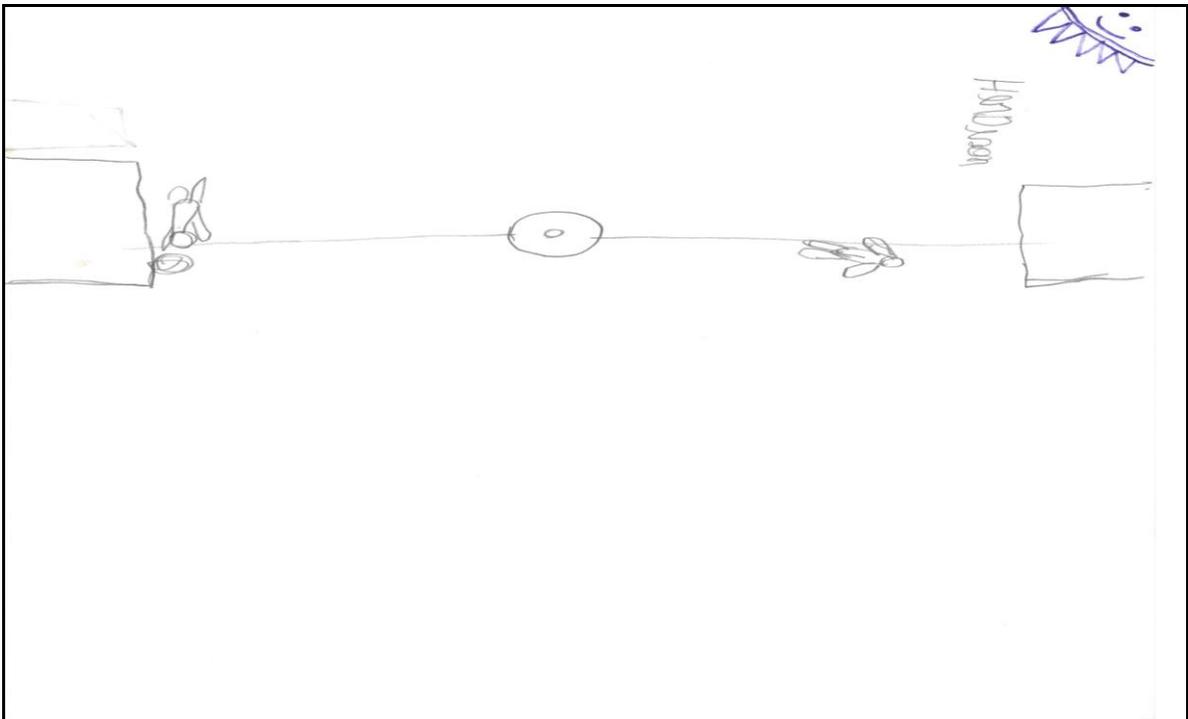
⁴⁶ A casa, em muitas falas e representações de desenho, é tida por alguns dos jovens da pesquisa como um espaço de proteção, isso veremos mais a frente.

DESENHO 01

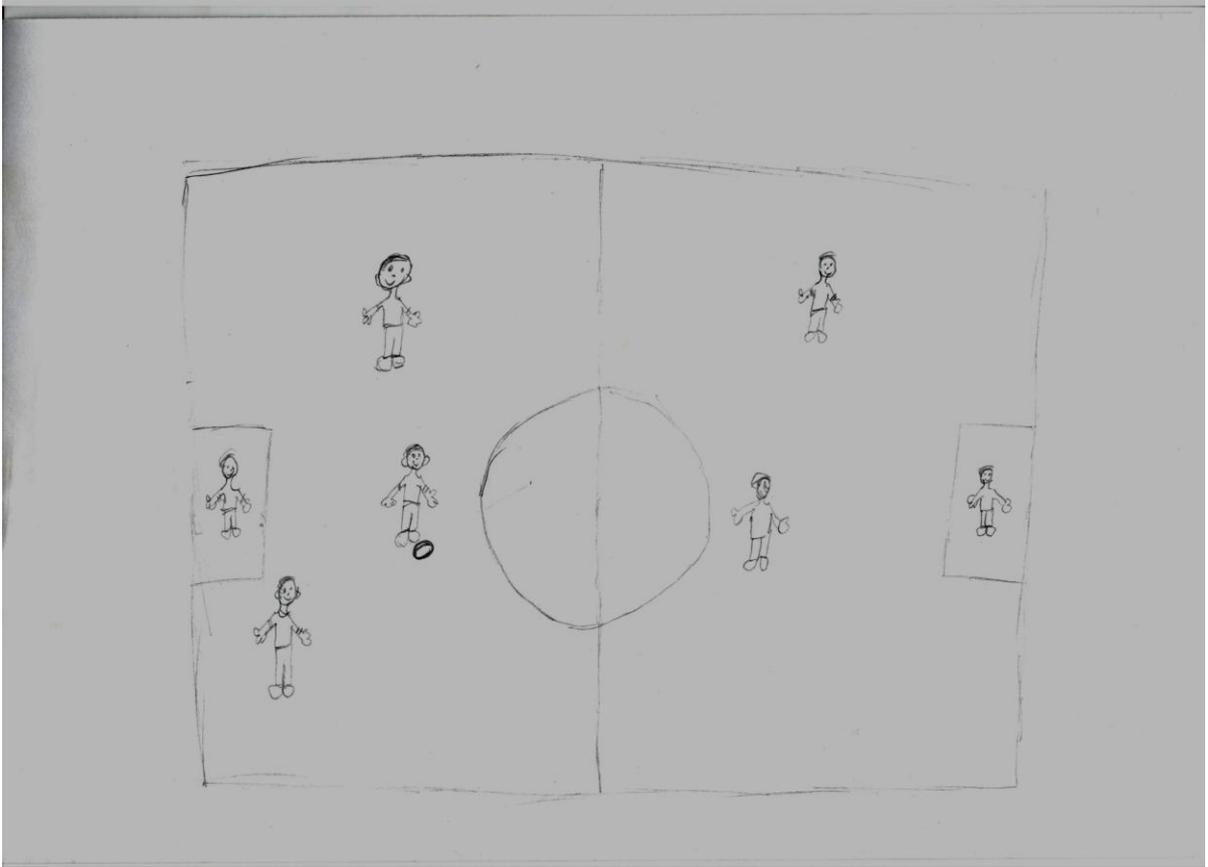


Este primeiro desenho (acima) é de Karina, única menina a fazer um desenho sobre o campo de futebol. Os outros desenhos que seguem são os que também retrataram o referido esporte, chamado por eles simplesmente de “jogar bola”.

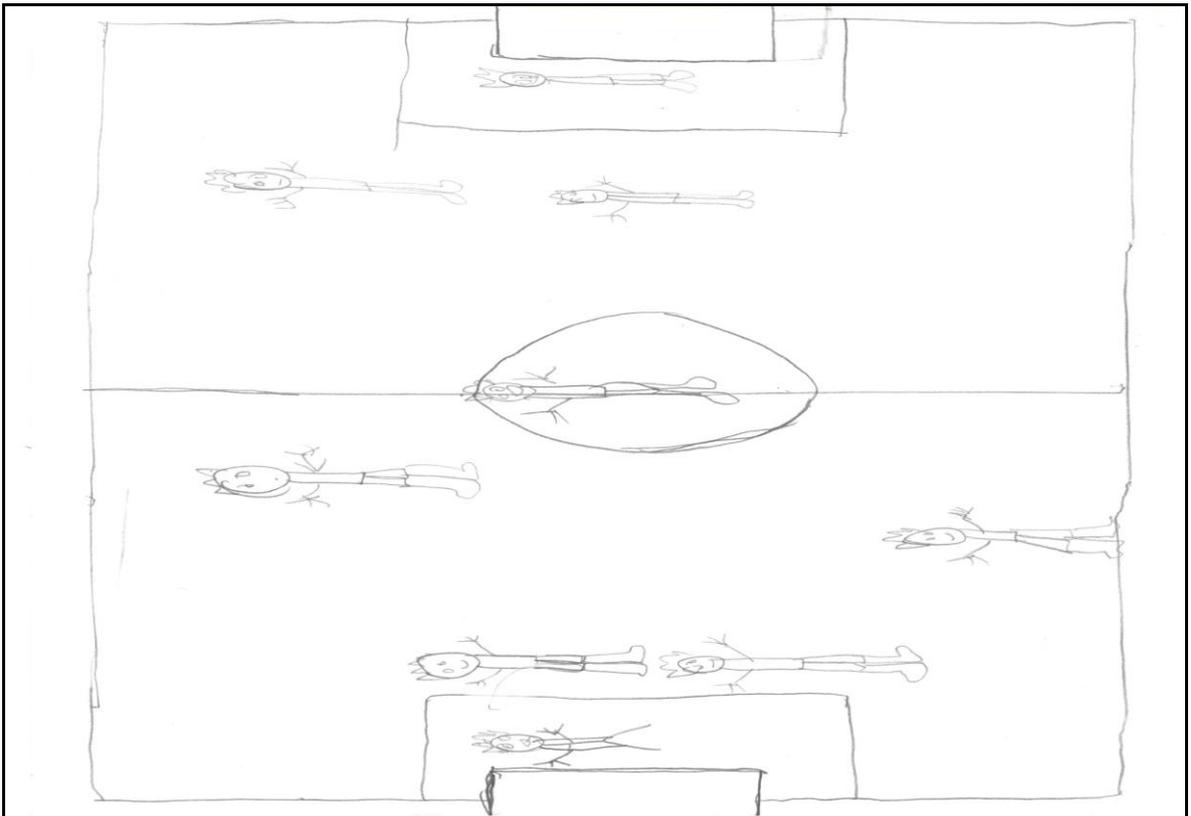
DESENHO 02



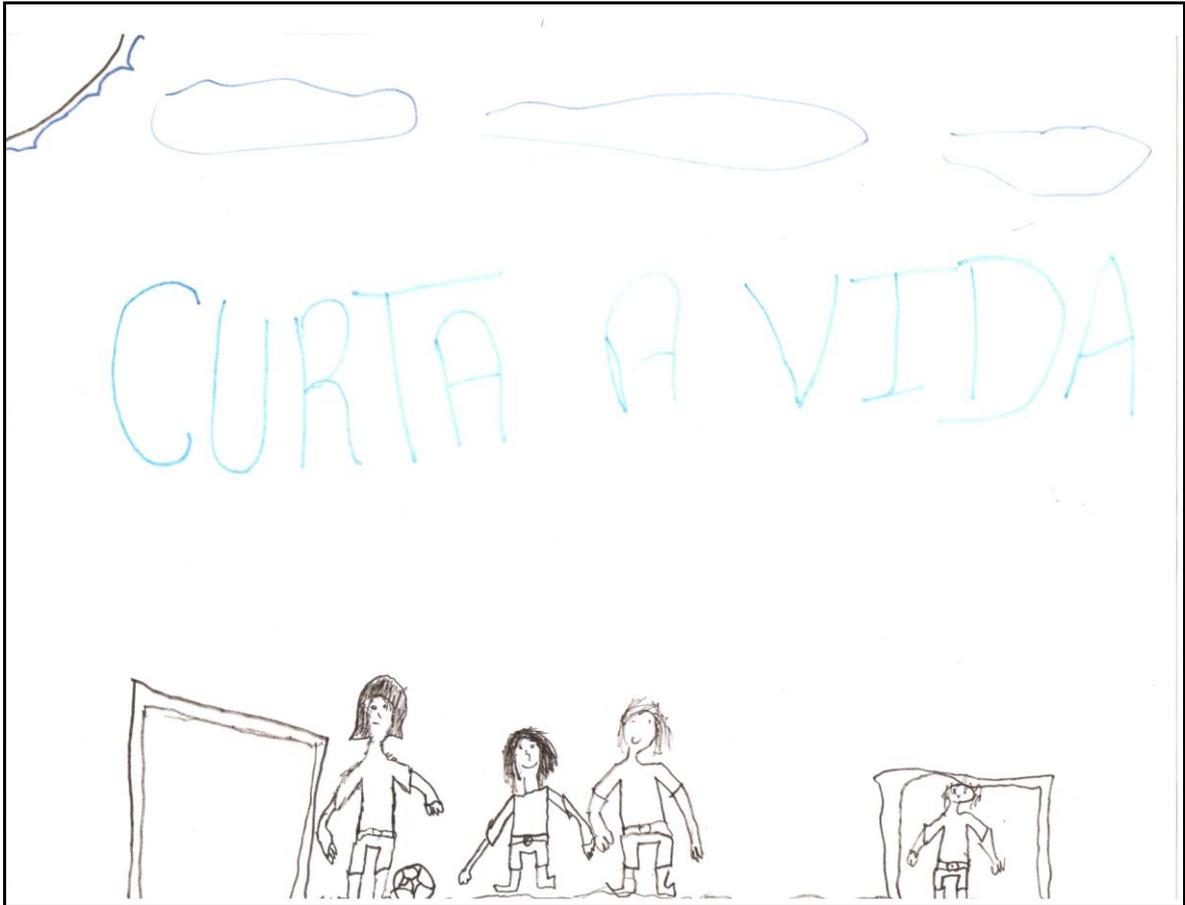
DESENHO 03



DESENHO 04



DESENHO 05



A cem metros da Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane tem um campo de futebol improvisado, praticamente o único espaço de lazer no qual a maioria das pessoas do bairro se diverte. Seis dos sete meninos que pesquisamos afirmaram que jogam bola naquele campo pelo menos uma vez por semana e afirmaram ser o referido espaço um lugar onde mais se divertem. A prática do esporte futebol está presente na vida desses sujeitos.

Estes desenhos que apresentamos são, antes de tudo, como assevera Leite (1998, 131), “um diálogo [...] entre a criança e o mundo, uma constante busca de inteligibilidade e comunicabilidade”. De 10 sujeitos, cinco apresentaram o futebol como algo importante, como um desejo, algo que guardam com muita estima. Estes desenhos são uma maneira possível dessas crianças e adolescentes falarem de si. Sabemos que não é a única. Ao receber as folhas desenhadas, como pesquisador, pensei: o que isso quer me dizer? O que posso descobrir, descortinar disso? O que está a se revelar neste momento? Concordando com Leite (1998, 135), entendo que “a imagem ilumina e revela os nossos desejos e nossos desejos iluminam e revelam a leitura daquela imagem”. Ao pedir que eles falassem de seus desenhos, não obtive

muita “explicação”. O desenho era em si uma forma de dizer algo, restava-nos “trabalhar o olhar sensível” e procurar entender o mundo no qual eles e eu estamos inseridos.

Como representação e recriação da realidade, o desenho é um objeto carregado de memória – memória individual (que se forma no bojo da memória coletiva), a memória oficial (construída para perpetuar) e a do senso comum (mais fragmentada) [...] Nossa relação com ele vai além do aspecto figurativo explícito e aciona a fantasia e a imaginação, possibilitando a construção de uma leitura simultaneamente singular e plural – será sempre uma leitura possível (LEITE, 1998, p. 136).

Espinosa *apud* Araújo (2008, p. 35) cita que “o desejo é a essência da natureza de cada indivíduo, é o elã que move cada um em sua saga”. Desejar não é “querer” aquilo que nos falta. O que desejamos está em nós de alguma forma. Deleuze e Guattari percebem o desejo como excesso, essa ideia contrapõe-se a da Psicanálise, que o concebe como algo reprimido e recalçado, como um vazio (WENDLING, 2010, p. 61).

O jogo de futebol, indubitavelmente, compõe o repertório de emoções de muitos dos jovens que colaboraram nesta pesquisa. Quando íamos para a Cavalaria da PMPI e também em nosso deslocamento para o Parque Zoobotânico, do ônibus tínhamos uma vista parcial e longínqua do Estádio Alberto Silva, o Albertão. E eis que surgia um pedido comum:

“Professor, na volta a gente pode passar lá no Albertão?”

“Lá é muito grande, daqui a gente vê! Vamos lá [ao Albertão] Waldílio, rapidinho?”

“Então devíamos fazer um encontro lá [no Albertão] também.”

FOTO 11



VISTA PARCIAL DO ESTÁDIO ALBERTO SILVA (Arquivo particular)

A visão que eles tinham do estádio era essa, apenas uma parte de sua orla que compõe as arquibancadas. Essa imagem é a vista que temos ao passarmos pela BR-343, nas imediações do Terminal Rodoviário de Teresina. A cena se repetia sempre: se o trajeto era de ida, boa parte dos garotos e garotas ia para o lado esquerdo do ônibus, ver o pedaço do estádio que era possível enxergar. Na volta o lado preferido era o direito.

Considerando a proposta razoável, dissemos a eles que faríamos um planejamento e que em outra ocasião íamos ao estádio, se tudo desse certo. Um deles logo replica:

“Planejamento para quê? Se a gente já tá aqui. Olha ali o estádio, fica por trás dessas casas. É só dobrar ali, num é motorista?” (Ronan)

Eu disse que ia ver a possibilidade de irmos ao Estádio Albertão, mas que antes precisava certificar-me se haveria algum jogo para assistirmos. Herderson então me chama atenção com o seguinte comentário:

“Por que só se tiver jogo? Se não tiver, a gente joga!”
“É mesmo, o campo num está lá?” - Completou Jaciara

Não basta olhar, eles querem interagir, fazer parte. Ao passarmos por outros lugares, as avenidas largas, os arranha-céus, as praças (espaço que não existe na comunidade em que vivem) aguçavam seus sentidos. Le Breton (2010, p. 54) nos fala que “cada comunidade humana elabora seu repertório sensorial como universo de sentido”. Ele acrescenta que:

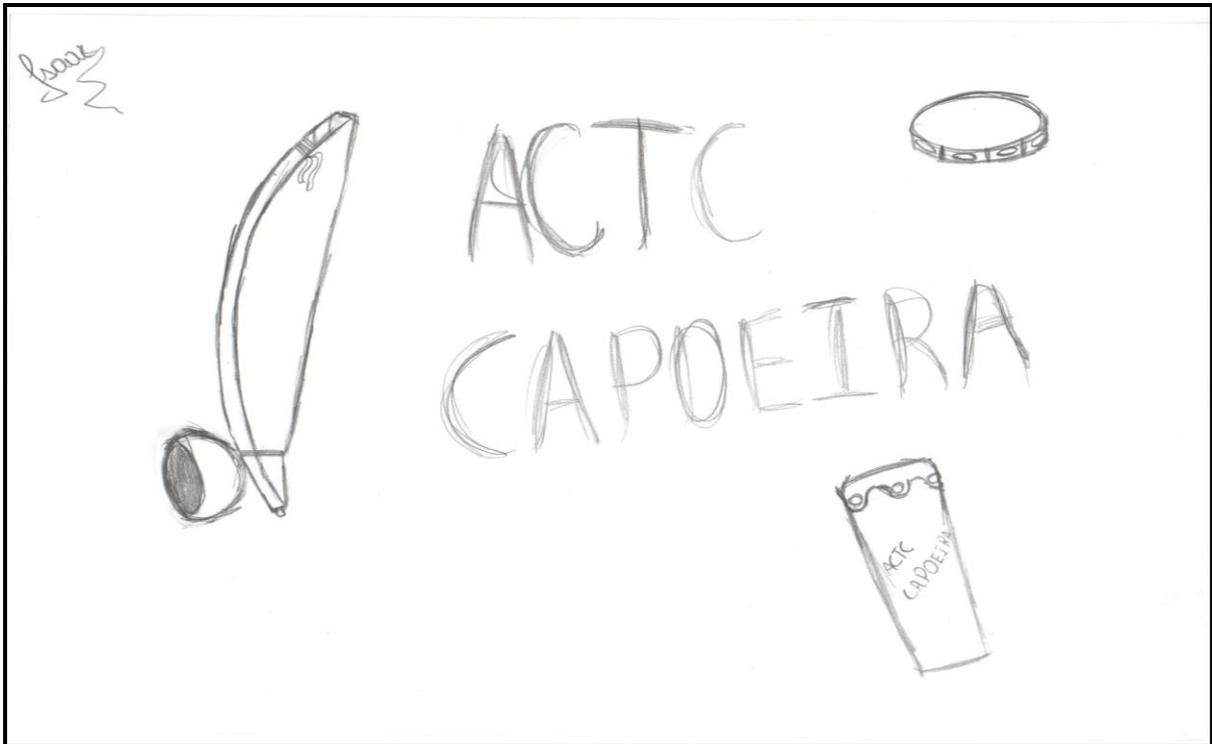
De uma área cultural para outra, e mais frequentemente de uma classe social para outra, os atores decifram sensorialmente o mundo de maneira diferenciada. A configuração dos sentidos, a tonalidade e contorno de seu desenvolvimento são de natureza não somente fisiológica, mas também social.

Mas, o autor também enfatiza que “cada ator apropria-se do uso desse repertório de acordo com sua sensibilidade e os acontecimentos que marcam sua história pessoal”. À medida que outros espaços da cidade, outros territórios iam sendo capturados pelos seus sentidos, alguns iam explicitando suas impressões, outros apenas contemplavam em silêncio. Cada um ia reagindo ao seu estilo. E os diferentes estilos iam se comunicando, com mais ou menos gestos, falas e emoções.

Não só o futebol, ou o “jogar bola” estava presente nos gostos e aspirações daqueles atores e atrizes sociais. Para Isaac, o esporte que o apetece é a capoeira. Ele sempre falava de “atabaques”, “berimbau”, “gingados” e outros elementos dessa prática esportiva. Disse que se sentia bem nas rodas com outras pessoas dos dois espaços que ele pratica, um no bairro Angelim e o outro na própria Casa de Artes e Culturas. E na atividade em que falamos de

fatores de proteção e solicitamos que representasse em desenho ele produziu esta representação.

DESENHO 06

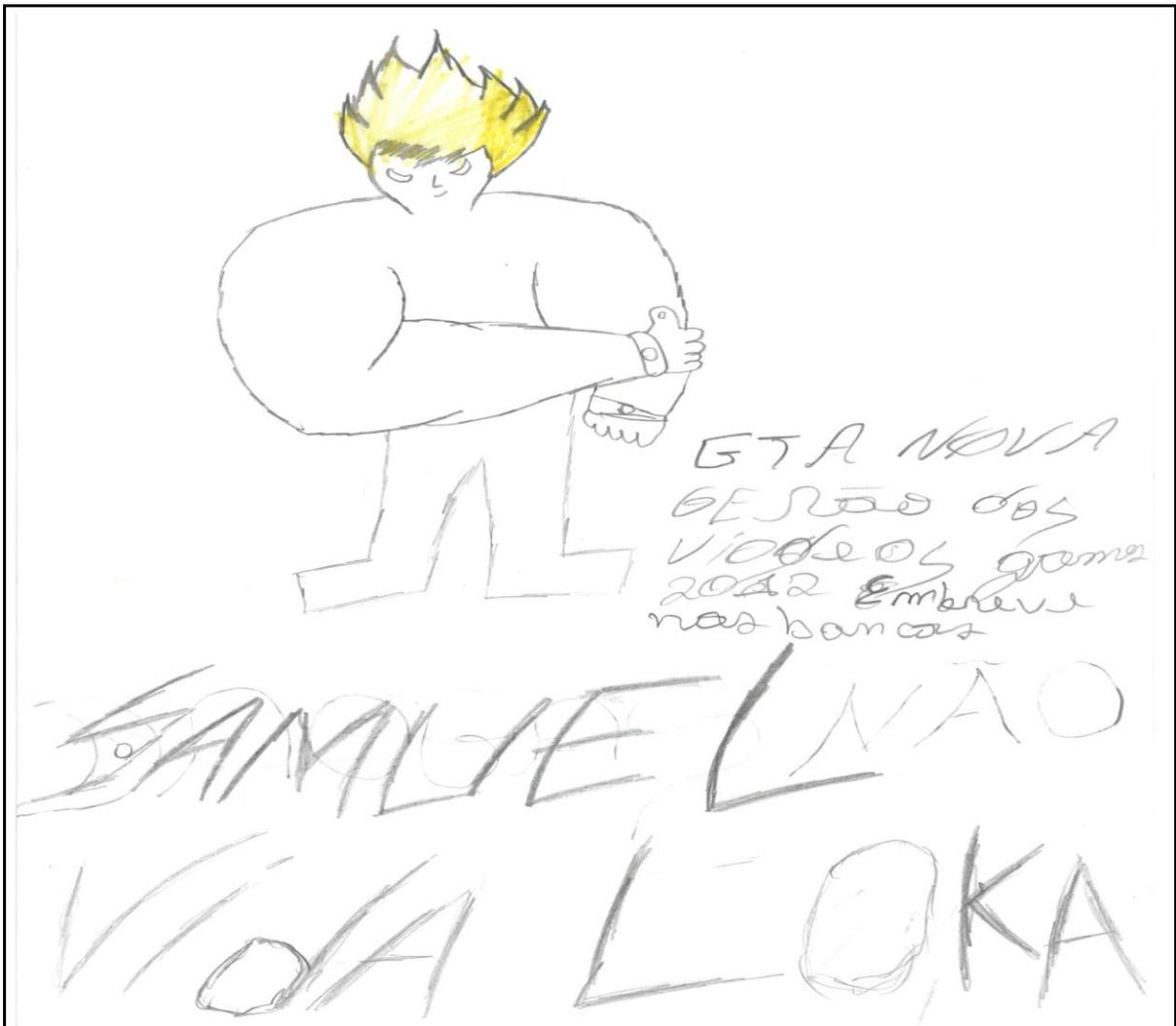


Outros sujeitos da pesquisa também falaram da capoeira. Dos doze partícipes, sete praticavam esse esporte, a maioria na própria Casa de Artes e Culturas, em uma atividade desenvolvida por uma estudante de graduação da Universidade Estadual do Piauí – Uespi.

“A capoeira não é luta, tem gente que pensa que é. É um jogo. É muito bom participar das rodas.” (Isaac)

Outra curiosidade foi o desenho de Samuel, o único de família evangélica no grupo pesquisado. Nesta mesma atividade proposta, ele desenhou, segundo ele, um personagem de videogame, e disse ser também de um desenho animado. Em outros momentos, assim como Isaac falava da capoeira, Samuel também citava o referido jogo eletrônico e revelava que era o que mais gostava de fazer.

DESENHO 07



Sobre seu desenho, Samuel, meio tímido, disse tratar-se da “brincadeira” que mais gostaria de praticar com “os meninos” – como ele cita – referindo-se aos seus amigos ou companheiros de diversão. Ele disse que não tem o aparelho de videogame em sua casa, mas joga na casa de seu avô, com seus tios e primos e amigos. Acrescentou ainda que não gosta muito de futebol por que não sabe jogar, já no Playstation 3⁴⁷ “se garante”. Ao perguntar a ele o que é “vida loka”, ele riu e disse ser uma expressão que ouve falar nas conversas, brincadeiras e acrescentou:

“Não é nada de errado não Waldílio, é só um jeito de brincar com os meninos.”

⁴⁷ PlayStation 3 (oficialmente abreviado como PS3) é um videogame produzido pela marca Sony.

Além disso, ele também revelou o desejo (permeado de elementos do consumismo⁴⁸) de possuir um desses aparelhos de videogame modernos, tipo Playstation. A própria frase revela o desejo “GTA – Nova Geração dos vídeos games 2012. Em breve nas bancas”.

Diferentemente da maioria, três meninas: Islane, Flávia e Jaciara, respectivamente, desenharam casas, o que talvez, para elas, represente o espaço de convivência familiar e também de proteção.

DESENHO 08



Islani, além de desenhar, escreveu algumas frases: “Ser feliz e viver” e “Aproveite sua vida para ser feliz”. Ela ainda falou as seguintes palavras, a respeito de sua produção:

“Esta é minha casa ou outra casa aqui de perto. Em casa a gente é feliz. Sossegado, não é mesmo?”

Perguntamos a ela sobre a parte de baixo de seu desenho, o que nos parecia ser edifícios, e ela acrescentou:

“São os prédios. Aqueles grandes que nós passamos.”

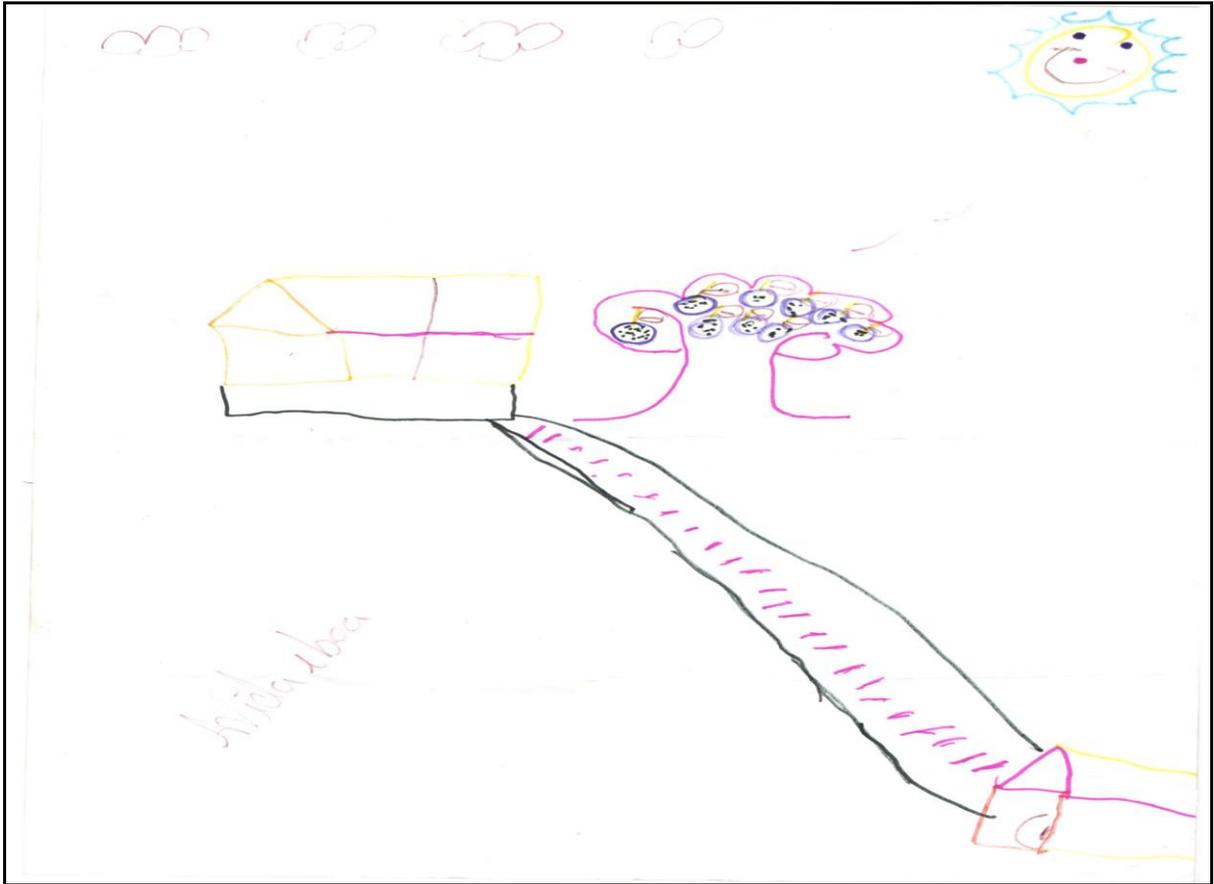
⁴⁸ Sobre a questão do consumismo, Canevacci (2005, p. 24) assim se pronuncia: “Pela primeira vez na história da humanidade, de forma tão nítida e radical, os jovens provenientes de qualquer classe (burguesa, operária e popular) são emancipados da produção agrícola ou industrial e podem atirar-se ao consumo”.

Semelhante ao desenho anterior foi o de Flávia, que também traz uma frase em destaque: “Aproveite a vida porque ela é feita pra viver”. Outra semelhança está na presença de edifícios, mas há uma sutil diferença, ela liga a sua casa ou uma casa de sua comunidade aos referidos prédios. Ela traça um caminho que une esses dois espaços.

DESENHO 09



DESENHO 10



Se por um lado os homens, em seus desenhos, falavam de outros espaços e práticas externas à residência, as meninas, exceto Karine, pensaram na casa, na residência, no próprio local de morada. Destacamos ainda que em meio à representação das casas elas inseriram mensagens positivas alusivas à vida saudável e em relação aos cuidados de si. Jaciara, por exemplo, em sua produção (DESENHO 10) insere a frase: “A vida é boa”.

Não iremos neste momento nos aprofundar em questões de gênero, mas essas diferenças: meninos – espaço “de fora” / meninas – espaço da casa, apesar de não ser regra, como já citamos nesta própria pesquisa, uma menina também representou em seu desenho um campo de futebol (espaço “de fora”), concebemos que tais distinções apontam para a educação recebida e os tipos de relações estabelecidas com a família e a sociedade em geral. Permanências históricas que revelam como a sociedade engendra o “ser homem” e o “ser mulher”, construções históricas e sociais.

No Eipmon, também conhecido como Cavalaria da PMPI, foi realizada a OFICINA 2, na qual falamos sobre “as bases da amizade”, mas ao chegar na cavalaria da PMPI a atenção deles logo se voltou fortemente para os cavalos da raça Brasileiro de Hipismo, da Polícia Militar do Piauí.

FOTO 12



Eipmon (Arquivo particular)

Neste espaço preparamos uma sala com cadeiras, formando um círculo, colocamos na mesma um bombom de chocolate e um pequeno papel com o nome de cada um deles. A ideia era que eles, ao abrir o papel, falassem uma mensagem positiva ao colega cujo nome estivesse no papel, e em seguida entregasse a pequena guloseima.

FOTO 13



Eipmon (Arquivo particular)

Houve um momento descontraído neste momento, pois três dos participantes, logo ao verem os bombons em suas cadeiras, os desembalaram e comeram. Depois de dizermos que o mesmo era para fazermos uma dinâmica, eles falaram o seguinte: um *disse*: “*Eu não sabia*”, outro “*Eu tava com fome*”, e o terceiro “*Me dê outro*”. Fiz então o que o último solicitou, a cada um entreguei outro bombom, daí então começamos.

Depois de falar a mensagem ao colega e entregar o bombom, também houve muitos risos, abraços e expectativa, é claro, para saber quem estava com seu nome no papel.

FOTO 14



Eipmon (Arquivo particular)

FOTO 15



Eipmon (Arquivo particular)

A atividade seguinte teve como objetivo falar sobre amizades e tipos de pressão (assédio) para o uso de drogas. Utilizamos nestes trabalhos a oficina proposta pelo Livro do Estudante do Proerd (Programa educacional de resistência às drogas e à violência), intitulada “As bases da amizade”. Entregamos a cada uma das crianças e adolescentes uma cópia da parte do referido livro em que são orientadas tais atividades. Distribuimos os lápis e pedimos para que os mesmos, individualmente, refletissem sobre as atividades apresentadas no roteiro (QUADRO 03), vejamos:

- 1- Descrever como, na opinião de cada um e cada uma, deve ser um amigo. Pedimos que eles escrevessem algumas qualidades, características ou situações, baseado no que vivenciam, assistem, ouvem falar, acreditam etc.
- 2- Informe no local indicado os locais ou situações que você tenha amigos.
- 3- Seguindo a mesma proposta da primeira atividade, descreva como você sabe que alguém não é seu amigo.

QUADRO 03

Como deve ser um amigo para você ?

Este é seu universo de amizades e você é responsável por eles. Escreva seu nome na estrela maior e desenhe estrelas para seus amigos dos mais variados lugares onde você frequenta:

Como você sabe que alguém não é seu amigo?

Fonte: Santa Catarina, 2011, p. 37.

Como deve ser um amigo para você? As repostas para esta primeira pergunta foram:

“Não leva para o mau caminho; ensina coisas importantes; são interessantes.”
(Ronan)

“Grande companheiro.” (Herderson)

“Educado; legal; companheiro; compartilha bons momentos; respeito.” (Flávia)

“Brincalhão; respeita.” (Jackson)

“Companheiro; ajuda.” (Islane)

“Leal; não mentir; nos ajuda nos piores momentos.” (Samuel)

“Respeita; não trata mal; leal; companheiro.” (Matheus)

“Bom companheiro; bem educado.” (Isaac)

“Gentil; educado.” (Jacira)

“Companheiro; não ser chato; atencioso; bom; educado.” (Ivanara)

“Um amigo é meu irmão.” (Pedro)

Como você sabe que alguém não é seu amigo? Para a segunda pergunta as respostas foram as seguintes:

“Querem me levar para o mundo de destruição; não quer me levar para coisas boas.” (Ronan)

“Eu sei quem não é meu amigo.” (Herderson)

“Quando ele não é educado, mau companheiro, invejoso e maltrata.” (Flávia)

“Não me dá confiança e me bate.” (Jackson)

“Olha com uma cara ruim para a gente e fica sorrindo da gente.” (Islane)

“Quando ele está mentindo para mim; quando ele não fala comigo.” (Samuel)

“Não me respeita; xinga.” (Matheus)

“Quando não fala comigo o que é muito ruim.” (Isaac)

“Quando ele me faz ficar com vergonha.” (Jaciana)

“Quando me chama para sair para lugar estranho; oferece cigarro, drogas.” (Ivanara)

“Quando ele não olha para mim direito.” (Pedro)

No que concerne à atividade que visa identificar os lugares onde os meninos e meninas da pesquisa têm amigos, tivemos o seguinte resultado: 08 responderam que têm amigo em algum esporte, 11 em alguma brincadeira, 01 em um clube, 11 na escola, 11 na família, 03 em alguma igreja/religião, 11 na vizinhança e 03 em outros lugares (foram citados na expressão “cite outros”, os seguintes espaços: “interior”, fazendo alusão à zona rural de um município; “outra cidade”, explicando que se trata de pessoas ligadas à igreja evangélica da qual participa; “outro bairro”, amigos ligados à família).

Geralmente, o contato inicial com a droga se dá por influência ou intermédio de alguém conhecido, um amigo(a), um colega de escola, um namorado(a), e até mesmo parentes. Ao possibilitarmos a reflexão sobre suas relações interpessoais, estávamos fomentando que essas crianças e adolescentes também refletissem sobre suas escolhas e decisões. Vejamos o que assevera Helena Albertani⁴⁹ a esse respeito:

⁴⁹ Mestre em Educação pela PUC-SP, Orientadora Educacional, Licenciada em Filosofia. Frase proferida na ocasião do Seminário “Drogas por quê? Desafios para a educação”, promovido pela Fundação Milton Campos, em Teresina-PI, em 20/08/2012.

O importante não é impor limites, mas levá-los a refletir sobre os limites para garantir uma vida saudável. Mostrar que algumas ações ou escolhas põem em risco a sua saúde e seu bem-estar e que alguns comportamentos podem trazer consequências desagradáveis.

No momento em que discutíamos sobre as respostas dadas a tais perguntas, inserimos o seguinte questionamento: alguém de vocês já disse “não” a algum amigo, em algum momento, em alguma situação específica? Senti que a pergunta não era tão fácil de responder. Eles se olharam, uns balançaram a cabeça sinalizando não se lembrar. Apenas dois disseram que sim, mas não souberam ou quiseram detalhar. Ao insistir, perguntando “como se deu esse ‘não’? Foi fácil? Houve algum conflito?” Jaciara e Isaac respectivamente responderam:

“Fácil não é. Foi numa brincadeira. Não me lembro bem, mas eu disse não. Disse isso porque o que ela pedia me incomodava. Ela é mais velha que eu e queria mandar em mim. Ficou chato, mas não chegamos a brigar.”

“Na capoeira uma vez aconteceu algo mais ou menos assim: Tinha lá um menino, amigo lá de roda, de grupo, que eu não aceitei o pedido dele. Ele queria tipo isolar um novato.”

Diante desses dois relatos iniciamos uma discussão sobre tais situações. Como mote, indiquei que eles refletissem sobre a utilização da “recusa assertiva”. Nos baseamos na oficina proposta pelo livro “Caindo na Real”, do Proerd. Segundo tal programa, as habilidades para a recusa assertiva estão relacionadas à construção de um senso crítico dos participantes e a valorização de suas próprias percepções e sentimentos, permitindo assim que os mesmos façam escolhas que valorizem um modelo saudável de viver e relacionar-se, ou seja, que não apresentem riscos para si e para outrem (MINAS GERAIS, 2010).

FOTO 16



Eipmon (Arquivo particular)

Solicitamos que nos imaginássemos nas situações acima narradas pelos outros partícipes. Em seguida, perguntei como poderíamos recusar tais pedidos ou ofertas assertivamente. As respostas vieram como uma tempestade de ideias: “Dizendo que é errado”, “Mostrando que é errado”, “Dizendo sua opinião”, “Não aceitando”, entre outras. Ao final dessa atividade percebemos, portanto, que eles haviam compreendido o sentido da mensagem proposta pela mesma, que, em suma, é valorizar a nossa própria opinião, sem desrespeitar a dos outros, mas não necessariamente seguindo-a.

Depois dessas reflexões, fizemos um lanche e fomos para o tão esperado momento de conhecer os animais da Cavalaria, e com a ajuda dos jovens monitores dos programas sociais daquela instituição, as crianças e adolescentes do Parque Eliane, eu e Efigênia fomos montar a cavalo. Uma experiência excelente e aprovada por todos. Tivemos o auxílio dos jovens atendidos pelo Projeto Cidadão Mirim da Polícia Militar, que atuaram como monitores nas atividades de montaria e apresentação dos demais espaços daquela unidade policial. Pudemos gozar bons momentos de lazer e presenciar o quanto as crianças e adolescentes de nossa pesquisa se identificaram com aquele espaço. Todos eles foram unânimes em afirmar que o encontro na Cavalaria da PMPI foi o mais prazeroso de todos que fizemos. A seguir apresentamos algumas imagens das atividades daquele dia, que se encerrou com um momento de diversão no parquinho do Eipmon.

FOTOS 17 e 18



FOTO 19 e 20



Outra temática que trabalhamos nesta oficina foi a questão da “pressão de grupo”. Utilizamos uma oficina do Proerd, presente no “Livro do estudante - 5º ano”. O objetivo era que eles identificassem os tipos de pressão, como e onde elas podem acontecer e como podemos agir nessas situações. O quadro a seguir, presente no referido livro, serviu de aporte teórico para as próximas atividades.

QUADRO 04

TIPOS DE PRESSÃO DO GRUPO

Pressão Positiva: quando alguém insiste que você faça alguma coisa que não vai lhe prejudicar se você fizer. Exemplo: “Ah, vamos treinar mais uma vez?”

Pressão Amigável: Quando alguém que é ou não seu amigo, faz uma simples oferta de forma amigável, educada. Exemplo: “Você gostaria de experimentar? Nós vamos nos divertir muito!”

Pressão Indireta: é uma pressão para utilizar drogas, sem, contudo, constituir uma oferta direta. Exemplo: “Vamos à festa. Eu sei que vai ter uma cervejinha”

Pressão Provocadora: Quando alguém provoca para que faça algo que não quer fazer, tentando ferir os seus sentimentos. Exemplo: “Vamos, não seja um covarde!”

Pressão Pesada: quando alguém ameaça você, física ou emocionalmente, numa tentativa de fazer com que você faça algo que não quer fazer. Exemplo: “Se você não fizer isso, vai se arrepender: te pego lá fora!” ou “Não vou ser mais seu amigo.”

Fonte: Santa Catarina, 2011, p. 39.

Queríamos projetar um vídeo, que não foi possível, visto que tivemos um problema com nosso projetor multimídia. Então, pensamos em um teatro. Imaginamos situações em que alguém ou alguma pessoa que conhecemos exerceria algum tipo de pressão, para algo que reconhecemos não ser saudável. Usamos como exemplo o proposto no livro do “Proerd – 5º ano”, a oferta de cigarro. Vejamos algumas respostas dadas em nossa encenação:

Para a **pressão pesada:** “Se você não aceitar, não será do nosso grupo!”, Ronan respondeu: “Eu não sou obrigado a ser do seu grupo, porque tem muitos grupos muito bons”; Jackson disse: “Eu não necessito do seu grupo, eu não fumo.”

Para a **pressão indireta:** “Na festa todos estarão fumando.”, Isaac disse: “Não quero fumar, eu sei que cigarro faz mal a saúde”. Flávia disse: “Só por isso eu preciso fumar?”.

Para a **pressão provocadora:** “É isso aí. Você não é covarde, ou é?”, Ivanara disse: “Eu não sou, você é que é, por que você caiu na do cigarro.”

Para a **pressão amigável:** “E aí, tudo bem? Quer um pouco do cigarro? É nosso. Samuel disse: “Não, não. Porque você não joga isso fora? Deixe isso de mão, meu amigo.”

Depois da encenação conversamos sobre as repostas dadas e incluímos no nosso debate a seguinte questão: como podemos identificar pressões positivas? No momento inicial de formação, aprendemos que estas são formas de incentivo para realizarmos atividades ou praticarmos hábitos saudáveis. O momento de compartilhar as ideias era bastante enriquecedor, visto que proporcionava uma socialização das diversas impressões sobre o que

estávamos discutindo. Morin (2004, p. 129), cita que em grupo que há prática de pesquisa-ação “o compartilhamento é essencial”, o autor ainda assevera que:

À medida que progredir o grupo, crescerão as trocas de ideia e de ações em comum; os encontros deveriam se tornar um compartilhamento de relatos sobre as atividades e de reflexões sobre as mesmas. Assim cada ator aprende através da ação e da reflexão do outro.

A OFICINA 3 realizamos na Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane. Foram abordados na mesma os temas direitos humanos e de cidadania, onde utilizamos um vídeo e *slides*. Dois temas foram trabalhados: “Direitos da pessoa humana” e “Direitos da criança e adolescente”, onde utilizamos como texto-base, respectivamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Para iniciarmos os trabalhos, desenvolvemos uma atividade lúdica de cooperação em grupo. Dividimos os sujeitos em duas equipes, mesclando meninos e meninas. Tal atividade refere-se ao jogo conhecido como “forca”, onde no quadro colocamos algumas dicas e o número de letras, a fim de que os participantes descobrissem a que palavra, frase ou expressão estávamos nos referindo. Os termos colocados foram:

- LIBERDADE
- FRATERNIDADE
- SOMOS TODOS IGUAIS
- TODA PESSOA TEM DIREITO À VIDA
- NINGUÉM PODE SER TORTURADO
- TODA PESSOA TEM DIREITO A REPOUSO E LAZER
- TODA PESSOA TEM DIREITO À EDUCAÇÃO
- TODA PESSOA TEM DEVERES PARA COM A COMUNIDADE

Cada um dos sujeitos dizia uma letra e na medida em que os termos iam se revelando era perguntado se alguém sabia dizê-lo. As equipes iam anotando e, em seguida, conversamos sobre os mesmos. Para ilustrar melhor e contextualizar as palavras, expressões e frases da dinâmica, projetamos em *slides* um esquema para facilitar a compreensão dos partícipes, baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Tendo em vista a magnitude e complexidade dos variados subtemas os quais abordam ambos os documentos citados, tivemos de fazer um recorte, inclusive para que

nossos sujeitos pudessem melhor assimilar. Nesse sentido, dois aspectos foram priorizados nessa atividade, as noções de “pluralidade” e de “justiça”.

[...] a mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da **justiça social** e na sustentabilidade, na inclusão e na **pluralidade** (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, p. 24) (**grifo nosso**).

Ao dizermos que “todos nós somos iguais”, enfatizamos em seguida que tal igualdade se dá em nível dos direitos que temos, pois no que se refere à cultura, à cor, à religião, ao gênero, à orientação sexual, temos nossas diferenças, que em nenhuma hipótese podem ser desrespeitadas. Mostramos, através de imagens, como muitas pessoas sofrem pela intolerância de outras que não conseguem aceitá-las. Perguntei se alguém tinha exemplo de uma pessoa ou um grupo de pessoas que sofre ou sofreu com alguma intolerância. As participações mais comuns fizeram alusão à escola e às práticas que talvez possamos considerar como *bullying*. Conversamos então sobre tal fenômeno, que é algo que está mais próximo deles, e tentamos fazer uma ligação com a questão mais ampla que estávamos debatendo, a intolerância, sabemos que todo *bullying* é uma prática de intolerância, mas a recíproca não é verdadeira. Alguém falou:

“Tem menino que humilha, que chama de ‘neguim’, só pra sacanear mesmo.”

Depois de falarmos um pouco sobre esse tipo de “não aceitação às diferenças” que acontece em muitas escolas, mas também em outros espaços, mostramos que situações semelhantes acontecem em várias partes do mundo, em que pessoas são desrespeitadas, humilhadas, maltratadas, torturadas, passam fome e sofrem tantos outros maus-tratos, simplesmente por serem pobres, mulheres, homossexuais, deficientes, idosos, crianças, adolescentes, negros, pardos, mestiços, ou seja, por não serem aceitas como são.

De acordo com o repertório individual de cada um, a maioria manifestou suas opiniões, curiosidades, crenças sobre o tema, a seu modo eles iam interagindo, algumas das perguntas revelavam o que para alguns poderia representar ingenuidade peculiar da faixa etária, para outros, sapiência subestimada, como por exemplo, alguém cita que:

“Se todos nós fôssemos amigos, a gente teria um final feliz.” (Herderson)

Sentimos que algo era assimilado dentro da visão de mundo de cada um. Se o nosso propósito não era necessariamente falar em “final”, certamente é de felicidade que estamos falando, que estamos propondo como algo a ser alcançado por qualquer pessoa, ou que pelo

menos não se contribua para que esta se afaste de alguém. Aliado a essa noção de sentir-se bem, feliz e com autoestima – tentamos mostrar às crianças e adolescentes da pesquisa que é importante, para que as pessoas assim se sintam, que sejam cultuados valores como respeito, tolerância, fraternidade, harmonia e, sobretudo, amor.

Outro aspecto que demos ênfase ao tratarmos sobre a questão dos direitos humanos refere-se à “justiça”, enquanto direito. A formação em direitos humanos, sem dúvida contribui de forma efetiva para que seja disseminado o valor do direito como valor pleno (FERNANDES, 2009, p. 174). No *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* é registrado que:

Para contribuir nesse processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educacional há que tratar do campo ético, de como se desenvolvem atitudes e valores, no campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvo de injustiças, que se manifestam no cotidiano.

Soares Benevides (1998, p, 02) cita que não se pode conceber “democracia com intolerância, seja de que tipo for, democracia sem justiça, e a justiça, como sabemos, é uma condição para a paz”. Buscamos uma abordagem que apresentasse os Direitos Humanos “associados ao cotidiano e à realidade, de modo a produzir ações contextualizadas e geradoras de mudanças, na perspectiva da participação cidadã”, como assevera Fernandes (2009, p. 177), esse autor ainda cita que:

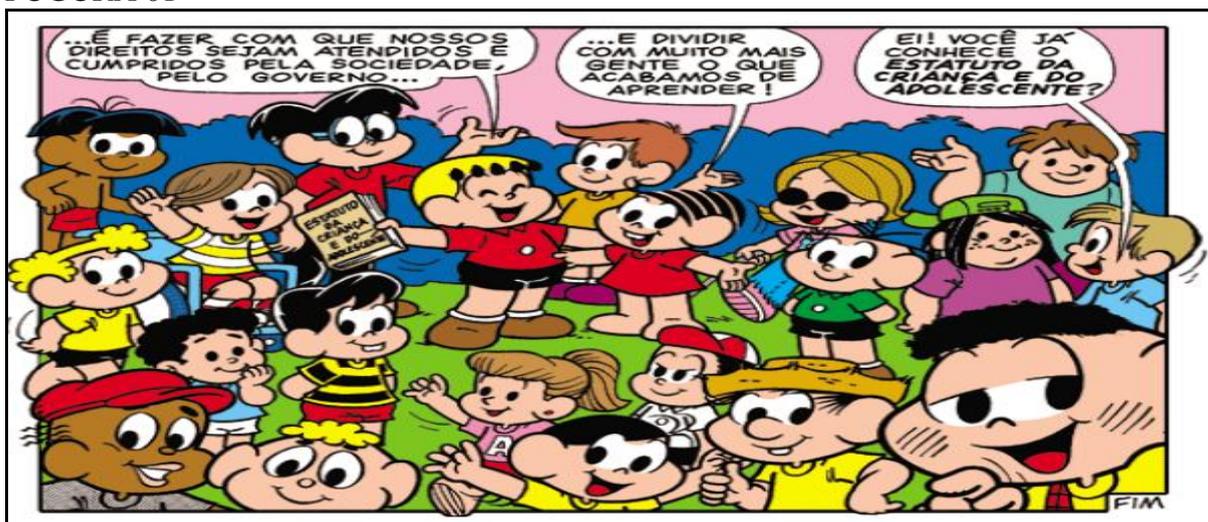
Os direitos humanos favorecem a consolidação de sentimentos de justiça e, sobretudo, de equidade, uma vez que devem prevalecer e serem consolidados a partir dos processos sociais [...] é importante favorecer a participação política [...] e a criação de novas instâncias participativas [...] (FERNANDES, 2009, p. 177).

Em nosso debate, posterior a atividade introdutória, que foi o jogo para se descobrir frases, palavras ou expressões ligadas à Declaração Universal dos Direitos Humanos, buscamos mostrar aos partícipes de nossa pesquisa, crianças e adolescentes que ainda não haviam ouvido a expressão “Direitos Humanos”, que esse se refere diretamente à pessoa humana na sua universalidade, são direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. Para exemplificarmos citamos o direito que todos têm sem distinção “de nacionalidade, de cidadania política, de sexo, de classe social, de nível de instrução, de cor, de religião, de opção sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral, são aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano” (SOARES BENEVIDES, 1998, p, 07).

Soares Benevides (1998, p. 04) chama atenção, ainda, para o fato de que o “tema dos Direitos Humanos, hoje, permanece prejudicado pela manipulação da opinião pública, no sentido de associar direitos humanos com a bandidagem, com a criminalidade. É uma deturpação. Portanto, é voluntária, ou seja, há interesses poderosos por trás dessa associação deturpada”, consideramos, pois, pertinente a inserção de diálogos sobre essa temática ainda nas fases da infância e da adolescência, visto que teremos chances de formar cidadãos mais críticos e menos sujeitos aos efeitos do discurso da elite dominante (principal obstáculo para que se implemente neste país uma verdadeira justiça social) que classifica as classes populares como “classes perigosas”, mercedoras de todo o “rigor da polícia, da suspeita permanente, da indiferença diante de seus legítimos anseios”.

Para abordarmos especificamente a questão dos Direitos da Criança e do adolescente iniciamos com a exibição de um vídeo⁵⁰ organizado pela TV Boas Novas Belém, intitulado *Conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente com Renatinha*, e posteriormente realizamos a leitura do *Gibi Turma da Mônica em: O Estatuto da Criança e do Adolescente*.

FUGURA 01



Fonte: Revista turma da mônica. Maurício de Sousa Produções Ltda, 2006.

Depois de assistirmos o vídeo e realizarmos coletivamente a leitura da referida revista, solicitamos que os participantes comentassem algo sobre o tema em debate. Jackson, que no intervalo para o lanche havia assistido, no nosso notebook, outro vídeo sobre o ECA, que mostrava que em situação de tragédias as crianças e adolescentes tinham prioridade no resgate, disse que achou interessante “essa parte”. Ele falou que nesse ponto eles têm

⁵⁰ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=UmYrApzqUIE>. Acessado em 23/ 09/2012.

vantagem em relação às “pessoas grandes”. Falamos a ele que essa prioridade se estende a outros direitos, e que esse “direito de ser primeiro” norteia a legislação brasileira para a infância e a adolescência, que é influenciada pela teoria da proteção integral⁵¹. Aliás, essa é uma das novidades contidas no texto da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227 introduz o princípio da prioridade absoluta dos direitos das Crianças e dos Adolescentes. Vejamos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (**grifo nosso**).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA também preconiza o alcance da garantia de absoluta prioridade e é regido pela doutrina da proteção integral:

A garantia de prioridade compreende: a) **primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias**; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO) (**grifo nosso**).

Depois de exporem verbalmente suas impressões sobre o que lemos e assistimos, propusemos que os meninos e meninas expressassem, através de desenhos, algo sobre o que estávamos dialogando, os direitos da criança e do adolescente. Depois de distribuirmos o material didático (papel, lápis, pincel, lápis de cor, borracha), alguns logo iniciaram, outros solicitaram que nós esclarecêssemos melhor a atividade. Dissemos então que imaginassem o ECA, tema no qual estávamos falando e tentassem desenhar algum ou alguns dos direitos presentes nele. Eis alguns dos desenhos:

Iniciamos com o de Jackson, que abordou a questão da prioridade da criança e do adolescente no resgate em caso de acidentes, como já citamos anteriormente. Ele disse que em cima do prédio há uma criança e seu pai, e lá embaixo um bombeiro para ajudá-los, a criança está à frente.

⁵¹ A teoria da **proteção integral** surge como superação da doutrina da **situação irregular** que vigorava com o Código de Menores, lei anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente. “A objetivação jurídica do conceito de “menor” atribuía toda uma gama de políticas de tratamento à minoridade, legitimando o reforço de políticas de controle social, vigilância e repressão (CUSTÓDIO, 2008, p 03)”. “O desenvolvimento da teoria jurídico-protetiva reclama, pois, uma propedêutica de viés transdisciplinar que lhe seja específica e particularmente própria, mas, isto não significa isolamento, e, sim, possibilidade teórica e pragmática de autonomia e eliminação [...] de tudo aquilo que ameace ou viole as condições mínimas de existência digna das [...] crianças e adolescentes” (RAMIDOFF *apud* CUSTÓDIO, 2008, p. 09).

DESENHO 11



DESENHO 12



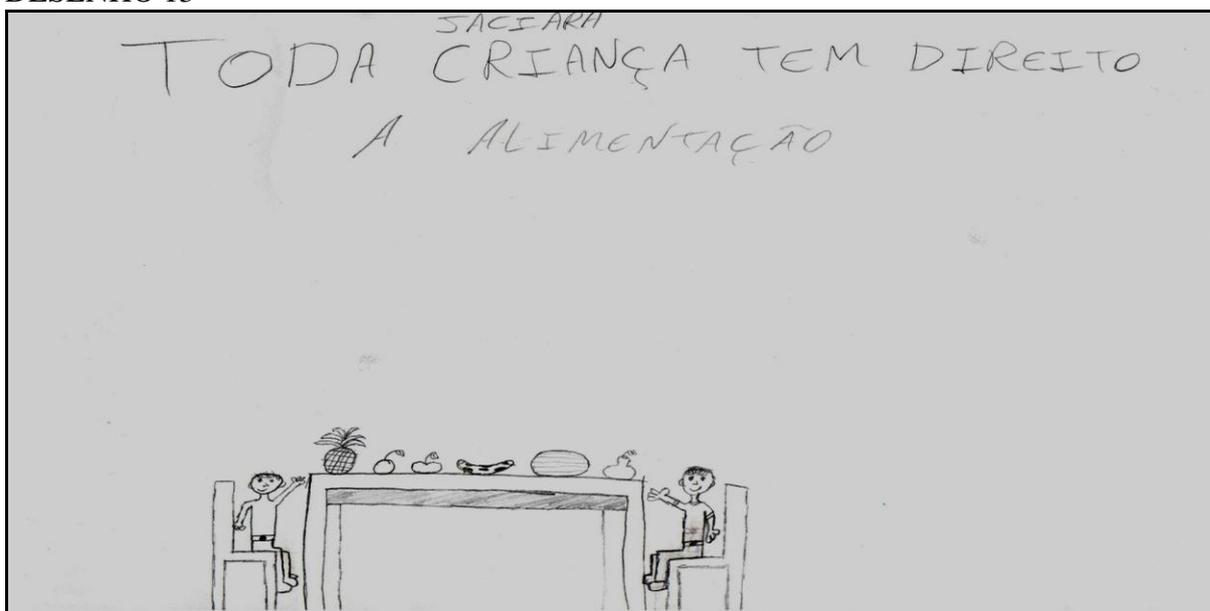
Ivanara apresentou o direito de brincar e de ter alimentação. Esta criança falou que considera este último o mais importante. Sobre o primeiro, o Artigo 16, IV do ECA, especifica “brincar, praticar esportes e divertir-se” como um aspecto do direito à liberdade. Ela e os demais partícipes disseram que não sabiam que há na própria lei o ato de brincar como “um direito”.

“É importante, eu sei [o ato de brincar]. Toda criança gosta. Mas eu não sabia que era um direito que tem na lei.”

Jaciara também desenhou algo referente ao direito à alimentação, que aparece no artigo 4⁵² do ECA. “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes [...] à alimentação [...]”. Ao pedirmos que ela comentasse o seu desenho a mesma se expressou dessa maneira:

“São crianças na mesa comendo. A mesa farta com alimentos e as crianças felizes.”

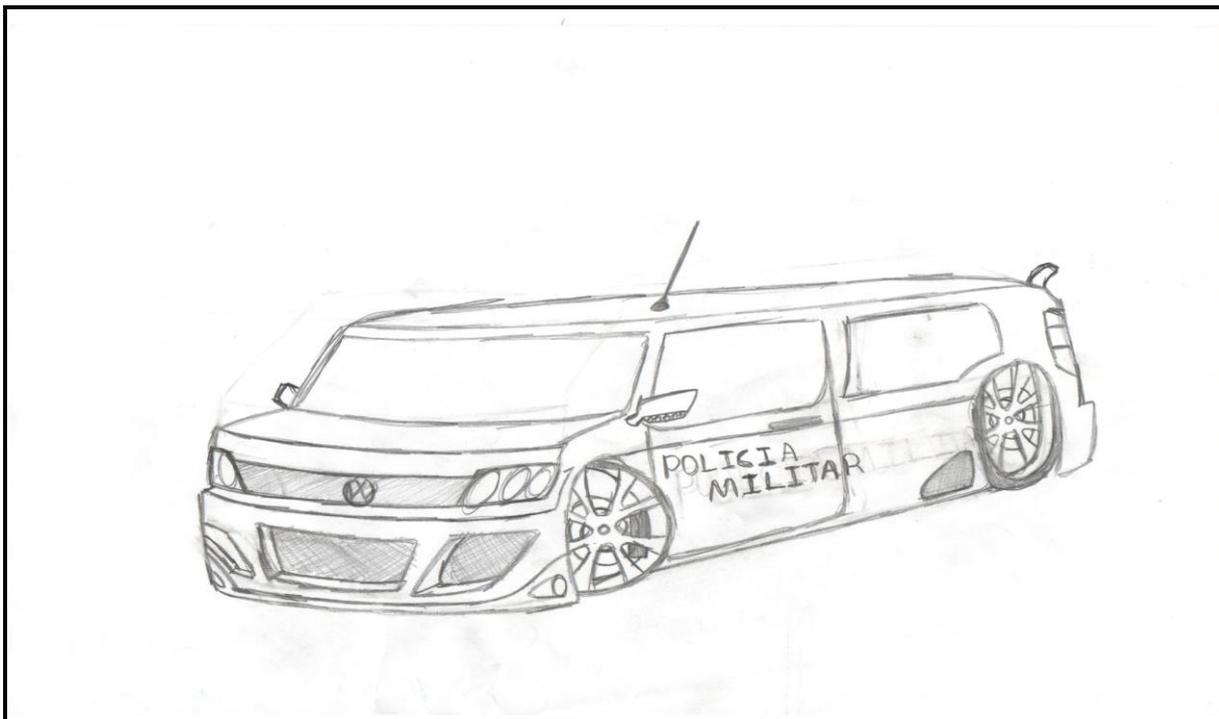
DESENHO 13



Quando vimos o desenho de Isaac, que apresentamos abaixo, pensamos que ele se referia ao direito à segurança ou algo parecido. Quando o mesmo foi socializar sua produção, disse que toda criança tem “direito de passear”. No veículo identificado como da Polícia Militar ele está fazendo alusão ao fato de que em nossos passeios pela cidade tivemos o apoio da Polícia Militar do Piauí, que nos cedeu um micro-ônibus com motorista. Os dois desenhos a seguir são de Isaac. Ele disse que também considera importante o direito à prática de esporte, e mais uma vez enfatizou seu apreço pela capoeira.

⁵² Os Artigos 54, VII e 94, VIII também fazem alusão ao direito à alimentação, respectivamente se referem à merenda escolar e à alimentação gratuita em entidades que desenvolvem programas de internação.

DESENHO 14



DESENHO 15



No desenho de Islane ela abordou os direitos da pessoa com deficiência, o mesmo aparece nos seguintes artigos do ECA: 11- parágrafo 1º, 54- inciso III, 66, 112 - parágrafo 3º e 208 - inciso II.

“Aqui é uma cadeira de rodas. Eu não sei desenhar não, mas esse direito aqui é dos deficientes. Apareceu lá no vídeo [que foi exibido].”

DESENHO 16



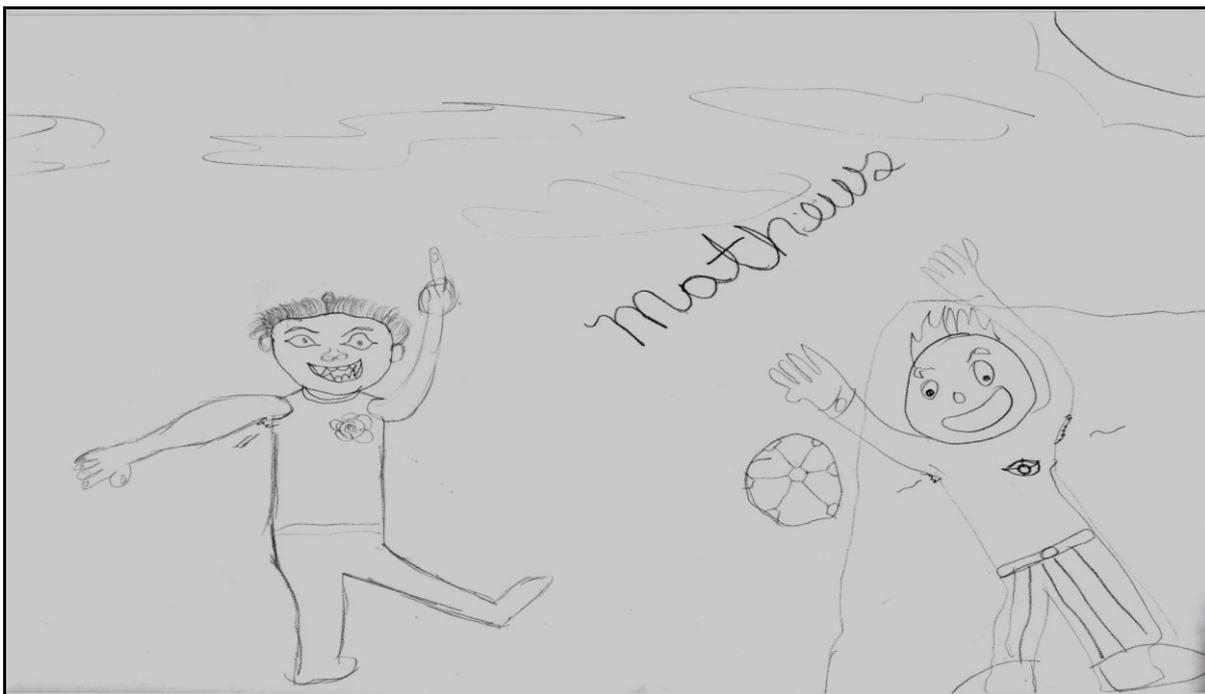
Matheus fez referência ao futebol, para falar do direito ao esporte. Pedi que ele falasse de seu desenho, ele riu, hesitou, e disse que não queria falar. Em outro momento ele nos perguntou o que achávamos de seu desenho. Dissemos que “achamos” que é uma forma que ele encontrou para mostrar seu interesse pelo referido esporte e que consideramos interessante. Talvez ele quisesse se referir à representação do dedo em riste, pois ria constantemente, parecia esperar que fizéssemos um julgamento moral. Então, insisti, solicitando que comentasse sobre seu desenho. Ele falou o seguinte:

“Jogar bola é um direito não é professor? Aqui é um jogo. Esse aqui [apontando o garoto com o dedo em riste] Está tirando onda do outro. É que ele defendeu a bola chutada.”

Perguntei a ele como será que esse “outro” se sentiu com a postura do jovem apontando o dedo. Ele respondeu:

“Normal, eu acho. Levou na brincadeira [risos].”

DESENHO 17



Flávia ilustrou a questão do direito à educação, e segundo ela, também retratou o direito de brincar. Estão presentes em seu desenho uma menina a caminho da escola, duas crianças jogando tênis próximo a uma igreja. Mais uma vez, a exemplo da oficina anterior, esta criança associa sua comunidade a outros espaços que visitamos pela cidade, isso se evidencia, e ela confirmou, pelos dois prédios logo abaixo de sua figura. Rodrigues (2010, p. 03) cita que “toda experiência visual pode sugerir um motivo, uma intenção para desenhar” e que “o repertório gráfico de cada criança está condicionado pelo meio onde vive”. Luquet *apud* Rodrigues (2010, p. 03) afirmam que “cada criança tem seus motivos preferidos e recorrentes para desenhar, conforme as influências do meio em que se encontra”.

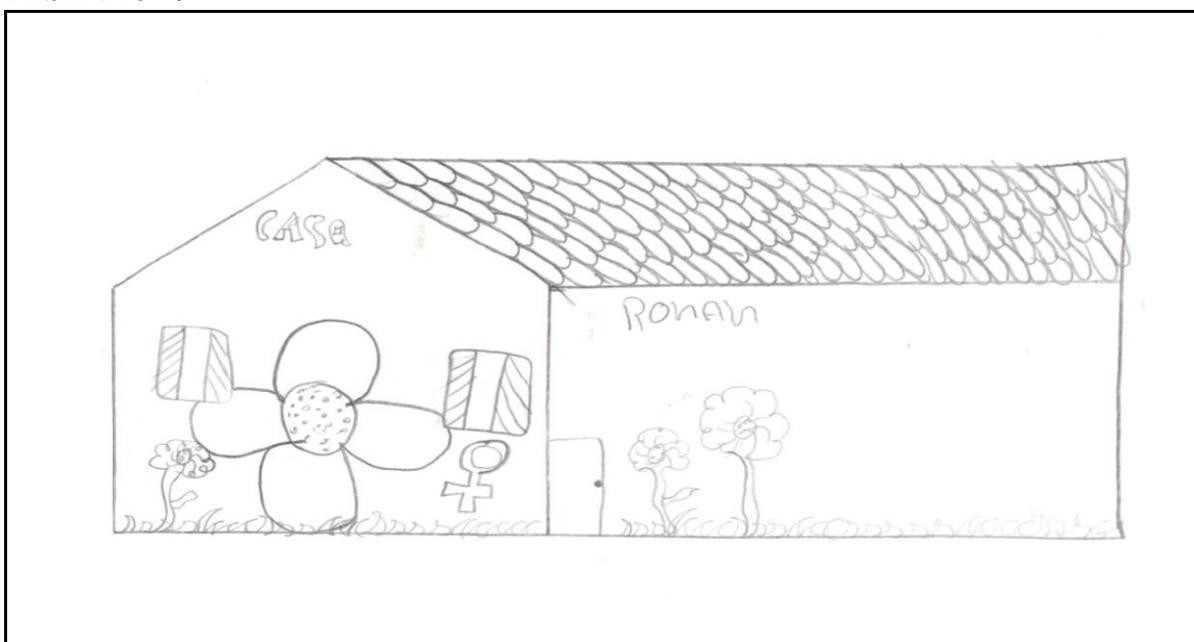
DESENHO 18



Ronan preferiu desenhar a própria Casa de Artes e Culturas. Revelou considerá-la bonita, principalmente a arte em grafite feita em suas paredes. Disse que lá na referida Casa as crianças têm muitos direitos. Pedimos que ele citasse algum, ele pensou um pouco e citou “brincar e estudar”. Em seguida falou mais uma vez de seu interesse pelo grafite:

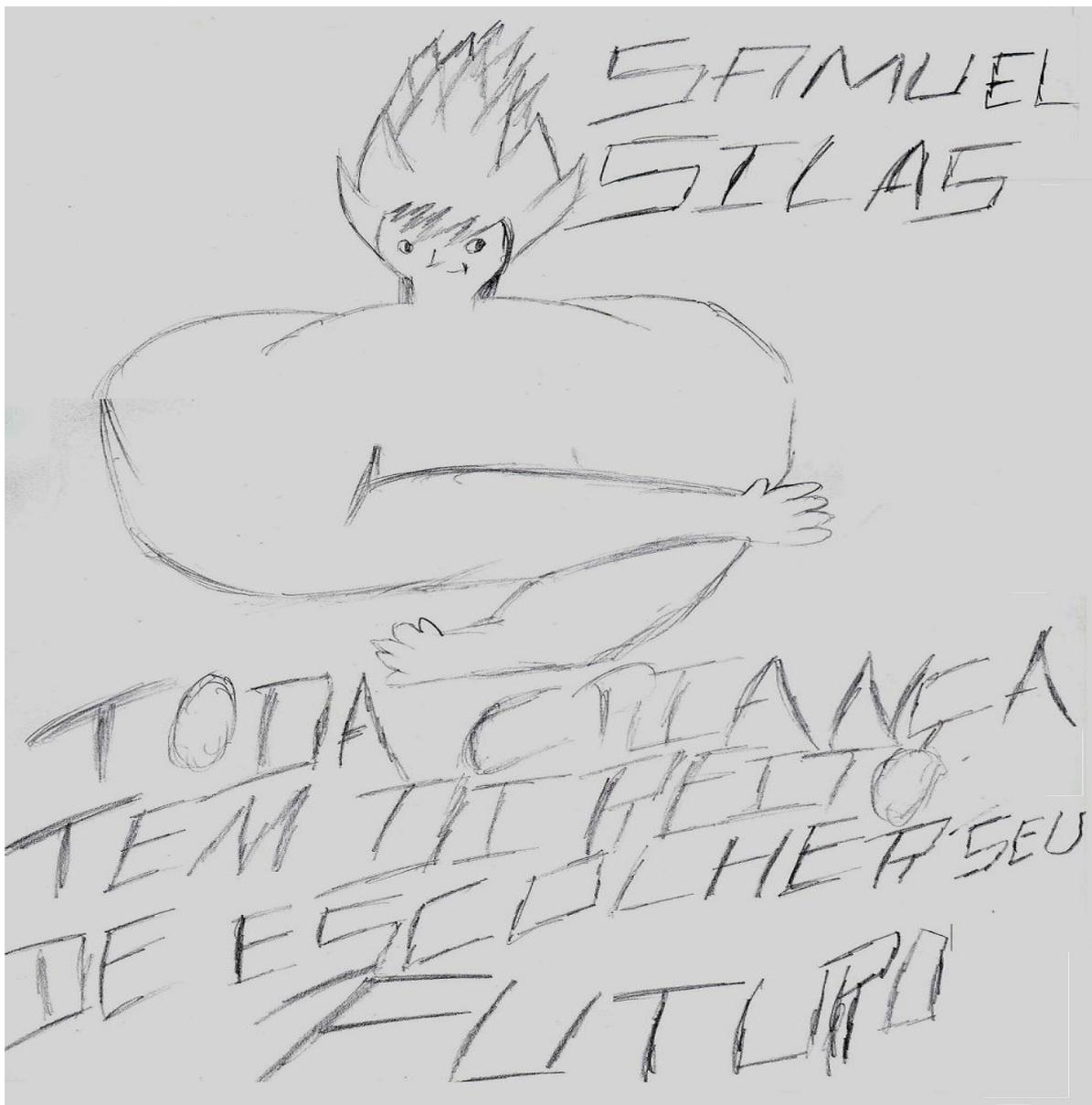
“É muito massa. Criança também pode fazer, não pode? Eu vou aprender.”

DESENHO 19



O desenho de Samuel nesta oficina, a exemplo de outro participante, assemelha-se ao feito anteriormente. Ele mais uma vez faz alusão a um personagem de *videogame*.

DESENHO 20



Sua frase nos chama a atenção: “Toda criança tem o direito de escolher seu futuro”. No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA não há algo especificado dessa forma, com essas palavras, nem em nossas palavras, nas conversações, falamos algo parecido. Pedimos que comentasse sobre sua criação, ele, meio tímido, disse:

“A criança pode ser o que quiser, basta ir atrás. E o futuro será bom.”

Na OFICINA 4 optamos por utilizar a Revista Sesinho⁵³ para falarmos sobre a importância da preservação do meio ambiente, entre outros temas que não iremos enfatizar nesta dissertação, para não comprometer a delimitação de nosso objeto de estudo. Essa publicação que utilizamos (Ano 11, nº 122), intitulada “Nós podemos!” abordou de forma dinâmica, didática e lúdica a questão dos “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”⁵⁴.

FIGURA 02



REVISTA SESINHO, Ano 11, nº 122.

FOTO 21

ENCONTRO DOS RIOS⁵⁵ (Arquivo Particular)

Em círculo, realizamos uma leitura coletiva da referida revista, em seguida fizemos uma discussão em grupo sobre como podemos contribuir para mudar a nossa rua, a nossa comunidade, a nossa cidade, o nosso país, em suma, o mundo em que vivemos. A garantia da sustentabilidade ambiental, o sétimo objetivo da Declaração do Milênio foi um assunto que conversamos, na Casa de Artes e Culturas e também no Parque Encontro dos Rios.

Apesar de não ser diretamente objeto de nossa pesquisa, sentimos a necessidade de incluí-lo de alguma forma em nossas discussões, vale ressaltar que dos cinco espaços fora da

⁵³ Publicação do Serviço Social da Indústria Sesi. “A Revista do Sesinho é o porta-voz do Sesi junto às crianças. Seu personagem principal é um menino de sete anos, que vive experiências semelhantes às de seu público-alvo – com idades de 4 a 14 anos”. Disponível em <http://www.sesi.org.br/>. Acessado em 20/11/2012.

⁵⁴ Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de **8 Jeitos de Mudar o Mundo** – que devem ser atingidos por todos os países até 2015, são eles: erradicar a extrema pobreza e a fome; educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Disponível em <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acessado em 20/11/2012.

⁵⁵ No tocante ao Objetivo número sete dos ODM, tivemos, posteriormente, uma aula no Encontro dos Rios com o geógrafo e soldado do Batalhão de Policiamento Ambiental – BPM da PMPI, Jesus Viveiros Gonçalves.

comunidade que visitamos durante a pesquisa, três são parques ambientais (Zoobotânico, Encontro dos Rios, Lagoas do Norte).

A maioria dos meninos e meninas já havia ouvido falar alguma coisa sobre preservação do meio ambiente, principalmente nas escolas que estudam. Na maioria das vezes, esse tema, considerado de natureza transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, ainda é abordado como algo distante da realidade dos alunos e alunas.

Acreditamos que se faz necessária uma mudança de direção no sentido de fazer compreender que o meio ambiente somos nós e vice-versa. Morin (2000, p. 14) assevera que o reconhecimento da identidade terrena se tornará cada vez mais indispensável a cada um e a todos, o que deve converter-se em um dos principais objetos da educação. O autor cita a expressão “bem pensar” para se referir ao:

[...] modo de pensar que permite apreender em conjunto o texto e o contexto, o ser e seu meio ambiente, o local e o global, o multidimensional, em suma, o complexo, isto é, as condições do comportamento humano. Permite-nos compreender igualmente as condições objetivas e subjetivas (MORIN, 2000, p. 97).

Essa oficina foi concluída no Parque Encontro dos Rios, onde tivemos a participação do professor Jesus Viveiros Gonçalves⁵⁶, que falou sobre o assoreamento das margens dos rios e como esse problema pode afetar a “vida” de nossas principais fontes de água no Piauí. Em um certo momento ele pergunta quem gostaria de comentar algo sobre esse assunto, Ivanara, se referindo às matas ciliares, diz que acontece porque as margens dos rios são desmatadas, ela acrescenta:

“As plantas seguram a terra das margens. Sem árvore a areia cai no rio.”

Uma curiosidade da maioria dos meninos e meninas foi sobre os aguapés do rio Poti, alguns deles revelaram achar bonita a imensa área verde formada por tais plantas. O professor explicou que as mesmas sinalizam que o nível de poluição das águas dos rios está alto, isso inclusive compromete a vida dos animais que vivem nos rios. Em seguida fomos andar nas trilhas às margens do rio Parnaíba e, posteriormente, fomos conhecer as espécies de peixes que habitam os dois rios. É ainda importante ressaltar que durante nossos passeios Efigênia e eu sempre mostrávamos que é importante jogarmos os restos de alimento e embalagens dos mesmos em locais apropriados, como as lixeiras, por exemplo. O mesmo acontecia dentro do

⁵⁶ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade Montenegro. Policial Militar, o mesmo atua na área de preservação do meio ambiente no Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA/ PMPI.

ônibus, eles foram informados que quando jogamos embalagens, restos de comida ou objetos pela janela dos veículos, além de estarmos pondo em risco a segurança de outros condutores que vêm atrás, também estamos poluindo nossa cidade.

A OFICINA 5 foi a mais prática entre todas. Optamos por fazer desta um momento de descontração e sem nenhuma formalidade, não utilizamos nenhum material didático tradicional, como fizemos nas anteriores, apenas alguns balões, caixa de som, CD e o próprio corpo dos nossos partícipes. A mesma aconteceu tanto no parque Lagoas do norte como no Encontro dos rios, onde contamos com a participação do professor de educação física Ivan Pingo. O mesmo desenvolveu com as crianças e adolescentes desta pesquisa atividades físicas recreativas, o que representou parte de nossos trabalhos inerentes a hábitos de vida saudável e a importância de os adotarmos que, em oficinas, havíamos falado *en passant*.

FOTOS 22 e 23



PARQUE LAGOAS DO NORTE (Arquivo Particular)

FOTOS 24 e 25



PARQUE LAGOAS DO NORTE (Arquivo Particular)

Segundo Oliveira e Murer (2008, p. 85), a educação física assume um papel profícuo na promoção da saúde. Os referidos autores asseveram que a promoção de hábitos saudáveis e a importância da prática regular de atividade física são aspectos importantes a serem abordados junto a comunidade escolar.

A promoção da atividade física interage de maneira positiva com as estratégias para melhorar os hábitos alimentares, desencorajar o tabagismo e o consumo de álcool e drogas, reduzir a violência, aprimorar a capacidade funcional e promover a integração social (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2006 *apud* OLIVEIRA e MURER, 2008, p. 88).

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, a promoção e a educação para a saúde, nesta fase, podem propiciar o desenvolvimento de atitudes, valores e condutas mais saudáveis, “deste modo, as populações ficam mais habilitadas para controlar a sua saúde e o ambiente, e fazer opções conducentes à saúde”⁵⁷.

O professor Ivan Pingo uniu exercícios físicos com atividades recreativas, o que criou um clima de animação entre os partícipes. Os meninos e meninas logo se envolveram com a proposta do referido professor, que nos auxiliou na demonstração prática dessa temática. Segundo ele:

“A garotada gosta de se mexer, de praticar atividades físicas, o que é importante para a saúde do corpo e da mente e, se aliarmos essas práticas com a recreação a aceitação é maior ainda. Temos de mostrar para as crianças esse lado bom da vida, o lado da animação, da alegria, da saúde, do contato com a natureza, isso é muito prazeroso.” (ENTREVISTA EM 08/12/2012)

⁵⁷ CARTA DE OTTAWA - PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS - 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde Ottawa, Canadá, 17-21 de Novembro de 1986. Disponível em http://www.who.int/hpr/NPH/docs/ottawa_charter_hp.pdf . Acessado em 23/10/2012.

FOTOS 26, 27, 28 e 29



PARQUE ENCONTRO DOS RIOS (Arquivo particular)

Além de capoeira e futebol, os sujeitos desta pesquisa revelaram também praticar outros esportes, principalmente na escola. Foram citados o futsal (futebol de salão) e o voleibol, que são jogados em quadras poliesportivas, ambos, segundo os mesmos, são praticados esporadicamente. No tocante às atividades realizadas durante nossas visitas aos Parques Lagos do norte e Encontro dos rios, alguns se disseram satisfeitos, tanto pela metodologia aplicada quanto pela estrutura física dos espaços.

“Esses negócios [referindo-se aos aparelhos de academia instalados no “Lagoas do Norte”] têm em muitas praças, sempre passa na televisão. É bom porque qualquer pessoa pode usar. Nem precisa pagar.” (Ivanara)

“Aqui tem muitas árvores, tem brinquedos, tem rio, tem tudo [referindo-se ao Encontro dos rios]. É tudo bonito.” (Karine)

As duas falas acima são reveladoras de um sentimento comum entre todas as crianças e adolescentes que participaram de nossa pesquisa, o desejo de pertencer à cidade, e mais do que isso, que a cidade chegue com seus bens culturais, turísticos, educacionais, artísticos, a

sua comunidade. As expressões “Aqui (...) tem tudo” e “Esses negócios têm em muitas praças” talvez queira nos dizer, “A minha comunidade precisa disso”.

No encontro no Theatro 4 de setembro não realizamos nenhuma atividade específica, além de assistirmos ao espetáculo apresentado⁵⁸. Na chegada, os meninos e meninas ficaram deslumbrados com a arquitetura do espaço cultural que envolve a Praça Pedro II, que inclui o teatro, a Central de artesanato mestre Dezinho e o Clube dos diários. Tivemos de esperar mais de quarenta minutos para nossa sessão começar. Ela estava prevista para as 9h, mas iniciou início quase 10h. Durante a apresentação Pedro disse que estava com fome, pediu para comer algo, como não podíamos levar alimentos para dentro do teatro, o levei para fazer um lanche e depois retornamos. Com o atraso na apresentação a merenda dos meninos e meninas só foi feita depois das 11h, já dentro do ônibus.

FOTOS 30, 31, 32 e 33



THEATRO 4 DE SETEMBRO (Arquivo particular)

⁵⁸ A peça “Senhor Rei, Senhora Rainha”, que ganhou o Prêmio Serviço Nacional de Teatro em 1971, no Rio de Janeiro, é de autoria do dramaturgo piauiense Benjamim Santos.

Esta ida dos sujeitos de nossa pesquisa ao maior espaço cultural voltado para as artes cênicas do Piauí, o Theatro 4 de setembro, foi possível também pela iniciativa do importante evento realizado pelo Serviço Social do Comércio – Sesc-PI, o Festival “Teatro, Pipoca e Guaraná”, realizado anualmente na semana da criança. O mesmo disponibiliza ingressos gratuitos para alunos e alunas de escolas públicas de Teresina, o que representa uma excelente proposta de inclusão social, através da cultura, mas especificamente, através do Teatro. Iniciativas como essas são relevantes, haja vista que contribuem para que seja assegurado o direito desses meninos e meninas de terem acesso aos bens culturais e artísticos de nossa cidade. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu artigo 71, preconiza que estes “[...] têm direito à informação, à cultura, ao lazer, aos esportes, às diversões, aos espetáculos [...]”.

3.3 O direito à cidade

Na publicação *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*, o Observatório das Metrópoles⁵⁹ assevera que “o ideário do direito à cidade deve ser capaz de propor mecanismos de um novo tipo de coesão social baseado na negação da segregação social, na promoção da função social da cidade”. O mesmo ainda aborda a importância da “difusão de uma nova cultura social, territorial e ambiental” capaz de promover “padrões de sociabilidade” baseados “na solidariedade, na construção de identidades e na representação de interesses coletivos” (2011, p. 15). Já o Observatório de Favelas⁶⁰, em sua publicação *Sistematização de experiências de prevenção à violência contra jovens de espaços populares*, registra em Fernandes (2009, p. 178) que:

Diferentes atividades de lazer e cultura, que envolvam a circulação entre os diferentes espaços da cidade, são de importância fundamental para ampliação das perspectivas e da visão sobre o espaço popular, numa relação dinâmica em que a

⁵⁹ O Observatório das Metrópoles tem origem no projeto Avaliação da Conjuntura Social e do Desempenho das Políticas Públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo objetivo era analisar as transformações do quadro de carências e desigualdades sociais na RMRJ ao longo da década de 80, financiado pelo Banco Mundial/Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 2009, o Observatório das Metrópoles passou a ser um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). O projeto é conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Disponível em www.observatoriodasmetrolopes.net. Acessado em 28/11/2012.**

⁶⁰ Criada em 2001, a organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) **Observatório de Favelas** é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O Observatório busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. **Disponível em www.observatoriodefavelas.org.br/. Acessado em 21/10/12.**

cidade e os espaços populares aprendem mutuamente com uma convivência criativa e real, que deve ser potencializada [...] a circulação pela cidade é um aspecto de fundamental importância para que se rompa com a estigmatização **[incorporada por crianças, adolescentes, jovens pobres⁶¹]** e para que se reforce a autoestima em torno de uma consciência e percepção da cidade como espaço de todos.

Em nossa pesquisa, procuramos proporcionar aos sujeitos possibilidades de acesso a setores da cidade de Teresina que lhes são negados. Como já explicitamos anteriormente, o direito à cidade foi colocado neste trabalho como uma estratégia metodológica. A maioria das oficinas que realizamos, como explanamos neste capítulo, foi realizada em diferentes espaços da capital piauiense, lugares que muitos já tinham ouvido falar, mas que efetivamente não conheciam, visto que é difícil, por diversos motivos – que incluem o preconceito, a segregação, a falta de recursos dos pais, entre outros – a oportunização que tais crianças e adolescentes sintam-se pertencentes à cidade em que moram. Fernandes (2009, p. 178) cita que a:

[...] construção de uma cultura do pertencimento à cidade que não diz respeito apenas à circulação, mas também à incorporação de valores culturais e estéticos para além daqueles aos quais o sujeito está circunscrito, de modo a se ampliar seu repertório.

O autor ainda observa que “ter um repertório ampliado é condição fundamental não apenas para a construção do diálogo, mas também para o acesso aos lugares” da cidade, a oportunidade de leitura da mesma, “através de novas referências culturais e estéticas”. Faz-se necessário, portanto, um diálogo e reflexão permanentes com suas próprias referências, no intuito de que estas possam ser reapropriadas, ressignificadas e inseridas no contexto citadino geral (FERNANDES, 2009, p. 178).

Em nossos passeios pela cidade de Teresina verificamos o quanto os meninos e meninas participantes deste trabalho sentiram-se valorizados e respeitados e ao mesmo tempo excluídos, visto que os momentos de lazer, ludicidade e estudo também aconteciam como instantes de questionamento, por parte das crianças e adolescentes, sobre as desigualdades que há na cidade: há parques em lugares de Teresina e, no bairro deles não há. Há muito transportes coletivos por onde andamos e no Parque Eliane isso é raro. Passamos por ruas pavimentadas e na sua comunidade não há saneamento básico, não há escola, não há hospital, não há quadras de esportes. Elaborando tais “críticas”, ao seu modo, nada passava completamente incólume aos sentidos de tais sujeitos.

⁶¹ Essa expressão foi por nós adaptada. No texto original é apresentado o seguinte, “que os jovens incorporam”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: repensando as trajetórias, avaliando as ações

Certamente, umas das tarefas mais complexas para o pesquisador é a comunicação dos resultados de seu estudo, tema ainda pouco abordado nas discussões metodológicas. Colombo (2005, p. 265) assevera que “o tema da reflexividade⁶² evidenciou que os conteúdos de uma narração não são independentes dos modos de sua produção”, nesse sentido, o referido autor registra:

[...] os modos pelos quais se traduz em texto o que se viu ou se pensou não podem ser considerados simples automatismo, atos transparentes e mecânicos porque comportam uma intervenção ativa de interpretação e de seleção.

Seguindo essa linha de raciocínio, Melucci (2005, p. 22) afirma que “o registro, forma principal de comunicação científica, não é, de fato, somente representação dos objetos, mas contribui para constituí-los e fazê-los viver”. Parafrazeando o autor, diria que esta dissertação, tentando não separar o processo do produto, é testemunha do nosso esforço consciente para fazer das palavras um espaço de encontro.

Tivemos a preocupação de pensar na constituição de um campo de reflexividade com os sujeitos de nossa pesquisa, ou seja, buscamos estimular a reflexão e o diálogo entre os atores e atrizes sociais envolvidos na pesquisa, acerca de situações do cotidiano relacionadas ao uso de drogas, às relações interpessoais, à cidadania, aos direitos humanos, entre outros temas que consideramos pertinentes.

Em nosso processo de pesquisa estimulamos os partícipes a falarem de si e de suas próprias experiências e procuramos possibilitar que os mesmos dissessem a sua própria palavra. Esta pesquisa foi pensada numa perspectiva de formação humana, por isso não nos centramos em conteúdos, ou seja, em ensinar deliberadamente os tipos de drogas, os efeitos destas. Nosso foco foi o próprio sujeito. O nosso ponto de partida foi “buscar conhecer esses sujeitos” e possibilitar que conhecessem a si próprio e refletissem sobre sua escola, sua comunidade, suas amizades, suas famílias, seus desejos, seus medos, seus valores, seus sonhos.

Consideramos pertinente, neste momento, registrar uma preocupação comum a muitos pais que colaboraram conosco. Eles, nos nossos últimos encontros, perguntaram: “E agora? Depois este trabalho vai continuar?”, “O que virá depois?”, “O que vem mais para os nossos

filhos?”. Essas indagações nos deixaram satisfeitos, visto que pareciam revelar uma aprovação por parte das pessoas que participaram de nosso trabalho, além de percebermos que naquelas indagações estávamos presenciando o externar de uma prática de cidadania em que contribuimos na sua aprendizagem de buscar, exigir, reivindicar intervenções educativas para sua comunidade, para seus filhos. Isso nos fez refletir ainda mais sobre o compromisso que estávamos assumindo naqueles momentos.

Uma das primeiras conclusões que encontramos, nesta pesquisa, diz respeito aos inúmeros direitos que são negados a esses teresinenses, cuja cidade não lhes é dado acesso. Eles estão tão próximos e ao mesmo tempo muito longe dos bens culturais, artísticos e turísticos desta capital. Habitam em um bairro que não há calçamento, esgoto, praça, áreas de lazer, hospital, policiamento ostensivo, e qualquer serviço público tem de ser buscado nos bairros vizinhos. Naquele bairro, além de não ter, não pode ter. Não pode porque a área é de particular e nunca se encontrou uma saída para esse impasse. Nem o governo do Estado, nem a Prefeitura Municipal pode investir recursos no Parque Eliane, pois não há regularização fundiária, e nesse sentido o poder público é legalmente impedido de atuar com serviços de infraestrutura naquela comunidade.

Relembrando neste instante as questões que nortearam essa pesquisa, nos arriscamos a um comentário que pode parecer tautológico. O principal fator de risco presente no Parque Eliane, no que tange à drogadição refere-se, fundamentalmente, à carência de fatores de proteção. Como já citado, foi no âmbito de comunidade que a nossa investigação encontrou entre os sujeitos pesquisados, levando-se em conta os critérios que adotamos (explicados no Capítulo 02), o menor fator de proteção (50%) e o maior fator de risco (38,89%), isso é reflexo de um dos piores quadros de falta de serviços públicos da capital piauiense.

Nos outros âmbitos: família, escola, amigos, apresentaram respectivamente os seguintes índices de fatores de risco, 26,25%, 30% e 28,57%. No que diz respeito aos fatores de proteção encontramos, 80%, 72,22%, 76,25% respectivamente. Os fatores de risco mais apontados foram: presença de traficantes na comunidade, falta de áreas de lazer no bairro, carência de pessoas (na família, na escola) que os informe sobre os males trazidos pelo uso de drogas. Os fatores de proteção mais assinalados se referem à sensação de cuidado e proteção por parte da família e de valorização por parte da escola, amigos envolvidos com esporte e atividades religiosas e participação em atividades comunitárias (Casa de Artes e Culturas).

⁶² A sociologia reflexiva proposta por Melucci (2005) e outros autores trata de metodologias qualitativas nas ciências sociais.

Nosso estudo não se propôs a fazer levantamento da incidência e/ou prevalência do uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas no bairro em estudo, mas certamente não seria razoável afirmar uma proporcionalidade direta na relação carência de serviços públicos/uso de drogas entre crianças e adolescentes, e menos ainda, pobreza/drogadição. Afirmamos isso para que seja de vez superada a noção impregnada de preconceito e estigma de que fatalisticamente um sujeito de bairro pobre esteja mais propenso a usar droga que outro de áreas mais ricas da cidade.

Quando falamos em Fatores de Risco estamos nos referindo a condições ou variáveis associadas à possibilidade de ocorrência de resultados negativos para a saúde, o bem-estar e o desempenho social. Os Fatores de Proteção são aqueles que contrabalançam as vulnerabilidades, tornando a pessoa com menos chances de assumir comportamentos que levem a tais resultados (DUARTE, 2010, p. 123).

Este trabalho não se deu como uma ação deliberada em priorizar o ensino de conteúdos relacionados aos tipos de drogas, seus efeitos, suas classificações. Buscamos estimular a reflexão e o diálogo entre as crianças e adolescentes que frequentam a Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane acerca da drogadição e verificar o que os mesmos pensam sobre prevenção ao uso de tais substâncias.

Objetivamos contribuir para que os mesmos fortalecessem seus fatores de proteção ao uso indevido de substâncias psicotrópicas, entretanto, evitamos o uso de clichês do tipo “não use drogas” ou “diga não às drogas”, visto que nosso propósito não foi a mera pregação da abstinência, mas o estabelecimento de um diálogo aberto, sem tabus ou moralismo.

Verificamos que todos os partícipes traziam alguma ideia, apesar de vaga, do que seriam drogas e do que elas podem representar ao usuário. Embora saibamos que se faz necessário que as pessoas se informem a respeito de tal tema, também sabemos que não é tornando alguém *expert* em toxicologia que estaremos o tornando menos propício a ser um usuário. Priorizamos, então, em nossas atividades, a abordagem de algumas situações do cotidiano que se referem a risco e proteção, tema que já tratamos nos parágrafos anteriores.

As crianças e adolescentes da pesquisa não se sentiam à vontade para falar sobre “traficantes”, por alguns motivos: o simples desinteresse, o medo, a aproximação familiar com tais pessoas, todavia, não focamos isso. Entretanto, a maioria dos sujeitos pesquisados sinalizou para a existência de pessoas no bairro que vendem drogas. Nenhum falou de relação próxima com algum “vendedor”, que preferimos chamar, assim como Brito (2011), de “jovens em situação de tráfico” ou jovens trabalhadores do tráfico (FEFFERMANN, 2006), a usar o termo traficante, muitas vezes utilizado de forma genérica e sem levar em consideração

algumas nuances importantes para se compreender a cadeia produtiva das drogas e o interesse da narcoeconomia em seduzir jovens para trabalharem na parte mais perigosa, mais deprimente e menos lucrativa deste comércio.

Este tema, prevenção às drogas, certamente não é algo que desperte interesse do público com o qual trabalhamos. Por isso as estratégias que utilizamos envolveram atividades que os mesmos têm afinidade. Falar sobre drogadição durante um passeio pela cidade já é bem mais interessante que sentados numa sala, em uma palestra/aula ou mesmo em uma sessão de respostas a questionário ou a perguntas diretas.

Para entendermos o que eles pensam sobre a prevenção às drogas e o exercício da cidadania, propomos que os mesmos elaborassem desenhos e falassem a sua fala, e propiciamos que eles, andando por Teresina, aumentassem seu sentimento de pertença à sua cidade. Nesse sentido, privilegiamos o olhar e a escuta sensível, posturas que nos renderam algumas ideias, pouco conclusivas talvez, mas extremamente reveladoras de seus sentidos, de seus repertórios, de suas impressões. Foi deste ponto que procuramos partir.

As Práticas Educativas que implementamos nesta pesquisa, que incluíram informações sobre drogas, escolha de hábitos de vida saudável, importância da preservação do meio ambiente, direitos humanos e de cidadania e direitos de acesso à cidade, não estão postas nesta dissertação como um modelo pronto, acabado e infalível. Elas são escolhas situadas em um tempo e pensadas como possibilidades para dar conta de desafios de um agora, são processos em construção, aberto a novos rumos.

Indubitavelmente, há muito mais de nós na nossa pesquisa do que podemos supor. Durante o processo, pensamos em alguns itinerários que vivemos desde a infância, bem parecidos com os dos meninos e meninas do Parque Eliane, até a nossa experiência como Educador Social na área de prevenção às drogas. Ao mesmo tempo que fui me identificando com algumas situações, fui também, como cita Chaves (2008, p. 102), ‘[...]descartando alguns conceitos e ganhando outras referências, outros sentidos que surgiam [...]’.

Portanto, finalizamos explicitando que ao realizarmos a narração dos resultados de nesse estudo queremos registrar, nos inspirando em Colombo (2005, p. 287), que não nos esforçaremos aqui para chegar a uma conclusão, mas em abrir um debate, tampouco chegar a uma classificação ou a uma síntese, mas evidenciar a multiplicidade e a polissemia da realidade.

REFERÊNCIAS

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de rua: cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ALVARENGA, Livia Vilas-Bôas Hacker. **A focalização e universalização na Política Social Brasileira: opostos e complementares**. (2011). Centro de Estudos sobre desenvolvimento e desigualdade – CEDE. Disponível em <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD56.pdf>. Acessado em 11/10/2012.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, vol. VII – n. 2 – p. 479-500 – set/2007.

ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. **Os Sentidos da Sensibilidade: sua fruição no fenômeno do educar**. Salvador: EDUFBA, 2008.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981, 279p.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução por Lucie Didio. Brasília: Plano, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENDIX, Reinhard. Transformações das sociedades europeias ocidentais desde o século XVIII. In: **Constituição nacional e cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira de. **Responsabilidade social no ensino superior**. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/Nova Estrutura>. Acessado em 10 dez. 2012.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação nacional**, lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH; UNICEF; LAV/UERJ. **Índice de Homicídios na Adolescência [IHA]: Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes**. 2009 (52 p.)

BRASIL. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CACCIA-BAVA, Augusto. Juventude sobre pressão: um fórum alemão e uma obra de Octavio Ianni. **Revista Segurança Urbana e Juventude**. Araraquara, v.3, n.2, 2010.

CACCIA-BAVA, Augusto. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. **Política & Sociedade**. n. 08. Abril de 2006.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

CARLINI, Beatriz. **Cartilha para pais de adolescentes**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, SENAD, 2011.

CARVALHO, Giane Carmem Alves de. Juventude e Políticas Públicas: Mero destaque na agenda pública ou garantia de direitos? **Revista Em Tese**. Vol. 2 n° 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 163-15.

CHAVES, Emanuelle Karenyne Mota. **Entre punições e táticas: a produção de identidade dos jovens em medida sócio-educativa de privação de liberdade**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina: 2008.

COIMBRA e NASCIMENTO, M. L. (2003) **Jovens pobres: o mito da periculosidade**. In: COSTA, Esping-Andersen. O Futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. **Revista Lua Nova**. n. 35, São Paulo, CEDEC, 1995.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: a arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e Cultura**. Petrópolis: Vozes. 2005.

COSTA, C. F. C.; NUNES, C.; BENÁCCHIO, R. N.; LEITE, W. J. Educação e Cidadania: o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: BAZÍLIO, E. A. P. R. P.; NORONHA, P. A. (Orgs). **Infância tutelada e educação: História, Política e Legislação**: Ravel. 1998. p. 20-38.

COUTO, I. A. P; MELO, V. G. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, E. A. P. R. P.; NORONHA, P. A. (Orgs). **Infância tutelada e educação: História, Política e Legislação**: Ravel. 1998. p. 20-38.

CUSTÓDIO, André Viana. **Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente**. (2008). Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/657/454>. Acessado em 13/11/2012.

DAYRELL, Márcia. **Drogas e vulnerabilidade à morte por homicídios: um estudo em uma área urbana**. Dissertação de Mestrado [2011]. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil**: o sistema de proteção social e suas transformações recentes. Projeto Regional de Reformas de Política Pública. CEPAL / Gobierno de los Países Bajos. Série Reformas de Política Pública, n.º 14, Santiago de Chile, 1993.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Brasília: Senad, 2010.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. Redes Sociais. In: BRASIL. **Integração das competências no desempenho da atividade judiciária com usuário e dependentes de drogas**. Brasília: Senad, 2011.

EARP, M. L. S.; BAZÍLIO, L. C.; SANTOS, T. S. Políticas Públicas de Atendimento à Infância: uma política da não-política? In: BAZÍLIO, E. A. P. R. P.; NORONHA, P. A. (Orgs). **Infância tutelada e educação**: História, Política e Legislação: Ravel. 1998.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. [Editora da UFPR].

FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **Revista políticas sociais - acompanhamento e análise**. Ago. 2005.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, Vozes, 2006.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Sistematização de experiências de prevenção à violência contra jovens**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

FLEURY, Sonia. **Por uma sociedade sem excluídos(as)**. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania. p. 76-80, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 21. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista RAP**, Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Leituras SME**. Jan/Fev/Mar/Abr 2002.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes. 2010.

LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. Desenho infantil: Questões e prática polêmicas. In: KRAMMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. **Infância e produção cultural**. Campinas: Papyrus, 1998.

LUSTOSA FILHO, Carlos. Coronel rebate promotora e diz que PM não tem grupo de extermínio. (25/07/12). **Disponível em:** <http://www.cidadeverde.com/coronel-rebate-promotora-e-diz-que-pm-nao-tem-grupo-de-extermínio-108702>. Acessado em 24/09/2012.

MACEDO, Rosa Maria. **Juventudes, cultura de paz e escola:** transformando possibilidades em realidade. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, UFC, 2012. (194f).

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva:** pesquisa qualitativa e Cultura. Petrópolis: Vozes. 2005.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. N. 5. mai/jun/jul/ago; n. 6. set/out/nov/dez. 1997.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLL, J. **Histórias de vida, histórias de escola:** elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica:** uma antropologia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORIN, Edgar; ROGER, Emilio Ciurana, MOTTA Raúl. **Educar na era Planetária**. São Paulo: 2. ed. Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

MINAS GERAIS. Proerd. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Caindo na REAL: Livro do estudante 7º ano. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOTA, Silvia Maria Coelho. **Escola de tempo integral:** da concepção à prática. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

OLIVEIRA, Jane Domingues de Faria; MURER, Evandro. Drogas e Escola. In: **Atividade Física e Qualidade de Vida na Escola:** conceitos e aplicações dirigidos à graduação em Educação Física. Campinas, SP: IPES, 2008.

RELATÓRIO. **Um Brasil para as Crianças:** a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência. Brasil, agosto de 2004.

RELATÓRIO. **Um Brasil para as Crianças:** a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência. Brasil, 2010.

RODRIGUES, Melissa Haag. Análise do desenho infantil segundo as ideias de Luquet. **Revista da Unifebe** (2010). Disponível em: www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/2010/artigo012.pdf. Acessado em 14/12/2012.

ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. **Quase de verdade:** direitos humanos e eca, 18 anos depois. (2009). Disponível em: <http://www.saomartinho.org.br/wp-content/uploads/CEDECA-Saida-Miolo.pdf>. Acessado em: 13/10/2012.

SAMPAIO, Daniela Dias Furlani. **Cultura de paz, educação e meditação com jovens em escola pública estadual de Fortaleza-Ceará.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, UFC, 2012. (159f).

SANTA CATARINA. Proerd. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.** Livro do estudante 5º ano. Florianópolis: Polícia Militar de Santa Catarina, 2011.

SANTOS, Ana Célia de Sousa [Org]. **Associação de produção Mulheres Perseverantes:** uma história em construção 2001-2007. Teresina: EDUFPI, 2009.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina, NOVAES, Patrícia Ramos [Org]. **Políticas públicas e direito à cidade:** programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles : IPPUR/UFRJ, 2011.

SOARES, Laura Tavares. O que é o ajuste neoliberal. In: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos . **Cadernos de Pesquisa.** [online]. 1998.

SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Revista Lua Nova.** n. 59, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, Oscar Dávila (editor): **Políticas públicas de juventud en América Latina:** políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social,** revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VASTERS, Gabriela Pereira; PILLON, Sandra Cristina. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Mar/Abr, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2012.

WENDLING, Michelle Menezes. **Dois Versões do Desejo: Lacan, Deleuze & Guattari**. Dissertação de Mestrado [2010] Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, UFSE, 2010.

ZEPPINI, Paola Sanfelice. **Deleuze e o Corpo: articulações conceituais entre Deleuze, Nietzsche e Espinosa em função da problemática do corpo**. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd) - SALA Nº 416
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – ININGACEP 64.049-550 – TERESINA-PIAUÍ
TELEFONES: (86) 3215-5820 – Fone/FAX: (86) 3237-1277. E-MAIL: educmest@ufpi.br

Nome: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
 Pai: _____ Mãe: _____
 Irmão/ irmãos: _____

Escola: _____ Série: _____
 () pública estadual () pública municipal () particular () comunitárias () confessionais ()
 filantrópicas
 Endereço/ Escola: _____
 Utiliza transporte escolar público? () SIM () NÃO / Há merenda escolar diariamente?
 () SIM () NÃO

Nº	FAMÍLIA: fatores de riscos	SIM	NÃO
01	Sou motivo de desentendimento ou confusões na minha família.	3	7
02	Na minha família tem gente que usa muito álcool, tabaco ou remédio para relaxar.	6	4
03	Há violência na minha família.	2	8
04	Ninguém na minha família coloca limites em mim ou eu respeito.	0	10
05	Sinto que minha família não tem nada de bom para me oferecer.	1	9
06	Há pessoas na minha família que fazem uso de drogas proibidas por lei	3	7
07	Os conflitos na minha família impedem a comunicação entre as pessoas.	1	9
08	A minha família é muito rígida e não há possibilidades de negociar as regras.	3	7
09	Sinto-me isolado ou solitário na minha família.	2	8
10	Sinto que minha família me vê de forma negativa e está desistindo de mim.	0	10
Nº	FAMÍLIA: fatores de Proteção	SIM	NÃO
11	Meus pais sabem exercer a autoridade com carinho	10	0
12	Minha família confia no meu potencial para vencer na vida.	10	0
13	Eu sei que posso contar com meus parentes para vencer na vida.	9	1
14	Eu respeito os limites e as regras estabelecidas pelos meus pais ou responsáveis.	10	0
15	As pessoas da minha família cuidam da saúde.	8	2
16	Sinto que minha família me ama e se esforça por me ajudar.	10	0
17	Sinto-me próximo dos meus irmãos e/ou primos.	8	2
18	Tenho espaço na minha família para dialogar sobre conflitos.	8	2

19	Em casa, tem alguém bem informado sobre drogas, com quem eu possa conversar.	7	3
20	Minha família me vê de maneira positiva, tem boa imagem de mim.	10	0

Nº	ESCOLA: fatores de risco	SIM	NÃO
01	A minha escola ou família estão distantes ou em conflito.	3	7
02	Na minha escola os professores são insensíveis aos alunos.	3	7
03	Tenho relacionamento próximo com alguém que distribui drogas na escola.	0	10
04	Sinto-me excluído na minha escola.	0	10
05	Os educadores não se interessam muito pelos alunos e pela escola.	2	8
06	Sou visto como marginal pela escola.	0	10
07	Convivo com colegas que usam drogas dentro da escola.	0	10
08	Sinto-me pressionado a trabalhar ou fazer algo desagradável para ganhar dinheiro.	0	10
09	Percebo que na escola as regras funcionam somente para os alunos.	6	4
10	Sinto-me em risco no ambiente escolar.	1	9
Nº	ESCOLA: fatores de proteção	SIM	NÃO
11	A escola se preocupa sobre o consumo de drogas entre alunos.	9	1
12	Os limites e as regras na escola estão claros para mim.	9	1
13	A minha escola realiza bons programas de prevenção sobre as drogas.	8	2
14	A polícia auxilia na segurança nas redondezas da escola.	2	8
15	Na minha escola existe respeito na relação entre aluno e educador.	9	1
16	Sinto-me valorizado e fazendo parte da escola.	10	0
17	Sinto-me protegido no ambiente escolar.	8	2
18	Os alunos reconhecem a autoridade e obedecem aos educadores e funcionários.	7	3
19	Tenho oportunidades de realizar outros cursos na escola (ou por ela ofertados).	4	6
20	A minha família coopera com minha escola.	9	1

Quantos amigos você tem: () 01 () 02 () 03 () 04 () 05 ou mais

Marque os locais onde tem amigo: () Escola () Esporte () Rua/bairro () Igreja
() outro: _____

Nº	AMIZADES: fatores de risco	SIM	NÃO
01	Sinto que é difícil confiar nos amigos.	6	4
02	Meus amigos são agressivos com pessoas de fora do grupo.	2	8
03	Tenho amigos que aprovam o uso de drogas.	0	10
04	Tenho amigos de minha idade que tomam bebida alcoólica e/ou fumam cigarros.	0	10
05	Meus amigos agredem uns aos outros.	4	6
06	Já vi conhecidos usando drogas ilícitas.	1	9

07	Eu me sinto pressionado pelos meus amigos a fazer coisas que não quero.	1	9
08	Meus amigos acreditam que algumas drogas não fazem mal.	3	7
09	Meus amigos me valorizam pouco.	3	7
10	Há conhecidos/colegas que me incentivam a usar drogas.	0	10
Nº	AMIZADES: fatores de proteção	SIM	NÃO
11	Meus amigos gostam de estudar e têm compromisso com os estudos.	9	1
12	Meus amigos têm projetos de profissão para o futuro.	8	2
13	Meus amigos praticam esportes.	10	0
14	Consigo manter minha opinião própria dentro do meu grupo de amigos.	7	3
15	Tenho amigos que participam de alguma igreja.	9	1
16	Sei que posso confiar em meus amigos.	5	5
17	Meus amigos valorizam o trabalho e falam em profissões.	8	2
18	Meus amigos me incentivam a não usar drogas.	8	2
19	Meus amigos evitam frequentar ambiente onde existem drogas.	7	3
20	Meus amigos valorizam e cuidam da saúde.	10	0

Endereço: _____

Considero meu bairro: (2) seguro (1) muito seguro (3) pouco seguro (4) perigoso (0) muito perigoso

Nº	COMUNIDADE: fatores de risco	SIM	NÃO
01	Na minha comunidade, as pessoas não se importam umas com as outras.	6	4
02	A comunidade não se preocupa com a venda de álcool/tabaco para adolescentes.	2	8
03	Sinto-me influenciado a usar drogas nos lugares que frequento na comunidade.	3	7
04	Existem traficantes perto de onde eu moro.	6	4
05	Nos locais que frequento na minha comunidade há incentivo para o uso de drogas.	3	7
06	Nas opções de lazer que existem na comunidade há incentivo para uso de drogas.	3	7
07	Onde moro sou visto como problemático.	0	10
08	Na minha comunidade a droga é vendida/repassada por crianças ou adolescentes.	2	8
09	Na minha comunidade há gangues.	3	7
10	Na minha comunidade há poucas opções de lazer para o jovem.	7	3
Nº	COMUNIDADE: fatores de proteção	SIM	NÃO
11	Participo de atividades que ajudam minha comunidade.	8	2
12	Quando preciso, posso contar com serviços de saúde na minha comunidade.	4	6
13	Participo de projetos sociais ou de incentivo ao esporte para o jovem.	5	5

14	Na minha comunidade há ações de prevenção ao envolvimento com drogas.	4	6
15	Na minha comunidade há boas opções de lazer para o jovem.	4	6
16	Na minha comunidade há oportunidades para o jovem se expressar e se organizar.	6	4
17	Existe controle de venda de álcool e tabaco para adolescentes na comunidade.	4	6
18	Encontro opções de lazer sem drogas em locais da minha comunidade.	8	8
19	Na minha comunidade há palestras e informações sobre drogas.	4	6
20	Na comunidade existe um bom controle da venda de drogas ilegais.	3	7

APÊNDICE B



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd) - SALA Nº 416
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – ININGACEP 64.049-550 – TERESINA-PIAUÍ
TELEFONES: (86) 3215-5820 – Fone/FAX: (86) 3237-1277. E-MAIL: educmest@ufpi.br

QUESTIONÁRIO: BANCO DE HABILIDADES DOS PARTICIPES DA PESQUISA

Aluno (a): _____

Idade: _____ Série: _____

Escola: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

1) O que você costuma fazer nas horas vagas?

2) O que sua turma costuma fazer nas horas vagas?

3) Qual a ocupação do seu pai e/ou sua mãe ou de quem cuida de você?

4) Você tem alguma habilidade? Você sabe fazer, com facilidade, algo?

5) O que você gostaria de aprender?

6) O que você sabe fazer, que gostaria de ensinar?

7) Qual área você tem mais interesse?

7.a. () Literatura. Qual estilo?

7.b. () Dança. Qual estilo?

7.c. () Música. Qual estilo?

7.d. () Artes Plásticas. Qual estilo?

7.e. () Esporte. Qual modalidade?

7.f. () Grafite.

7.g. () Outros. O quê?

8) Você tem alguma inspiração? Quem ou o que inspira você? Por quê?

9) Você tem algum projeto de vida?

Muito obrigado! Quero agradecer-lhe pelo tempo que me foi concedido. Espero que este questionário tenha sido interessante para você também.

ANEXOS

ANEXO 01

→ **Drogas**

Minitorneio dá apoio à prevenção

→ O Estádio Albertão foi palco, ontem, para um minitorneio entre os times da comunidade terapêutica Fazenda da Paz, policiais do RONE e moradores do Bairro Parque Eliane, que participam de atividades de prevenção primária ao uso de drogas na comunidade. O time da Fazenda da Paz foi campeão. ► **B/7**

Chamada de capa do Jornal Meio Norte



FUTEBOL DO BEM | Times disputaram uma série de partidas de 25 minutos

ANEXO 02

Torneio faz alerta para perigo das drogas

O Estádio Albertão foi palco, na manhã de ontem, para um minitorneio entre os times da comunidade terapêutica Fazenda da Paz, dos policiais do RONE e dos moradores do Bairro Parque Eliane, que participam de atividades de prevenção primária ao uso de drogas na comunidade. Com a presença de uma pequena - mas barulhenta - torcida, os times disputaram uma série de partidas de 25 minutos cada.

Na primeira partida, enfrentaram-se o time do RONE e da Casa de Artes e Cultura do Parque Eliane. O time do parque venceu a partida por 2 a 1 - com direito a um lindo gol por cobertura. Os policiais do RONE até tentaram reagir no fim do tempo regulamentar, e chegaram a mandar uma bola no travessão, mas não teve jeito. Vitória da representação do Parque Eliane.

No segundo jogo, enfrentaram-se o time dos internos da Fazenda da Paz e, novamente, a equipe do RONE, que buscava a recuperação na disputa. O jogo, bastante disputado e concentrado nas jogadas de meio de campo, ficou em 0 a 0. Na terceira partida, a Fazenda da Paz encarou o Parque Eliane, e dessa vez não deu para o time vencedor da primeira partida: 2 a 0 para o time da comunidade terapêutica. No jogo final, mais uma vitória da Fazenda da Paz sobre o Parque Eliane, desta vez por 3 a 1. Com essa combinação de resultados o time da fa-



PARCERIA | Policiais e ex-dependentes no Futebol da Integração: educar para prevenir

zenda da Paz sagrou-se campeão do minitorneio.

O projeto "Futebol da integração, construindo cidadania" faz parte das ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, da Polícia Militar, em parceria com a Fazenda da Paz, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e a Casa de Artes e Culturas do Parque Eliane. Os troféus entregues aos times receberam o nome da professora Dra. Maria do Carmo Alves do Bonfim, da UFPI, que é orientadora do projeto desenvolvido no Parque Eliane.

Ela compareceu ao estádio. "Nosso trabalho é feito através de oficinas educacionais, com o objetivo de desenvolver valores positi-

vos, que favoreçam a dignidade humana", disse ela.

O aluno que desenvolve o projeto sob a orientação da professora Maria do Carmo é o policial militar Waldilino Siso. "Comecei a trabalhar como educador social, e hoje desenvolvo esse projeto unindo a PM e a comunidade. Já trabalhamos em diversos aspectos, incluindo a visita a pontos turísticos de Teresina. Optamos por fazer esses jogos de futebol porque sabemos que o esporte é um fator de proteção contra a violência e as drogas e, além disso, o pessoal do parque havia me relatado sobre o desejo de conhecer o Albertão", disse o mes-treando em educação.

O tenente-coronel Balta-

zar Nogueira, coordenador do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar do Piauí (Proerd), também falou sobre a iniciativa.

"Essa festa é um reconhecimento das ações que temos feito, na busca do envolvimento da comunidade com as instituições de segurança", disse ele. Cícero José Feitosa, que é um dos coordenadores da Fazenda da Paz, comandou o vitorioso time dos internos da comunidade terapêutica. "O esporte dá uma motivação na interação, pois faz com que eles se sintam inseridos em uma cidade, em uma sociedade - enfim, sintam-se parte de um processo amplo" comentou

ANEXO 03

← → http://www.portalodia.com/noticias/esporte/fazenda... x Fazenda da Paz vence cam... x

Sites Sugeridos ▾ Obtenha mais comple... ▾

portal
O DIA
.com

Início | Piaul | Brasã | Mundo | Política | Economia | TV O Dia | O Dia na Noite | Art/Gente | Esporte

Buscar         

Home » Esporte » Fazenda da Paz vence campeonato da inclusão, com ...

▶ ESPORTE  RSS  IMPRIMIR

Fazenda da Paz vence campeonato da inclusão, com partida no Estádio Albertão

As partidas são formas alternativas de políticas públicas de combate as drogas

Notícias - Esporte | Publicada em 07/01/2013 10:09



O domingo de sol forte em Teresina trouxe de volta aos gramados do Estádio Albertão mais uma partida de futebol. O Campeonato Piauiense ainda não começou, mas em campo estiveram os times da Comunidade Areias, da Fazenda da Paz e do Rone. Equipes perfiladas, hino nacional, mas o espetáculo dentro de campo ficou mesmo por conta da confraternização.

As partidas foram realizadas como forma de encerrar o trabalho de mestrado do policial e educador social Waldílio Siso, que buscou alternativas nas políticas públicas de combate as drogas para a comunidade do Parque Eliane, no bairro Areias. O educador social levou os garotos do parque Eliane para conhecer diversos, mas conhecer o Albertão foi o pedido de quem só via o gigante quando passava pelo ônibus ou pela tevê. "Levei eles ao parque da cidade, encontro dos rios, zoobotânico, mas eles disseram que queriam conhecer o Albertão, então nós fizemos esses jogos como uma forma de congregar todo mundo. O Esporte de uma forma geral é um fator de proteção", declara Waldílio.

No gramado muita vibração no jogo entre o Rone e os pais do Parque Eliane. O coordenador da Fazenda da Paz, Cícero Feitosa, apontou que os jogos funcionam como uma forma de motivação para os internos. "É uma grande integração que serve para mostrar aos policiais e aos internos que não tem isso de quem fez certo e quem fez errado. Esse é nosso segundo jogo contra o RONE, o primeiro foi 2 a 2, mas a gente veio pra ganhar.

E os escalados tem um reforço de peso. Clésio Palafita que jogou no Independente do Amapá e que já havia jogado profissionalmente no gramado do Albertão. "Eu joguei aqui pelo Internacional do Amapá em 1996, mas nós perdemos pro River por 3 a 1", relembra. Ele foi fundamental na conquista do troféu Prof. Dr.ª Maria do Carmo Bomfim. Na disputa a Fazenda da Paz foi a campeã, o Parque Eliane em segundo e o Rone em terceiro lugar.

Rua Governador Arthur de Vasconcelos, 131, Centro/N Teresina - PI | 2106.9900 - 2106.9926
redacao@portalodia.com

Fonte: Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/esporte/fazenda-da-paz-vence-campeonato-da-inclusao-com-partida-no-estadio-albertao-161431.html>. Acessado em 10/10/2013.